

UFRRJ

INSTITUTO DE AGRONOMIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COMO PRÁTICA
PEDAGÓGICA NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E
ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E
INDIVÍDUOS: LIMITES E POSSIBILIDADES**

REBECA NOBRE GONZALEZ FERNANDEZ

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS: LIMITES E POSSIBILIDADES

REBECA NOBRE GONZALEZ FERNANDEZ
Sob a Orientação da Professora
Dra. Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Julho de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F363e

FERNANDEZ, REBECA NOBRE GONZALEZ , 1984-
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NO
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A
FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS: LIMITES E POSSIBILIDADES /
REBECA NOBRE GONZALEZ FERNANDEZ. - Seropédica, 2024.
84 f.: il.

Orientadora: Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2024.

1. Cidadania. 2. Protagonismo. 3. Violações de
direitos. I. Benevenuto, Mônica Aparecida Del Rio,
1964-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed
in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil
(CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 53 / 2024 - PPGEA (11.39.49)

Nº do Protocolo: 23083.030194/2024-86

Seropédica-RJ, 27 de junho de 2024.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

REBECA NOBRE GONZALEZ FERNANDEZ

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 24/05/2024

Dra. MONICA APARECIDA DEL RIO BENEVENUTO - UFRRJ
Orientadora

Dra. FABIANA SCHMIDT - UFRRJ
Membro interno

Dra. RITA DE CÁSSIA PEREIRA FARIAS - UFV
Membro externo

(Assinado digitalmente em 28/06/2024 13:26)
FABIANA SCHMIDT
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matrícula: 1868629

(Assinado digitalmente em 12/07/2024 10:07)
MONICA APARECIDA DEL RIO BENEVENUTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matrícula: 387368

(Assinado digitalmente em 09/07/2024 14:38)
RITA DE CÁSSIA PEREIRA FARIAS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 674.412.206-10

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **53**, ano: **2024**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **27/06/2024** e o código de verificação: **71ef4560e3**

DEDICATÓRIA

*Aos trabalhadores do SUAS, que lidam diretamente
com essa política e a enxergam com potencial valor.*

AGRADECIMENTOS

A Deus e suas infinitas formas divinas e espirituais que me auxiliaram no processo de escrita dessa dissertação. Com proteção, saúde física e mental no decorrer do Mestrado.

Agradeço a minha filha, pela compreensão e parceria nos momentos que precisei me dedicar a esse empreendimento acadêmico.

Agradeço minha mãe, por todo auxílio e rede de apoio que me presta em todos os momentos que necessito.

Agradeço aos demais familiares que de forma direta ou indireta mandaram pensamentos positivos e se alegraram com cada etapa desse processo.

Agradeço aos meus amigos íntimos que estiveram comigo nos momentos que achei que não era capaz, que não daria certo. Em especial a Pretta e Cleivison, com certeza o processo foi mais leve e feliz com vocês ao meu lado.

À professora Monica, meu agradecimento, pelo comprometimento, pela troca, pelo aprendizado e parceria. Foi muito significativo tê-la como orientadora. Gratidão!

Ao PPGEA por todo acolhimento e aprendizado. Pelas vivências tão significativas que levarei para sempre.

Aos meus colegas de turma, agradeço por cada experiência vivida ao lado de vocês, pela troca de saberes que cada um trouxe dos seus territórios. Não esquecerei jamais!

Aos profissionais que fizeram parte dessa pesquisa, minha eterna gratidão pela contribuição.

E para terminar, celebro a minha resiliência e determinação em concluir um sonho, que movimentou toda uma estrutura de autoestima. Por não desistir, por vencer minha autossabotagem. E assim poder dizer, até aqui, eu consegui!

Temos que falar sobre libertar mentes tanto quanto sobre libertar a sociedade.

(Angela Davis)

RESUMO

FERNANDEZ, Rebeca Nobre Gonzalez. **Educação não formal como prática pedagógica no serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos: limites e possibilidades.** 2024. 84f. Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola. Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2024.

Temos na educação uma análise crítica do desenvolvimento dos indivíduos, pensando na possibilidade do cessar de uma educação opressora e frágil. Para além dos aspectos da educação formal, a educação não formal tem a proposta de levar educação aos diversos territórios e indivíduos. Pensando no papel da educação não formal esta pesquisa visou compreender como sua utilização pode contribuir para a emancipação dos usuários atendidos no CREAS, no acompanhamento realizado pelo PAEFI. Tivemos como metodologia uma abordagem qualitativa, com caráter de pesquisa ação participante, com os profissionais atuantes do CREAS do Município de Paracambi/RJ. Ainda como proposta metodológica utilizamos entrevistas com os profissionais, bem como a utilização de rodas de conversa para a maior precisão da coleta de dados frente às questões sobre o acompanhamento aos usuários do PAEFI, principalmente no âmbito do trabalho em grupo, previsto nas normativas do trabalho social da política de assistência social. Diante a proposta da pesquisa, podemos observar mediante os dados analisados, a fragilidade dos profissionais em materializar o acompanhamento aos usuários do PAEFI, na sua totalidade. O reconhecimento da política de assistência social e seus serviços como instrumento de emancipação e espaço educativo, ainda requer uma visão sistêmica, com entendimento sobre a importância da educação permanente. Uma visão que perasse, principalmente, pela gestão e continue ecoando para os profissionais que lidam diretamente com as demandas. Dessa forma, esperamos pactuar a educação não formal como uma educação presente no âmbito dos serviços propostos na política de assistência social, auxiliando para o resgate da cidadania e transformação social de pessoas em processos vulnerabilizantes.

Palavras-chave: Cidadania; Protagonismo; Violações de direitos.

ABSTRACT

FERNANDEZ, Rebeca Nobre Gonzalez. **Non-formal education as a pedagogia practice in the Service of Protection and Specialized Care for Families and Individuals: possibilities and limits.** 2024. 84p. Dissertation Master degree in Agricultural Education. Institute of Agronomy. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2024.

We have in education a critical analysis of individual development, considering the possibility of ending an oppressive and fragile education. Beyond the aspects of formal education, non-formal education aims to bring education to diverse territories and individuals. Considering the role of non-formal education, this research aimed to understand how its use can contribute to the emancipation of users served at the CREAS, in the support provided by the PAEFI. Our methodology consisted of a qualitative approach, with a participatory research character, involving professionals from the CREAS of the Municipality of Paracambi/RJ. As part of our methodological approach, we conducted interviews with professionals, as well as utilizing discussion groups to enhance the accuracy of data collection regarding issues related to supporting PAEFI users, particularly within the framework of group work, as outlined in the social work norms of the social assistance policy. In light of the research proposal, we can observe, through the analyzed data, the fragility of professionals in materializing the support for PAEFI users in its entirety. Recognizing social assistance policy and its services as instruments of emancipation and educational space still requires a systemic view, with an understanding of the importance of lifelong education. A perspective that primarily involves management and continues to resonate with professionals dealing directly with the demands. Thus, we hope to establish non-formal education as a presence within the scope of services proposed in the social assistance policy, aiding in the restoration of citizenship and social transformation for individuals in vulnerable processes.

Keywords: Citizenship; Protagonism; Rights violation.

LISTA DE SIGLAS

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

NOB SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOB SUAS/RH – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – Recursos Humanos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNEP/SUAS – Plano Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão das proteções sociais	11
Figura 2 – Mapa da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.....	31
Figura 3 - Fachada da Fábrica do Conhecimento.....	32
Figura 4: Fachada do CREAS do município de Paracambi	35
Figura 5 - Gráfico referente à faixa etária dos usuários	43
Figura 6 - Gráfico referente aos órgãos que mais encaminharam para o CREAS	44
Figura 7 - Gráfico referente à demanda dos usuários.....	44
Figura 8 - Gráfico referente ao início do acompanhamento no serviço	45
Figura 9 - Gráfico referente aos bairros dos usuários	47
Figura 10 - Mapa dos bairros do município de Paracambi.....	47
Figura 11 - Rede intersetorial a partir do eixo da Assistência Social.....	49
Figura 12 e 13 - Realização de dinâmica com as participantes	52
Figura 14 - Exposição dos materiais utilizados.....	53
Figura 15 - Avaliação coletiva do encontro	53
Figura 16 - Organização do espaço para o encontro	54
Figura 17 e 18 - Relação de palavras referente a dinâmica.....	56
Figura 19 – Dinamização da proposta do encontro	58
Figura 20 - Material de apoio para a roda de conversa	59
Figura 21 e 22 - Realização da dinâmica com o jogo de cartas	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Tema e faixa etária para os encontros em grupo.....	26
Quadro 2: Profissionais participantes da entrevista e da roda de conversa	29
Quadro 3 - Conselhos Municipais do Município de Paracambi.....	33
Quadro 4: Composição da equipe de referência de acordo com o caderno de orientações técnicas	37
Quadro 5 – Relação dos trabalhadores do CREAS do município de Paracambi	37
Quadro 6 - Atribuições e perfil do profissional de nível técnico de acordo com o caderno de orientações técnicas	39
Quadro 7 - Atribuições e perfil do orientador social de acordo com o caderno de orientações técnicas	40
Quadro 8 – Avaliação das Rodas de Conversa	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO I A QUESTÃO SOCIAL: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS	5
1.1 Vulnerabilidades socialmente produzidas	5
1.2 Questão social e seus rebatimentos na sociedade.....	6
1.3 - Políticas Públicas e Políticas Sociais: desafios para o desenvolvimento social ...	8
1.4 Reflexões e perspectivas sobre a Política de Assistência Social.....	10
2 CAPÍTULO II EDUCAÇÃO: O PONTO DE PARTIDA PARA A LIBERDADE..	15
2.1 Educação não formal como potencializadora do processo de autonomia e protagonismo do indivíduo.....	15
2.2 Educação não formal e suas interfaces com o campo social.....	17
2.3 Dimensão educativa no SUAS	19
2.4 Educação não formal e metodologias participativas	22
3 CAPÍTULO III UNIVERSO DA PESQUISA E SEUS DESDOBRAMENTOS ..	24
3.1 Métodos e sujeitos do estudo	25
3.2 Paracambi: mata verde do grande rio	30
3.3 O Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Paracambi	34
4 CAPÍTULO IV VIVÊNCIAS DA PESQUISA	42
4.1 O perfil dos usuários do PAEFI do Município de Paracambi e sua interface para o acompanhamento familiar	42
4.2 As rodas de conversa como proposta de metodologia participativa para o acompanhamento no PAEFI do Município de Paracambi.....	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
6 REFERÊNCIAS	66
7 ANEXO.....	72
Anexo 1 – Parecer consubstanciado do CEP.....	73
8 APÊNDICES	78
Apêndice 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido	79
Apêndice 2 – Termo de Anuência	82
Apêndice 3 – Questões da entrevista semi-estruturada	83

INTRODUÇÃO

A educação é aqui concebida como ato de troca, compartilhamento de vivências, com visão libertadora, construída na oralidade, uma educação que transpõe os muros escolares com a proposta de levá-la para todos os territórios, na perspectiva de trazer as realidades vividas nesses espaços e suas práticas através da fala e do protagonismo de quem vive aquele território. Com esta perspectiva, estão as pedagogias críticas, introduzindo seus valores na politicidade da educação, indo além das pedagogias científicas, cuja neutralidade atende aos interesses predominantes do sistema capitalista de forma autoritária e domesticadora.

As diversas modalidades de educação não formal, educação popular, educação comunitária, educação social e etc., todas configuram-se no campo democrático e popular, pensando a educação num processo histórico onde a neutralidade não é algo que se torna cabível, mas parte do entendimento de ser um ato político, que se dá nos territórios onde estão inseridas, manifestando suas culturas e concepções.

O que anteriormente na educação formal era considerado extraescolar, não sendo valorizado no currículo, atualmente com os currículos interculturais passa a ser mais reconhecido, deixando o formal e o não formal não tão distantes.

Porém o recorte a ser feito é em relação a valorização da educação não formal como atividade educacional organizada, sistemática, oferecendo através de metodologias participativas o ensino a sgrupos da sociedade.

É na educação não formal que o interlocutor desloca os agentes de suas zonas de conforto para analisar as relações sociais e todas as imposições na construção de padrões. Dentro desta perspectiva, as diferenças tornam-se fundamentais, pois apenas são percebidas diante dos questionamentos de suas realidades sociais, na medida que a diversidade cultural é vista sem desatrelar o pertencimento. Dentro desses aspectos da educação em espaços não formais, destacamos a roda de conversa como um instrumento a ser utilizado como ferramenta para o desenvolvimento de debates, troca de vivências e diálogos. Provavelmente Sócrates foi quem iniciou o método de troca de conhecimento com a roda de conversa, pois através de seu modo até então não convencional de trocar ideias com os habitantes locais, estimulando a reflexão crítica, o diálogo era o fio condutor de suas abordagens (Hegenberg, 2005).

Frente a isso o diálogo se torna um recurso didático, uma grande ferramenta para promover a educação sem tê-la como um patrimônio de posse e privilégio de poucos, dando ênfase às demandas sociais e seu lugar de fala em rodas de conversas. A valorização da educação popular, diz respeito à produção do conhecimento tradicional e transmissão de saberes e valores a partir da oralidade somatizada às múltiplas vivências coletivas nos diferentes contextos.

Esta é uma área ainda pouco abordada e de tão grande potencialidade, com vista nas diversas vivências e aprendizados. Esses espaços configuram-se como um novo campo da educação, abordando processos educativos, processos de organização da sociedade civil, movimentos sociais organizados e até mesmo políticas públicas. A educação das classes populares e sua inclusão nas políticas públicas foi trazida para o centro do debate que deu ênfase nas transformações de trabalho e na política de estado, através da educação popular e os movimentos sociais, com o significado de somar à educação às camadas populares e a educação de adultos (Fleuri, 2002).

O processo de elaboração dessa dissertação surgiu atravessado pela vontade de pesquisar a educação não formal em espaços não formais de educação, a partir de uma reflexão e angústia da minha experiência profissional. Para efeito, a formação em pedagogia, atuando nos serviços socioassistenciais no âmbito da política pública de assistência social. A

angústica partia em relação ao fazer profissional, ao perceber o pedagogo atuante no SUAS para demandas específicas, como ida a escola, nos casos que envolviam crianças e adolescentes, e não como um profissional propositivo frente às demandas da política de assistência social.

Antes mesmo da formação acadêmica atuava em programa que atendia e acompanhava crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, chamado Programa Sentinel. Programa este que continha o profissional de pedagogia como integrante da equipe multiprofissional, no qual foi um incentivo para trilhar a graduação em pedagogia, com a intenção de desenvolver depois de formada, a pedagogia para além da educação formal/escolar.

Dessa forma, após a graduação atuei como profissional de pedagogia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no município ao qual resido, o município de Seropédica – RJ. Somado aos anos antes de ingressar na graduação, porém, já atuando nos serviços no âmbito do SUAS, são treze anos de experiência, passando por diversos serviços da política de assistência social, como o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Instituição de Acolhimento para crianças e adolescentes e atuação na gestão.

Nos anos de experiência atuando como pedagoga nos serviços socioassistenciais, conhecendo também a realidade de outros municípios pude perceber que o profissional da pedagogia não era recorrente nesses espaços, e pouco mencionado nos documentos técnicos de orientação dos referidos serviços do SUAS. Este fato dificultava o entendimento do papel do pedagogo na política pública de assistência social, criando inseguranças no saber profissional e no cuidado em não adentrar no campo profissional dos demais membros da equipe, como assistente social e psicólogo, ambos mais reconhecidos pela política de assistência. A exceção se dá pelos serviços do CREAS e Instituição de acolhimento, que são os equipamentos da proteção social especial que mais preveem o profissional da área de pedagogia. E mesmo assim conforme o CENSO SUAS 2022 (Brasil, 2023), o profissional de pedagogia encontra-se em quarta posição no quantitativo dos trabalhadores dos CREAS Municipal por profissão. Ainda segundo o documento, assistentes sociais configuram um percentual de 27,4%, seguido pelo profissional de psicologia com 19,9%, após o profissional de direito com 7,6% e por fim o pedagogo com 4,6%. Na categoria de quantidade dos trabalhadores dos CREAS Regional por profissão que o referido documento também especifica, a ordem dos trabalhadores do SUAS por profissão permanece a mesma.

A reflexão a ser feita é a importância do profissional de pedagogia na política de assistência, ao reconhecê-lo como profissional que detenha o conhecimento das diversas abordagens da educação, no incentivo ao pensamento crítico, que auxilie na compreensão das estruturas sociais, políticas e econômicas que moldam a vida em sociedade.

A NOB/SUAS-RH (2006), menciona como equipe de referência para o CREAS os profissionais de serviço social, psicologia e direito, porém, o documento ainda aborda a Resolução nº17 de 20 de junho de 2011, onde prevê outras categorias como pedagogo, administrador, antropólogo, economista doméstico, entre outros, como profissionais para compor as equipes do SUAS, a partir das especificidades de cada município.

Nesse sentido o pedagogo integra junto aos demais profissionais, a perspectiva da interdisciplinaridade, na pactuação dos objetivos e serviços da política de assistência social. Na compreensão de ser a educação uma arena crucial para o enfrentamento das expressões da questão social.

Diante desse desafio profissional a busca por entender e reconhecer a importância da educação nesses espaços foi tomando forma, trazendo cada vez mais indagações e reflexões. Reconhecendo esses espaços também como espaço de educação a partir do entendimento que as pessoas que chegavam até esses serviços vinham carregadas de histórias e vivências, sendo

de responsabilidade dos profissionais adentram nesse universo na tentativa da reinserção familiar, fortalecimento de vínculos familiares, superação de violação de direitos.

Muitas vezes o atendimento e acompanhamento é realizado de forma automática no acolhimento e nos posteriores desdobramentos dos casos, sem a reflexão sobre as indagações dessas pessoas e sobre os motivos que levam a não adesão das mesmas nos serviços.

Toda essa experiência foi fundamental para o surgimento de algumas questões: Esses usuários sabem o motivo de estarem nesse serviço? Entendem o que esse serviço realiza? E para além dos usuários, os próprios profissionais conhecem o equipamento que estão inseridos e sabem como realizar esse acompanhamento? Qual metodologia aplicam? Como se aproximam da realidade do outro para que o acompanhamento tenha resultado?

Essas indagações foram fundamentais na motivação da pesquisa, juntamente com a vivência de uma formação pela CAPINA – Cooperação e Apoio à Projetos de Inspiração Alternativa, que teve o objetivo de trazer o protagonismo das mulheres na economia dos setores populares no Rio de Janeiro e Região Metropolitana. Formação esta que tinha como enredo mulheres com empreendimentos diversos como, gastronomia, agricultura familiar, beleza e artesanato.

Essa formação foi um marco para minha formação, trazendo novos paradigmas mediante os instrumentos metodológicos realizados durante o período de dois anos, com encontros presenciais. Estes encontros eram realizados no formato de roda, tendo as temáticas introduzidas com um recorte dentro das vivências e realidades de cada território, trazendo reflexões a partir das nossas próprias indagações, estando todas em um mesmo nível de saber naquele momento, independentemente se houvesse níveis diferentes de instrução.

Após essa formação, a intenção de buscar referências sobre a educação fora dos espaços escolares foi ficando cada vez mais latente. Trazendo a experiência vivida na formação através de novos formatos e metodologias de educação, com a experiência profissional nos serviços socioassistenciais, percebi que poderia ser possível a inclusão dessas práticas e metodologias participativas nos acompanhamentos no âmbito do SUAS. Esta possibilidade intensificou o desejo de pesquisar a educação não formal, tendo a roda de conversa como mediadora desse processo intervencivo.

Nesse sentido, a importância desse estudo justificou-se considerando a relevância da educação fora dos espaços formais, pautando em uma educação que dialogue com a realidade dos indivíduos, principalmente para aqueles que adentram no campo das vulnerabilidades ocasionadas pela violência, pobreza e falta de acesso a direitos constitucionais. Para além dessas fragilidades há força, potencialidade e capacidade a serem desenvolvidas, estimuladas e necessitam de acesso a espaços que lhes tragam informação, orientação e problematização que favoreçam uma análise crítica e reflexiva das suas trajetórias. E permita dessa forma progredirem na compreensão de suas vivências e nas possibilidades de alterá-las, em uma perspectiva emancipatória.

O presente trabalho teve como objetivo geral, compreender a educação não formal como prática pedagógica no acompanhamento familiar realizado no CREAS do município de Paracambi, pelo seu principal serviço, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI. E como objetivos específicos, apresentar e discutir metodologias participativas com os profissionais atuantes no CREAS/PAEFI; como os profissionais do CREAS/PAEFI compreendem e avaliam as metodologias participativas.

Dessa forma, falar do território da pesquisa, o Município de Paracambi, é relembrar um momento muito significativo da minha trajetória de vida. Município vizinho da cidade onde moro, Seropédica, ao qual vim com a idade de quatro anos, juntamente com meus irmãos mais velhos, mãe e pai. Até por volta dos 12 anos, Seropédica era minha única referência em relação aos estudos, vida social e amizades. Porém, no ano de 1998, eu e meus irmãos mais velhos fomos matriculados em uma escola em Paracambi.

Essa relação iniciou no 6º ano do ensino fundamental até o 3º do ensino médio. Porém, para além da vivência no âmbito educacional, também tive a oportunidade de residir no Município. Foi a primeira experiência estudando e morando em outro local, e até hoje tenho grandes memórias afetivas referente essa época da minha vida. Esses anos residindo e estudando em Paracambi, pude conhecer a realidade e vivenciar o território nos seus aspectos econômicos, culturais, educacionais e etc.

Dessa experiência, que de primeiro momento seria somente de estudos, levou-me a admirar a cidade e a guardá-la com muito apreço. Pois, foram anos importantes da minha vida, salientando a fase da adolescência, onde as amizades com perspectivas de vínculos futuros vão se formando. E não foi diferente, pois, até hoje tenho amizades na qual conquistei da época de escola. E todo o ensinamento adquirido no âmbito da educação básica, que se atrelava com as questões do território.

O vínculo com o território pesquisado perpassa por questões afetivas e de memórias e para, além disso, hoje com maturidade acadêmica e profissional para compreender os aspectos sociodemográficos da região e poder contribuir com o retorno desse estudo.

A compreensão da relação do pesquisador com o território da pesquisa se torna um aspecto importante a ser considerado na consolidação do trabalho de campo, como também com os atores desse processo. Com vista a um olhar atento para os dados coletados, que permita ir além do que simplesmente está sendo mostrado, com compromisso teórico-metodológico para a captação da realidade vivida (Minayo, 2013).

O trabalho está organizado em quatro capítulos. O capítulo “A questão social: reflexões e perspectivas contemporâneas” têm como proposta refletir sobre a vulnerabilidade social, questão social, as expressões da questão social e as políticas que foram criadas a partir dessa análise da questão social.

O capítulo “Educação: o ponto de partida para a liberdade” segue na intenção de abordar a educação não formal e sua ligação com o campo social, metodologias participativas e a dimensão educativa no SUAS, com o intuito de apresentar a potencialidade dessa educação com vista a potencializar o processo de protagonismo do indivíduo.

O capítulo “Universo da pesquisa e seus desdobramentos” objetiva apresentar a metodologia utilizada, os sujeitos do estudo, as intervenções propostas e o município de Paracambi, território no qual a pesquisa se inseriu.

O capítulo “Vivências da pesquisa” tem a perspectiva de adentramos na questão do acompanhamento familiar, com o perfil dos usuários do CREAS/PAEFI, e sua interface com o acompanhamento familiar, bem como abordar as rodas de conversa como proposta de metodologia participativa no âmbito do PAEFI. Essa metodologia nos proporcionou uma abordagem inclusiva, através da participação ativa no desenvolvimento da pesquisa. Ao criarmos um ambiente de diálogo, a roda de conversa favoreceu a construção de vínculos com os participantes. Sendo de suma importância essa abordagem metodológica para coletas de dados contextualizados, uma vez que compartilha as experiências práticas dos envolvidos no processo.

1 CAPÍTULO I

A QUESTÃO SOCIAL: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Este capítulo busca compreender as complexidades que envolvem as relações sociais, as desigualdades, as dinâmicas de poder e as demandas por justiça e inclusão para compor uma visão abrangente da sociedade contemporânea. Abordaremos a interconexão entre as estruturas sociais, as políticas públicas, considerando a dinâmica entre fatores econômicos, culturais e políticos que moldam as disparidades sociais. Realiza uma análise crítica, sobre as interfaces que se atrelam ao campo social, contra as desigualdades socialmente produzidas. Partimos de um processo de acumulação de força para uma forma de desenvolvimento social, que contemple o desenvolvimento de todos os indivíduos sociais.

1.1 Vulnerabilidades socialmente produzidas

Frente às questões das desigualdades produzidas e intensificadas pelo capitalismo, cada vez mais as vulnerabilidades vão se acentuando. Compreender a vulnerabilidade, onde e como ela se aplica se faz necessário uma vez que seu conceito é multifacetado e requer um olhar atento diante dessa dimensão.

A partir das críticas aos limites do conceito de exclusão social, alguns estudos passaram a apontar a existência de uma “zona de vulnerabilidade” [...] Dentre os vários enfoques dados ao termo vulnerabilidade social, observa-se um razoável consenso em torno a uma questão fundamental: a qualidade do termo deve-se a sua capacidade de captar situações intermediárias de risco localizadas entre situações extremas de inclusão e exclusão, dando um sentido dinâmico para o estudo das desigualdades, a partir da identificação de zonas de vulnerabilidades [...] (Brasil, 2007, p. 13).

Nesta perspectiva, Semzezem e Alvez (2013), também destacam a compreensão das vulnerabilidades sociais a partir do empobrecimento da classe trabalhadora, vinculada a dificuldade de prover recursos materiais para sua sobrevivência. E para além da esfera material, também podemos destacar as vulnerabilidades ao que tange as dificuldades relacionais e culturais, pois estas acabam interferindo na convivência e processos relacionais dos indivíduos como ressaltam Semzezem e Alvez (2013, p. 144):

As vulnerabilidades sociais referenciadas pela política não se restringem às condições de pobreza, mas abarcam, igualmente, vitimizações, fragilidades e contingências que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, em decorrência de imposições sociais, econômicas e políticas.

Introduzir o debate no campo da vulnerabilidade social requer um olhar ao longo do processo histórico da criação da nossa sociedade, “a história da sociedade parece movimentada por um vasto contingente de operários agrícolas e urbanos, camponeses, empregados e funcionários. São brancos, mulatos, negros, caboclos, índios, japoneses e outros” (Ianni, 1989, p. 192). Refletir sobre essa sociedade requer considerar sua construção através de opressões culturais, habitacionais, trabalhistas e tantas outras que até então não

eram pensadas e tão pouco mencionadas.

A contribuição dos movimentos sociais deu visibilidade à temática da questão social no país, com movimentos de luta após a abolição da escravatura e a urgência por condições dignas de trabalho, fazendo com que o Estado reconhecesse a questão social como realidade. Ao longo do tempo, após a abolição da escravatura, esse processo foi sendo desafiador, demonstrando à gravidade da população menos favorecida brasileira, com uma herança econômica defasada para os mais pobres e produtivas para os mais ricos (Ianni, 1989).

Mediante as transformações econômicas da sociedade com o advento do capitalismo, cada vez mais a parcela menos favorecida da sociedade foi sendo desfalcada e a crescente desigualdade social foi tomando forma e se intensificando até os dias de hoje. Expressando múltiplas desigualdades nas relações de gênero, étnico-raciais causando para a sociedade prejuízo ao acesso aos bens e serviços, como destacado por Iamamoto (2009).

Dessa forma, o debate envolvendo as vulnerabilidades socialmente produzidas passa a dar sentido a questão social e sua origem na sociedade capitalista. Essas vulnerabilidades referem-se às condições de fragilidade, exposição e falta de recursos enfrentada por determinados grupos da sociedade. Não podendo ser caracterizadas como naturais ou inerentes aos sujeitos, mas empreendidas por estruturas sociais, políticas e econômicas, que decorrem a processos discriminatórios, desigualdades e relações de poder desigual.

1.2 Questão social e seus rebatimentos na sociedade

Lutar pela afirmação de direitos frente ao atual cenário de desigualdade que nos é apresentado cotidianamente é também lutar contra o sistema dominante, entendendo esse processo como intrinsecamente associável à questão do capitalismo.

Nessa perspectiva, Iamamoto (2000, p. 27), traduz para nós a questão social como um conjunto das “expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por parte da sociedade”. De mesmo modo, Netto (2001), comprehende a questão social como expressão das contradições do modo de produção capitalista, que se manifesta em diversas dimensões da vida social, como a pobreza, a exclusão social, a violência, entre outras.

Dessa forma, a questão social se entrelaça na sociedade demonstrando a apropriação privada de uma riqueza que é socialmente produzida, de origem da contradição entre capital e trabalho, trazendo consigo as expressões da questão social, como a fome, a má distribuição de renda, o pauperismo e etc.

Nessa corrente de pensamento, compreender o processo histórico e estrutural da questão social, traz um sentimento de reflexão, frente às demandas do capitalismo e seu modo de produção na exploração da força de trabalho. Como apresenta Netto (1992), a essência do capitalismo se traduz pela apropriação capitalista de uma parcela do valor produzido pelo trabalhador, além do que é necessário para a sua própria reprodução, exprimindo um sentimento de mais-valia. Caracterizado pela busca constante de expansão e acumulação de riqueza, através da intensa exploração da força de trabalho, bem como da massiva produção e busca por novos mercados e fonte de matéria-prima, que aponta o capitalismo como um sistema que gera desigualdades sociais e econômicas profundas.

Ainda na crítica ao capital, Iamamoto (2007), corrobora enfatizando o capitalismo caracterizado pela financeirização da economia, pelo neoliberalismo, pela globalização e pela intensificação da precarização do trabalho. Baseado na busca incessante pelo lucro e na acumulação de capital, que gera uma ampliação das desigualdades sociais, da exclusão e da marginalização de parcelas cada vez mais amplas da população. Reflete com isso, sobre reconhecer o papel do capitalismo na reprodução das desigualdades sociais e econômicas, que

afetam a vida das pessoas.

Dessa forma, a crítica ao capital demonstra mediações históricas e assume expressões difundidas em todas as dimensões da vida em sociedade. Expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, disseminado por desigualdades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. A concentração de riqueza e poder nas mãos de uma minoria de proprietários de capital são acompanhados pela exclusão e exploração da maioria da população, que é forçada a vender sua força de trabalho em condições cada vez mais precárias. Destaca um sistema que se caracteriza pela crise e instabilidade econômica.

Como definido por Gramsci (2000, p. 331), o Estado é compreendido como todo um “complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dominante não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados, o que implica domínio e consentimento, luta por hegemonia e um Estado perpassado pela luta de classes e correlação de forças”. Podemos assim, mencionar que a relação entre o conceito de Estado e a questão social é intrincada e relevante para compreendermos os mecanismos de dominação e as raízes das desigualdades na sociedade.

Para Gramsci (2000), o Estado exerce a hegemonia por meio de uma combinação de coerção e consentimento. A classe dominante não apenas utiliza a força e a repressão para impor sua vontade, mas também estabelece sua supremacia culturalmente, moldando a forma como as pessoas pensam, agem e percebem sua realidade. A hegemonia culturalmente construída pela classe dominante influência a percepção da questão social. Problemas estruturais, como a desigualdade de oportunidades e a exploração econômica, podem ser obscurecidos ou justificados por meio de ideologias que culpam os indivíduos por sua própria situação. Introduzindo a naturalização da questão social, transformando suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados no combate à pobreza. Sem falar no histórico assistencialista desenhado para tratar a questão social e a desigualdade como um todo, ato que reflete ainda na atualidade, onde os trabalhadores do SUAS ainda são vistos de forma caritativa, bem como a própria política pública. Isso, como consequência do Estado, após atuar como guardador da produção capitalista, com a garantia dos altos lucros e possibilitar a acumulação, preservação e controle direto frente ao capital monopolista (Tomaz, 2013).

Nesse sentido, pensar possibilidades e intervenção nas dinâmicas sociais e econômicas que perpetuam as desigualdades e a exclusão social, articular alternativas para construção de um sistema mais justo e solidário. Que coloque os interesses das pessoas acima dos interesses do capital, analisando os fatores históricos, políticos e sociais que contribuem para esses problemas, com intuito de desenvolver estratégias que abordem a desigualdade social e a exploração.

A superação da questão social requer a identificação e a contestação das estruturas de poder que perpetuam a dominação. Para isso, é necessário o desenvolvimento de uma consciência crítica das classes dependentes e a construção de uma nova hegemonia que busque a justiça social, a igualdade e a transformação das estruturas de poder.

Em suma, a questão social revela a importância de compreender o papel do Estado como um agente que molda ideologicamente as relações de poder na sociedade. Levando a refletir sobre a complexidade das desigualdades sociais e a necessidade de promover uma mudança consciente e transformadora para enfrentar os desafios da questão social e alcançar uma sociedade mais justa e inclusiva.

1.3 - Políticas Públicas e Políticas Sociais: desafios para o desenvolvimento social

As Políticas públicas se constituem em um campo de conhecimento partindo do pressuposto enquanto garantidora de direitos. Para Souza (2003), o campo da política pública é amplo, não podendo ser definido de uma única forma, e o foco no papel dos governos, analisando o aspecto de conflito e os devidos limites que cercam as decisões governamentais. A importância de uma visão holística sobre o tema, “indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores” (Souza, 2003, p. 25). Nesse sentido quando pensamos sobre política pública entendemos a especificidade do governo, porém sem dissociar das demais esferas:

[...] o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (politics) e à sociedade política (polity), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública. O entendimento dos modelos e das teorias acima resumidos pode permitir ao analista melhor compreender o problema para o qual a política pública foi desenhada, seus possíveis conflitos, a trajetória seguida e o papel dos indivíduos, grupos e instituições que estão envolvidos na decisão e que serão afetados pela política pública (Souza, 2003, p. 40).

Desse modo, é importante destacar que a atuação do Estado não deve ser limitada à implementação de políticas públicas, mas deve também abranger a promoção de mudanças estruturais na sociedade, como a redistribuição de renda e a garantia de direitos sociais e trabalhistas. Com foco na formulação em diferentes níveis governamentais, desde o âmbito federal até o municipal. Além disso, podem ser implementadas por meio de leis, regulamentos, programas de governo e destinação de recursos financeiros. O seu objetivo é organizar a atuação do Estado para que este possa intervir na sociedade e garantir direitos, promover o bem-estar e a equidade social.

É fundamental que o Estado atue em conjunto com a sociedade civil e com os diversos atores sociais para enfrentar as expressões da questão social de forma mais efetiva e democrática. A participação da população nas decisões políticas é essencial para garantir a legitimidade das políticas públicas e para garantir que as ações do Estado estejam alinhadas com as demandas e necessidades da população.

Nesse sentido, o Estado atrelado ao monopólio e para se legitimar frente às questões relacionadas às contradições capital e trabalho, incorpora as demandas das classes menos favorecidas, e passa atuar na causa da questão social através das políticas sociais. Para Netto (1992, p. 30)

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas, sistema de consenso variáveis, mas operantes.

Nessa corrente de pensamento, seria a política social uma das vias de acesso para a obtenção de estratégias e fortalecimento ao enfrentamento as desigualdades e exclusão social? Cabe ressaltar a especificidade da política social, como uma subárea ou um conjunto de ações dentro das políticas públicas. Ela se refere especificamente às ações e programas voltados para a proteção social, garantia de direitos e promoção do bem-estar dos cidadãos. As políticas sociais têm como foco a resolução de problemas e desigualdades sociais, com a

finalidade de oferecer suporte às pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social. Englobando áreas como a assistência social, a saúde, a educação, a segurança alimentar, o trabalho, habitação e etc. O seu principal objetivo é garantir o acesso universal aos serviços e benefícios sociais, buscando reduzir a pobreza, a exclusão social e promover a inclusão e a cidadania.

Ao que se refere à política social, é importante lembrarmos sua natureza contraditória, “a política social reside do fato de que é graças a essa natureza, que a referida política pode atender demandas e necessidades sociais no mesmo passo em que é capturada pelo capital para servir aos seus interesses” (Pereira, 2013, p. 17).

Nesse sentido, refletir sobre o processo enraizado que afeta a política social no cenário capitalista se faz necessário. Para Pereira (2013), a política social perpassa por um processo complexo e internamente contraditório a sua meta, sob a ingerência direta do capital, deixa de ser qualitativa e variada, como são as demandas e necessidades das pessoas e grupos, e passa a ser quantitativa e singular, à semelhança das necessidades do capital, que se resumem na expansão e na maximização do lucro. A autora ainda corrobora evidenciando que a política social não se manifesta univocamente, não é idêntica em todos os tempos e lugares, e pode ser tanto positiva quanto negativa para o trabalho e o capital.

Além disso, importa reconhecer que a política social não é unívoca, isto é, não é idêntica em todos os tempos e lugares; e dada à possibilidade de ser, num mesmo momento e espaço geográfico, positiva e negativa para o trabalho e o capital, ela nunca poderá ser pensada como um recurso exclusivo das forças dominantes. Os dominados também podem acessá-la desde que se organizem e enfrentem com armas políticas apropriadas as forças que os oprimem. Tal reconhecimento ajuda-nos também a perceber que existem paradigmas competitivos ou rivais a orientá-la, através dos tempos, e sistemas políticos diferenciados a manejá-la. Por isso, tal política não está a salvo de ser engolfada pelo velho, mas renovado, embate entre direita e esquerda, tanto na sua concepção quanto na sua execução, e de ser disputada por ambas as tendências (Pereira, 2013, p. 17).

O destaque do importante papel da política social na luta contra a desigualdade social e a opressão, porém sua efetividade depende da correlação de forças em presença e da capacidade de resistência e organização dos dominados.

Cronemberger e Teixeira (2014) destacam que as formas primárias de solidariedade da família não são capazes de superar o ciclo da pobreza intergeracional e as vulnerabilidades sociais, sendo necessária a presença do poder público para trazer cuidados e assistência para materializar o direito à vida familiar e comunitária. O resgate da política social pública, para além dos arranjos informais de provisão social, sendo crucial destacar a necessidade de revitalizar a política social pública, assegurando assim a confiabilidade e a coerência de suas medidas.

Por mais que o Estado não responda adequadamente às desigualdades sociais, ele deve, pelo papel e função de garantidor de direitos sociais, garantir a reprodução social dos trabalhadores e minorias, embora essa cobertura dependa da correção de forças, das lutas de classes e movimentos sociais. Esses princípios fundamentais baseiam-se em um conhecimento rigoroso da realidade, assim como no compromisso com as legítimas demandas das famílias contemporâneas.

É imperativo reconhecer que, embora os arranjos informais desempenhem

um papel relevante na provisão de serviços sociais, eles não podem substituir totalmente a responsabilidade do Estado em fornecer políticas e programas sociais eficazes. Portanto, a promoção de uma política social pública robusta é essencial para garantir a equidade e o bem-estar social. A política social pode mudar de tendência e ser acessada pelos dominados desde que se organizem e enfrentem com armas políticas apropriadas as forças que os oprimem (Pereira, 2013).

A política social não é uma fatalidade e pode ser colocada como possibilidades de instrumento de emancipação da população. Trazer a possibilidade de emancipação na concepção de uma emancipação política, e até mesmo humana, mesmo em uma sociedade capitalista na qual a emancipação humana se torna desafiador, mero ao impossível. Para Marx (2010), a emancipação política não desafia as bases econômicas do capitalismo, onde a verdadeira opressão e exploração ocorrem. E por outro lado à emancipação humana envolve a superação do capitalismo e das relações de produção que alienam os indivíduos de seu trabalho, de si mesmos e dos outros. Enquanto a emancipação política pode oferecer uma igualdade formal dentro do sistema existente, a emancipação humana exige uma transformação das estruturas econômicas e sociais.

Ao resgatar a política social pública, é imprescindível embasar suas decisões em um conhecimento aprofundado da realidade social, econômica e cultural. É necessário realizar análises criteriosas e abrangentes, utilizando dados confiáveis e atualizados, a fim de compreender de forma precisa as necessidades e desafios enfrentados pelas famílias contemporâneas.

Além disso, é fundamental que as políticas sociais sejam concebidas com base no comprometimento genuíno com as demandas legítimas das famílias. Isso requer uma abordagem sensível, que envolva a participação ativa dos cidadãos, especialmente dos grupos mais afetados e vulneráveis. É necessário ouvir suas vozes, considerar suas experiências e incluí-los nos processos de tomada de decisão, a fim de garantir que as políticas implementadas atendam às suas necessidades reais (Cronemberger e Teixeira (2014).

1.4 Reflexões e perspectivas sobre a Política de Assistência Social

Percorrido o caminho das políticas públicas e das políticas sociais, adentrando no campo da política de assistência social, compreendendo esta como decorrente das demais políticas já abordadas. Nesse sentido, as políticas públicas no âmbito do sistema único de assistência social, materializando os pressupostos da Constituição Federal de 1988, o tripé saúde, previdência e assistência social consolidam a compreensão de seguridade social como ação integrada do Poder Público e da sociedade (Brasil, 1988). Elencada na seguridade social não contributiva entende como papel e dever do Estado assegurar direitos constitucionais a sociedade.

Nessa perspectiva, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) objetiva a inclusão de indivíduos, famílias e grupos que dela necessitam nas políticas de proteção social básica e especial, constituindo-se como referência no trabalho socioassistencial na perspectiva de política pública de direitos sociais não contributivos. Estabelecendo seus princípios, diretrizes e objetivos com intuito de uma proteção social que garanta “segurança de sobrevivência (de rendimentos e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar” (Brasil, 2004, p. 31).

O SUAS preconiza suas políticas de proteção tendo como eixo principal a proteção

social básica – PSB e a proteção social especial – PSE, esta dividida em média e alta complexidade. Como mostra a figura 1.



Figura 1 - Divisão das proteções sociais

Fonte: Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial, (2018).

Constitui no âmbito da política de assistência a base dos serviços socioassistenciais, amparando em relação à dinâmica e observância das vulnerabilidades e risco social, tendo como equipamento público estatal o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Estes são responsáveis pela oferta dos serviços no âmbito da política pública assistencial, configurando os seus níveis de complexibilidade como preconiza a Tipificação Nacional de Serviço Socioassistencial,

O SUAS configura-se como o novo reordenamento da política de assistência social na perspectiva de promover maior efetividade de suas ações, aumentando sua cobertura. Neste sentido, a política de assistência social é organizada por tipo de proteção - básica e especial, conforme a natureza da proteção social e por níveis de complexidade do atendimento. No SUAS os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social são reorganizados por níveis de proteção, em Proteção Social Básica (voltada à prevenção de situações de riscos pessoal e social, fortalecendo a potencialidade das famílias e dos indivíduos) e Proteção Social Especial (voltada à proteção de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social), tendo por base o território, de acordo com sua complexidade, respeitada a diversidade regional e local (Brasil, 2005, p. 3).

Nessa perspectiva, caracterizando os serviços a nível de política pública, o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, é popularmente conhecido como a porta de entrada da assistência social, prevendo a oferta de serviço referente ao fortalecimento e prevenção dos vínculos familiares através do seu principal serviço, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.

É a partir do trabalho com famílias no serviço PAIF que se organizam os serviços referenciados ao CRAS. O referenciamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica ao CRAS possibilita a organização e hierarquização da rede socioassistencial no território, cumprindo a diretriz de descentralização da política de assistência social (Brasil, 2009, p. 6).

O PAIF se articula a nível de proteção social básica, preconizando no território ao qual está inserido, o trabalho social de forma protetiva, fortalecendo a função protetiva das famílias, preventiva, no sentido de prevenir a ruptura dos vínculos familiares e proativa, promovendo o acesso aos direitos. Nesse contexto, o PAIF inova ao materializar a centralidade do Estado no atendimento e acompanhamento das famílias e indivíduos de modo proativo, protetivo, preventivo e territorializado, assegurando o acesso a direitos e a melhoria da qualidade de vida (Brasil, 2012). Tem como público alvo famílias em vulnerabilidade e risco social, em especial as beneficiárias de programa de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família¹. Famílias em descumprimento de condicionalidades²do programa de transferência de renda e famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC),³também são elencadas como público de referência para atendimento / acompanhamento no CRAS. Dessa forma:

A articulação dos serviços socioassistenciais do território com o PAIF garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços, permitindo identificar suas necessidades e potencialidades dentro da perspectiva familiar, rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas. O trabalho social com famílias, assim, apreende as origens, significados atribuídos e as possibilidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas por toda a família contribuindo para sua proteção de forma integral, materializando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do SUAS (Brasil, 2009, p. 6 -7).

Ainda na dimensão dos serviços socioassistencias potencializando a política pública de assistência social, vincula-se o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, na esfera da proteção social especial – PSE. Este é responsável pela oferta de serviço a nível de atendimento/acompanhamento a famílias e indivíduos por ameaça ou violação de direito, decorrente de abandono, violência física, psicológica, sexual, cumprimento de medida sócio-educativas, situação de rua, trabalho infantil, discriminação, dentro outros (Brasil, 2005).

O CREAS no eixo na proteção social de média complexidade se enquadra como atendimento/acompanhamento das situações de agravamento no que tange às violações de direitos, pautanto seu trabalho em um olhar sistêmico dentro das especificidades do programa. Como o PAIF na proteção básica, o PAEFI na proteção especial, caracteriza-se como principal serviço na potencialização da superação dos direitos violados partindo do pressuposto de vínculos familiares e comunitários fragilizados e/ou rompidos.

São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada (Brasil, 2005, p. 37).

¹Programa do Governo Federal, que busca a transferência de renda para famílias em situação de pobreza, e a integração de políticas públicas como saúde, educação e assistência social. (BRASIL, 2023).

² Quando a família não cumpre as condicionalidades exigidas dentro do programa de transferência de renda, que envolve a saúde, educação e assistência social.

³Direito garantido pela Constituição Federal de 1988, a partir da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, no valor de um salário mínimo para idosos com idade igual ou superior a 65 anos, ou à pessoas com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual e sensorial. Impossibilitando sua participação de forma plena e efetiva na sociedade. (Brasil, 1993).

Nesse sentido, o PAEFI, fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, na potência, valores, crenças e identidades dos núcleos familiares, destacando a articulação com os demais serviços socioassistenciais nas diversas políticas públicas, sem falar na articulação com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Esse sistema se estabele entre promoção, defesa e controle social, onde cada esfera caracteriza-se por uma representação. A promoção refere-se às políticas públicas de educação, saúde e assistência, seus serviços e programas. A defesa remete a garantia de acesso à justiça, são as delegacias, poder judiciário, e na esfera no controle social estão às representações da sociedade civil, os conselhos municipais, no controle das ações de promoção e defesa desse sistema.

Busca garantir atendimento e demais providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito (Brasil, 2009). Norteia sua proposta a fim de amparar a reconstrução de relações familiares, incluir família no sistema de proteção, romper com padrões violadores, reparar os danos a incidência e prevenir a reincidência de violações de direitos. Direitos esses violados por diversos motivos como:

Violência física, psicológica e negligência; Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; Tráfico de pessoas; Situação de rua e mendicância; Abandono; Vivência de trabalho infantil; Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos (Brasil, 2009, p. 19 – 20).

O PAEFI na perspectiva dos serviços socioassistenciais eleva seu acompanhamento partindo do pressuposto de ser vinculado a um centro de referência especializado, entendendo a importância dos instrumentos de trabalho diferenciado a partir das suas especificidades e complexidades. Instrumentos de trabalho esses como: acolhida qualifica, escuta diferenciada, plano de acompanhamento familiar e/ou individual, visitas domiciliares quando necessário, materializando assim alguns instrumentos realizados pelos trabalhadores do serviço como meio de superar as violações.

Partindo do entendimento para superação de direitos, é importante salientar que cada família/indivíduo pode ter mais de uma violação, como por exemplo, um indivíduo que chega por violação de direito devido uma violência sexual, mediante o acolhimento podem ser verificado outras violações como psicológica, vínculos familiares rompidos, falta de acesso a educação, saúde, etc. Nessa perspectiva o acolhimento se torna fator fundamental como primeiro contato e acesso do usuário no serviço, entendendo que a partir daquele ponto o vínculo vai se construindo aos poucos e no decorrer do processo. Processo este que leva tempo e requer um entendimento amplo por parte dos trabalhadores de como intervir nesse dinamismo, respeitando a individualidade, pautando na autonomia de cada indivíduo e a na potencialidade do serviço na primazia para a superação das violações de direitos apresentadas.

Ao que tanje à autonomia, o PAEFI configura-se como imprescindível para além da situação de violação de direito, mas também se faz importante e necessário para o exercício da cidadania, potencializando e fortalecendo o acesso desses indivíduos a sua plena atuação na sociedade, partindo da reflexão crítica sobre direitos, utilizando esse local como espaço de formação embutindo a educação popular, educação não formal nesse espaço.

A relevância dessa educação pautada na troca de vivências, na reflexão sobre os direitos políticos e sociais é de fato uma educação que precisa ser apropriada. Uma educação

pautada sem uma estrutura de supremacia entre saberes, mas sim de experiências, elevando a participação de todos no processo de ensino/troca/aprendizagem. Dessa forma pactua com os objetivos do PAEFI na superação da violação de direito através da autonomia dos usuários, colocando-os como protagonistas do processo. Esta visão é reforçada pelo documento Acompanhamento familiar na política de assistência social (2011):

Após todo este percurso, é necessário e urgente reafirmar questões de absoluta relevância para o trabalho social presentes na concepção do PAIF e PAEFI, a partir de Referencial Teórico-Metodológico Crítico para o acompanhamento familiar, atentando para as formas como a assistência social pode contribuir para um atendimento verdadeiramente integral às necessidades das famílias, cumprindo assim o objetivo de fortalecer a cidadania (Rio de Janeiro, 2011, p. 7).

Sem esgotar as reflexões diante do cenário das desigualdades das políticas públicas, políticas sociais e política de assistência social, reconhecemos a necessidade de fundamentar suas ações no conhecimento mais rigoroso possível, bem como no comprometimento com as demandas autênticas das famílias. Pensar possibilidades e intervenções nas dinâmicas sociais e econômicas que perpetuam as desigualdades e a exclusão social, ampliando o debate e estudo na tentativa de mensurar e obter estratégias de enfrentamento.

O papel do Estado frente às questões sociais é complexo e desafiador, mas é fundamental para a promoção do bem-estar social e da justiça social. É necessário que atue de forma efetiva, articulada e democrática, que possibilite a promoção de mudanças estruturais na sociedade e garanta a participação da população nas decisões políticas. Esta seria uma proposta de uma sociedade mais equitativa, inclusiva e responsável, na qual todos os indivíduos tenham acesso adequado às condições essenciais para seu bem-estar e desenvolvimento pleno.

2 CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO: O PONTO DE PARTIDA PARA A LIBERDADE

Neste capítulo, traremos a educação e seu papel enquanto garantidora de direito, sua natureza na transformação no desenvolvimento do indivíduo e na sociedade como um todo. Partimos do entendimento da educação em sua ampla abrangência, para além dos espaços formais de ensino, evidenciando a educação não formal como complementar e enriquecedora ao processo educativo. Abordamos a educação não formal e suas interfaces como ferramenta para a participação social dos indivíduos na sociedade, na busca de promoção e emancipação frente às expressões da questão social.

2.1 Educação não formal como potencializadora do processo de autonomia e protagonismo do indivíduo

No campo educacional existem três práticas diferentes, que acontecem separadas, porém, não independentes uma da outra, são elas: educação formal, educação informal e educação não formal. Educação formal trata-se do que ocorre dentro de escolas, universidades, seja no âmbito público ou privado, cursos de aperfeiçoamento e treinamento onde o desenvolvimento das aulas acontece na maioria das vezes dentro de uma sala, por meio de livros didáticos, lousa, caderno, com uma carga horária específica e um currículo preestabelecido a ser executado (Gonh, 2011). A educação informal está diretamente voltada ao comportamento, hábitos, valores não intencionados e não institucionalizados (Gadotti, 2012). E a educação não formal está relacionada a organizações não-governamentais, movimento sociais, igrejas, sindicatos etc, indo na direção contrária do sistema educativo formal, na perspectiva de alcançar e compartilhar saberes, muitas vezes onde o Estado se omitiu. Compreendendo seu processo a partir das realidades e vivências apresentadas pelos envolvidos. Cabe salientar, que independente do termo não formal, isso não caracteriza que não haja planejamento e organização para sua execução. (Gonh, 2010).

No que tanje ao conceito de educação não formal, contamos com a contribuição de Gohn (2010), como referencial por disponibilizar uma escrita tanto da trajetória do termo “não formal” na literatura e sua aplicação nas práticas educativas, quanto às demandas desta mesma categoria e suas características. Gadotti (2012), Libâneo (2010) e Trilla (1993), também se dedicam a pesquisar a educação nessa perspectiva. Assim como Freire (1987), que com o termo educação popular, traz em sua proposta à troca, a partilha de saberes de um território que já experimenta a educação e traduz na sua vivência seus efeitos éticos políticos.

Precursora na categoria em que se observa desde os movimentos sociais e práticas associativas coletivas como meio de produção da educação, para Gonh (2010), a educação e o espaço não formal ampliam a aprendizagem valorizando as vivências do cotidiano.

A aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que passa ao seu redor é fundamental na educação não formal; a aprendizagem e os exercícios de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos, geradas pela participação em associações, movimentos, fóruns, conselhos e câmaras de gestão, de forma que estes cidadãos possam entender e fazer uma leitura do que está ao seu redor, quem é quem, que projetos e quais interesses cada um defende, quais são os interesses da maioria que deveriam ser defendidos, quais são as práticas cidadãs e emancipatórias, a

aprendizagem pela cultura, de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor [...] (Gohn, 2010, p. 35 - 36).

A autora nos torna sensíveis à uma percepção de que as práticas coletivas, os saberes populares e toda esfera que consiste no universo, pra além das unidades escolares, compõem a categoria não formal. Numa visão próxima, Libâneo (2010), entende que a educação não formal refere-se às organizações políticas, profissionais, científicas, culturais, grupos sociais, etc., com atividades de caráter intencional. Trilla (1993) destaca que na educação não formal os objetivos não estão diretamente ligados a aprovação, perspectiva esta própria da educação formal.

A educação não formal visa atingir as capacidades e potencialidades num âmbito coletivo, fazendo uma interpretação territorial/local para uma contextualização mais ampliada do lugar de fala, tendo o educador como interlocutor. Nesta modalidade de educação o lugar do cotidiano onde se passam múltiplas vivências, passa por uma ressignificação tornando-se palco de atuação do ensino aprendizado, colocando tanto os fatos quanto os agentes como ferramentas pedagógicas.

De acordo com Gohn (2006), um dos maiores objetivos da educação não formal é a construção de novos valores, reunindo pessoas e grupos diferentes com metas em comum. Gohn afirma ainda que:

Na educação não-formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem parte da cultura dos indivíduos e dos grupos. O método nasce a partir de problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizados os conteúdos não são dados a priori. São construídos no processo. O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas. Penetra-se, portanto no campo do simbólico, das orientações e representações que conferem sentido e significado às ações humanas. Supõe a existência da motivação das pessoas que participam. Ela não se subordina às estruturas burocráticas. É dinâmica. Visa à formação integral dos indivíduos. Neste sentido tem um caráter humanista. Ambiente não formal e mensagens veiculadas “falam ou fazem chamamentos” às pessoas e aos coletivos, e as motivam. Mas como há intencionalidades nos processos e espaços da educação não-formal, há caminhos, percursos, metas, objetivos estratégicos que podem se alterar constantemente. Há metodologias, em suma, que precisam ser desenvolvidas, codificadas, ainda que com alto grau de provisoria, pois o dinamismo, a mudança, o movimento da realidade segundo o desenrolar dos acontecimentos, são as marcas que singularizam a educação não-formal (Gohn, 2006, p. 31 - 32).

Nessa perspectiva pensar a educação não formal e suas metodologias participativas, com pessoas que vivenciam violação de direitos, é pensar em uma educação que nasça a partir da problematização da vida cotidiana, onde os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios e obstáculos. Apresenta relatos dos participantes de um processo de fala-escuta, de aproximação com a realidade de cada indivíduo, no intuito de levantar quais são os problemas e sugestões para se pensar um trabalho educativo emancipatório.

A educação na vida é inquestionável, assim como os processos educativos que são de grande importância, uma vez que são responsáveis por mudanças de paradigmas, conceitos e, porque, não de vidas. A mudança deve vir das pequenas “partes” para o todo, como menciona

Freire (1979, p. 84) “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Freire partiu do olhar sensível de compreender a educação como ato político, de resistência e de mudança da realidade. Intencionando suas ações com as classes menos favorecidas com intuito de introduzir o protagonismo no processo de aprendizagem a partir das vivências e realidades cotidianas dos grupos. A partir das vivências e estudos trazidos por Freire a educação recebe outras características para além dos espaços formais de ensino.

Com essa visão Freire aborda a questão política intrinsecamente associada ao processo educacional. Uma educação que se debruça em depositar conhecimento não considerando as inquietudes dos grupos, sem propor propostas que os façam refletir diante de situações impostas na sociedade.

Ao contrário disso, propõe como alternativa uma educação libertadora, tendo no diálogo a primazia dessa educação.

[...] a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. [...] O antagonismo entre as duas concepções, uma, a “bancária” [grifos do autor], que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educando, a segunda realiza a superação...] (Freire, 1987, p. 46).

Em uma visão semelhante, Gonh (2012), nos traz a reflexão de pensarmos uma educação que atue e direcione indivíduos no seu processo de autonomia e protagonismo, levando em consideração que “[...] os próprios sujeitos são construtores ou reprodutores de estruturais sociais” (Gonh, 2012, p. 46). Desse modo, podemos compreender a educação como um processo de natureza social, que se manifesta como um conjunto diversificado de vivências, e que desempenha um papel fundamental ao servir como base para a transformação na sociedade.

2.2 Educação não formal e suas interfaces com o campo social

Pensando na educação não formal como potencializadora do processo de reflexão do indivíduo frente as suas necessidades e realidade, Gonh (2016), ressalta que:

A educação não formal designa um processo com várias dimensões, tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem que os indivíduos façam uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor [...] (Gonh, 2016, p. 60).

Podemos estreitar a reflexão sobre educação não formal com a proposta crítica que embasa o serviço social. Monteiro (2018) discorre sobre os processos de formação e a educação não formal, na intenção de contribuir com o viés do diálogo das classes que estão à margem da sociedade por condições adversas, seja a falta de emprego ou o devido acesso aos seus direitos. Estas enfrentam profundas dificuldades que por determinações da própria

estrutura que é imposta passam a se apresentar como natural e com grandes dificuldades de serem reversíveis.

Ainda segundo Gonh (2016) por se tratar de uma educação que visa cultivar a compreensão de cidadania, promover a coesão comunitária e adquirir conhecimento em contextos diversos, a educação não formal muitas vezes também é associada à educação popular e educação comunitária.

Nesse sentido, a ligação com a educação popular no intuito de uma consciência política para a “intervenção na realidade social e a disputa de pretensões hegemônicas, orientada para a ação política que vise à emancipação humana.” (Monteiro, 2018, p. 8), se alinha ao pensamento de Freire ao visar a educação libertadora das massas trabalhadoras, instigando em prepará-las para o exercício da cidadania e democracia. A articulação entre o campo social e a educação não formal nos mostra sua representatividade ao que tange à proposta de inclusão social em suas infinitas possibilidades e dimensões.

Em um pensamento próximo, Gadotti (2012) traduz o significado pedagógico da educação social, popular e comunitária, situando-as como campo democrático e popular. Dessa forma, a referência de onde essas ações educativas acontecem não está simbolizada por edifícios e instituições, mas sim por diálogos direcionados.

Com intuito de possibilitar uma reflexão crítica aos indivíduos, a educação não formal abre acesso para se pensar o combate e diminuição de injustiças sociais. Pensar nas representações da política social em espaços públicos, “ao trabalhar com democracia deliberativa compartilhada, em que se juntam representantes do poder público com representantes da sociedade civil organizada, promove o exercício da educação não formal o tempo todo” (Gonh, 2016, p. 62).

Direcionado para esse trabalho educativo ao que tange à superação de vulnerabilidades e risco social, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, introduz esses espaços a partir da sua política de proteção social, mediante os serviços sociassistenciais (Brasil, 1993). De acordo com documento técnico “Acompanhamento familiar na política de assistência social” (2011)⁴, a introdução de instrumentos de aporte teórico metodológico nesses serviços, embasados no método dialético⁵ de leitura da realidade, referenciam-se teoricamente no pensamento de Paulo Freire.

Embora fortemente associado à educação, Paulo Freire consagrou-se como um importante teórico brasileiro que apresentou uma leitura de mundo baseada na perspectiva materialista histórico-dialética e contribuiu com uma concepção ampliada e crítica da ação pedagógica, apresentando em seu método, alternativas de trabalho social orientado para a transformação da realidade, a partir da vivência e dos saberes populares. Endendemos suas obras como uma referência fundamental para o desenvolvimento de um trabalho social horizontalizado, que reconheça as famílias como sujeitos históricos e transformadores (Rio de Janeiro, 2011, p. 11).

Compreendendo que suas vulnerabilidades não excedem a concepção de indivíduos atuantes na sociedade em que vivem e superando as expectativas centradas nas

⁴Acompanhamento familiar na política de assistência social. Uma proposta de metodologia para o Estado do Rio de Janeiro (2011). Uma publicação técnica da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos/Subsecretaria de Assistência Social e Descentralização da Gestão. Acesso em: 15/07/2022. <http://casadosconselhosmunicipais.com.br/uploads/publicacao/LIVRO-ACOMPANHAMENTO-FAMILIAR-NA-POLITICA-POLITICA-DE-ASSISTENCIA-SOCIALcompressed-1.pdf>

⁵ Método de abordagem utilizando da discussão, da argumentação e da provocação como características do processo de diálogo.

vulnerabilidades e riscos. Reconhecendo-os como sujeitos de direitos, autônomos e capazes de transformação da realidade social adversa. Em uma perspectiva inclusiva, contrapondo a ideologia hegemônica de fragmentação e individualização da questão social (Iamamoto, 2000).

Ao refletir sobre o conceito de inclusão na busca de promover o acesso aos direitos de cidadania, que resgatam alguns ideais já esquecidos pela humanidade, como o de civilidade, tolerância e respeito ao outro; contestam-se concepções relativas às formas que buscam, simplesmente, integrar indivíduos atomizados e desterritorializados, em programas sociais compensatórios. (Gonh, 2006).

É importante a contribuição de profissionais qualificados com a intenção de introduzir aos participantes desse processo de transformação, a busca de emancipação, autonomia e garantia de direitos, através da compreensão, reflexão e internalização crítica dos valores atribuídos pela sociedade, mas, de livre escolha dos caminhos a serem trilhados a partir da suas necessidades e expectativas.

2.3 Dimensão educativa no SUAS

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) assume um papel fundamental na promoção da educação e no desenvolvimento humano. No contexto das proteções sociais, o SUAS se destaca como uma estrutura que visa através dos serviços, programas e benefícios constituídos e referenciados através da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), e a própria Norma Operacional Básica do SUAS – NOB-SUAS (2012), garantir direitos e proporcionar condições para os cidadãos.

A PNAS (2004), traz o detalhamento das seguranças sociais afiançadas no SUAS, sendo elas: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e convívio ou vivência familiar. Ainda segundo o documento Fundamentos ético-políticos e rumos teóricos-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política de Nacional de Assistência Social (Brasil, 2016), menciona que:

A segurança de sobrevivência consiste em que todos, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego, tenham uma forma monetária de garantir a sobrevivência em padrão digno e de cidadania. A segurança de acolhida refere-se ao provimento de necessidades humanas básicas tais como alimentação, vestuário, abrigo e também a vida em sociedade. A segurança de convívio vincula-se à garantia do direito à convivência familiar e comunitária na perspectiva de desenvolver potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais e políticas, contemplando a dimensão multicultural, intergeracional, interterritorial, e intersubjetiva, entre outras (Brasil, 2016, p. 13).

Nesse sentido, a estrutura organizacional do SUAS fundamenta-se pelos serviços a serem prestados no âmbito do Trabalho Social com Famílias – TSF, vinculado no campo da proteção básica e especial, “particularmente do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Dessa forma, torna-se um canal fundamental para a consecução dasseguranças de renda, de acolhida e de convívio que marcam a especificidade da PNAS” (Brasil, 2016, p. 14).

Dentro desse arcabouço do SUAS, a dimensão educativa está intrinsecamente constituída nessa política, a educação surge como um dos pilares fundamentais para a transformação social e a promoção da cidadania. Diante a possibilidade de um trabalho educativo, pautamos o trabalho social com famílias, no âmbito dos grupos, bem como as propostas metodológicas e a operacionalização delas, vinculando a perspectiva das metodologias participativas para esse trabalho coletivo que perpassa pelo SUAS.

Sobre a proposta de abordagens metodológicas para o trabalho social no âmbito do SUAS, utilizamos como referencial teórico alguns documentos normativos da própria política de assistência social, sendo eles: Acompanhamento Familiar na Política de Assistência Social: Uma proposta de metodologia para o Estado do Rio de Janeiro (2011), Fundamentos ético-políticos e rumos teóricos-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política de Nacional de Assistência Social (Brasil, 2016) e Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Famílias – PAIF/Volume 2 (2012). Este último por mais que seja vinculado à proteção social básica, auxiliou na perspectiva sobre as questões referentes aos instrumentos técnicos-operativos e foi utilizado nas atividades propostas por esta pesquisa, uma vez que, existe uma carência de material específico sobre o PAIFI.

É de conhecimento que existe alguns documentos de orientação técnicas, como por exemplo, o Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (2016), e o Caderno de Perguntas e Respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social (2013), ambos documentos que direcionam práticas de serviços vinculados à proteção social de média complexidade. Porém, sobre o PAIFI, assim como os existentes sobre PAIF, há pouca produção que abranja e reflita com mais ênfase sobre esse serviço, exceto por assim dizer, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), que corrobora ao trazer as definições das proteções sociais e a caracterização dos serviços ofertados.

Ressaltamos a prática educativa vinculada ao SUAS, destacando a importância da abordagem metodológica para o acompanhamento familiar no âmbito das proteções sociais. Segundo o documento Acompanhamento Familiar na Política de Assistência Social: Uma proposta de metodologia para o Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 2011, p. 27), “toda metodologia de trabalho social terá sua execução pautada em algum referencial metodológico, ainda que seu executor não tenha consciência disso”. Essa base referencial, consciente ou não, nos remete a Freire (1980, p. 49 – 50) sobre a neutralidade das escolhas das técnicas. Ao mencionar que:

[...] é uma ingenuidade pensar que exista um conjunto de métodos e técnicas neutras para uma ação que se dá entre homens, em uma sociedade que não é neutra. Isto só seria possível se o trabalhador social não fosse um homem submetido, como os demais, aos mesmos condicionamentos da estrutura social, que exige dele, como de todos, uma opção frente às contradições constitutivas da estrutura.

Para o autor toda ação parte de uma análise, sem a possibilidade de construir métodos e técnicas de intervenção social como neutros, uma vez que, toda prática entre pessoas ocorre em um contexto social específico, atravessado por relações de poder, hierarquias e injustiças.

Nesta perspectiva, o Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Famílias (Brasil, 2012), reforça sobre a escolha da abordagem metodológica não ser algo indiferente, e sim que sejam compreendidas as diferentes abordagens para uma melhor definição sobre o conceito de família e territórios compatíveis com os pressupostos da PNAS e quais ações serão mais bem direcionadas.

Cabe ressaltar, a importância de não se preestabelecer e fixar uma abordagem metodológica. É preciso estar ciente que o trabalho social possui ferramentas metodológicas que devem funcionar em conjunto com diversos fatores como, especificidades das famílias, desejos, realidade social, histórica e cultural e as particularidades do próprio território. Com isso, a necessidade de ferramentas que estimulem a participação coletiva, que tragam reflexões sobre “suas condições de vida, valorizem os saberes de cada um, propiciem uma visão crítica do território, permitam o reconhecimento do dever estatal em assegurar direitos, possibilitem a vivência de experiências, fortaleçam suas capacidades para construir alternativas de ação e, assim, auxiliem no processo de conquista de cidadania” (Brasil, 2012, p. 97).

No que tange à proposta de abordagens metodológicas, ambos os documentos citados abordam uma metodologia dialógica e participativa, embasadas no pensamento crítico de Paulo Freire, norteando a dimensão educativa no SUAS, com os fundamentos da educação popular, uma educação libertadora e contributiva para a emancipação.

Uma das propostas abordadas nos documentos é a Pedagogia Problematizadora, “compreendida como resultado das obras Pedagogia do Oprimido (1970), Pedagogia da Autonomia (1996) e Pedagogia da Esperança (1992), todas de Paulo Freire” (Brasil, 2012, p. 98). A proposta vincula o pensamento freiriano, frente à educação popular. Embora pensada para os espaços de educação formal, a pedagogia problematizadora, “é empregada em outros contextos, por meio de adaptações, tais como a saúde, assistência social, entre outros” (Brasil, 2012, p. 98). O autor considera a Pedagogia Problematizadora como uma construção alternativa para o que se está vivendo, concebendo os “anseios e a leitura do mundo dos educandos”, a partir do pressuposto que o ser humano é um ser inacabado.

Ainda dentro dessa abordagem metodológica, o referido documento Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Famílias (Brasil, 2012), traz o seguinte parecer sobre a pedagogia problematizadora:

[...] é o constante ato de desvelamento da realidade, mediado pelo diálogo, que reconhece homens e mulheres como seres históricos e, por isso, capazes de lutar contra a acomodação ao mundo da opressão. É por meio desse entendimento que Paulo Freire questiona e problematiza a percepção fatalista de que “as coisas são assim mesmo”, “não há nada que se possa fazer” ou “o sistema é assim” – insumos para as práticas assistencialistas (Brasil, 2012, p. 98).

Com a proposta de ampliar sobre as abordagens metodológicas para o acompanhamento familiar, o documento Acompanhamento Familiar na Política de Assistência Social: Uma proposta de metodologia para o Estado do Rio de Janeiro (Brasil, 2011), referência o pensamento crítico e dialético de Paulo Freire como transformador e propõe embasado em sua teoria como metodologia a ser utilizada no acompanhamento familiar uma “abordagem metodológica dialógico-reflexiva, horizontalizada e participativa, como forma de reconhecer os usuários como sujeitos ativos de sua história” (Rio de Janeiro, 2011, p. 30).

Na intenção de articular essas metodologias, pensar nos instrumentos técnico-operativos é essencial, pois através deles as ações se realizam. Nessa perspectiva podemos citar como instrumentos técnico-operativos o acolhimento, entrevista, visita domiciliares, assembleias, reuniões, encaminhamentos, dentre outros (Brasil, 2016). Há ainda a necessidade do olhar cuidadoso frente às representações dessas metodologias e instrumentos, para que não venham a ser executados de forma somente para cumprir uma demanda, mas pensar estratégias de ações que visem a participação coletiva, que estreite laços de forma a

horizontalizar os saberes e as trocas.

Dentro dessa proposta, as reuniões caracterizam-se como ação importante no âmbito do trabalho coletivo.

A *reunião* é o instrumento privilegiado no contexto das abordagens grupais, especialmente no âmbito das ações de atendimento direto às famílias, pois permite o encontro de sujeitos que muito podem se beneficiar da convivência e da troca de informações e experiências. Esses benefícios relacionam-se tanto ao desenvolvimento pessoal dos participantes quanto às possibilidades de engajar-se em processos coletivos que visam alterações nas suas condições de vida (Brasil, 2016, p. 32).

Podemos estreitar tal instrumento técnico-operativo com a proposta das metodologias participativas, vinculada à educação não formal, ou seja, à educação popular, na tratativa de expressar e fortalecer a dimensão educativa no SUAS, com o propósito de “[...] superar o predomínio do agir tutelar no atendimento das famílias; a extrema valorização da racionalidade técnico-instrumental, e não da razão comunicativa; e a ênfase no controle, e não na emancipação” (Brasil, 2012, p. 103).

Pontuaremos a seguir sobre metodologias participativas, na direção de expor o fazer pedagógico no âmbito do SUAS, como ato reflexivo, de construção coletiva, na intenção de transpor o imediatismo nas propostas de intervenção.

2.4 Educação não formal e metodologias participativas

A utilização da educação não formal requer metodologias que dialoguem que tragam a participação dos sujeitos envolvidos. Dessa forma a roda de conversa estabelece uma relação recíproca com a educação não formal, que conforme Almeida (2011, p. 55):

A roda de conversa pode ocorrer em qualquer âmbito educacional, ultrapassando as segmentações do formal, não formal ou informal. No entanto, nota-se uma grande força de seu uso no campo da educação não formal e avaliá-la, neste universo, é uma forma de compreender seus mecanismos de atuação a ponto de contribuir para que sua atuação ultrapasse uma especificidade educacional.

Nessa mesma linha de raciocínio, Souza (2007, p. 150) aborda que a roda de conversa representa

[...] a quebra das hierarquias cristalizadas; a busca de relações mais humanas marcadas pela abertura para o diálogo, negação ao currículo imposto. Além disso, a roda exige uma postura participativa de seus integrantes, nessa disposição os indivíduos fazem parte de uma coletividade em que todos estão no mesmo nível de evidência e todos os atos individuais ganham relevância para o grupo.

No contexto das rodas de conversa não podemos deixar de mencionar a questão da oralidade como fio condutor desse processo de troca e partilha. Nesse direcionamento, Freire (1987, p. 166), diz que “o diálogo não impõe, não maneja, não doméstica, não sloganiza”.

Na mesma direção de pensamento, Campos e Rosa (2020) abordam sobre a *circulação da palavra* entendendo que para essa ação coexistam outras ações como, falar e escutar. “Se

apenas uma pessoa fala, não é conversa, mas sim palestra. Portanto, uma conversa exige que as pessoas que nela estão envolvidas ora falem, ora escutem, de modo que a palavra circule” (Campos e Rosa, 2020, p. 252).

Para Moura e Lima (2014, p. 98), o ato de conversação passa por um espaço de formação e pela troca de experiências, auxilia nas transformações de pensamentos, e expõe o “[...] por que a Roda de Conversa surge como uma forma de reviver o prazer da troca e de produzir dados ricos em conteúdo e significado para a pesquisa na área de educação.” Compartilhando dessa ideia, para Campos e Rosa (2020, p. 252) “as pessoas que conversam trocam entre si seus saberes, informações, impressões e opiniões. Esse partilhar favorece, portanto, a ampliação das perspectivas e entendimentos individuais e coletivos”.

Almeida (2011) traz a reflexão sobre a roda de conversa como processo favorável ao diálogo, porém com algumas observações importantes a serem observadas:

[...] pensando a roda de conversa, ela pode ser uma possibilidade de diálogo em processos educativos, de forma a não legitimar a coisificação e massificação do sujeito. Se a roda for utilizada num processo educativo que não veja o homem em constante mudança e capaz de construir seu entendimento de mundo, pode se tornar mais um elemento alegórico que não proporciona o diálogo efetivamente. Sendo assim, a roda de conversa pode se tornar um mecanismo burocrático que, ao invés de estimular a fala de todos, pode silenciar qualquer possibilidade de expressão. Isso significa que todos na roda devem ser valorizados em suas experiências e não como “páginas em branco” a serem preenchidas. Com este olhar, talvez a roda passe a ser um momento desse verdadeiro diálogo e encontro. (Almeida, 2011, p. 56 - 57).

Podemos considerar que as metodologias participativas são dialógicas, uma vez que o ato de dialogar está intimamente relacionado com a proposta da participação. Assim, destacamos na roda de conversa como relatam Moura e Lima (2014) “um mecanismo de produção de dados da pesquisa narrativa, em que é possível haver uma ressonância coletiva, na medida em que se criam espaços de diálogo e de reflexão.

Ante ao exposto, ao finalizarmos este capítulo, a proposta a ser apreciada é a importância da educação não formal frente as suas demandas e possibilidades de ações. Uma educação que focaliza a aprendizagem durante o processo de vida do indivíduo, na participação ativa e no desenvolvimento de habilidades e conhecimentos essenciais para a construção de uma cidadania crítica e engajada. Sobretudo sua relevância como ferramenta poderosa para o fortalecimento da autonomia e protagonismo do indivíduo.

Ressaltamos sua interface com o campo social, visando compreender essa modalidade de educação que se insere nos diferentes contextos sociais, interagindo com as realidades, demandas e desafios presentes em cada comunidade ou grupo. Dessa forma as metodologias participativas, tem uma abordagem fundamental na educação não formal, por envolverem diretamente o indivíduo no processo educativo e estimularem a reflexão crítica e o diálogo, favorecendo a construção coletiva do conhecimento e a valorização das experiências individuais. Estando todos os participantes em um mesmo estágio de construção, ambos aprendem, em conjunto através da oralidade, das trocas de vivência e reconhecimento das experiências vividas, respeitando o processo de diálogo, como algo construído e não imposto (Freire, 1987).

Destacamos dessa forma a educação não formal como ponto de partida para uma educação emancipatória, na construção de uma sociedade crítica e reflexiva diante das angústias vividas dos processos de opressão, não sobrepondo as demais modalidades e formas de educação. Porém, diante da intencionalidade da pesquisa realizada, o destaque dado a não

formal como prática pedagógica, possibilita o acesso ao conhecimento para indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade. Contribuindo para uma reflexão crítica sobre o potencial transformador da educação não formal na construção de uma sociedade mais justa, participativa e igualitária.

3 CAPÍTULO III

UNIVERSO DA PESQUISA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Traremos nesse capítulo os aspectos metodológicos, na busca de fornecer uma compreensão abrangente do desdobramento da pesquisa e suas adaptações às situações que se apresentam neste percurso. A apresentação dos métodos utilizados traz a proposta de uma pesquisa que aborde a realidade social de forma dinâmica da vida individual e coletiva e a riqueza dos seus significados, a partir de uma abordagem qualitativa. Juntamente com os sujeitos da pesquisa, com a intenção de caracterizar o público envolvido na tratativa de uma pesquisa ação. A contextualização do território pesquisado oferece uma visão do Município de Paracambi e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS deste Município, com o objetivo de delinear as principais características e às variadas possibilidades relativas aos fatos estudados, bem como o desenvolvimento de ideias.

3.1 Métodos e sujeitos do estudo

O estudo partiu na direção de uma pesquisa ação participante, que com base nos conceitos de Fonseca (2002), o investigador adota uma postura participativa, estabelece uma relação de igualdade com os outros participantes e ao se envolver na ação, traz consigo o conhecimento que servirá de base para sua análise reflexiva sobre os elementos que a integram.

Iniciamos a realização da pesquisa através de contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Paracambi, com o intuito de apresentar a proposta da pesquisa e obter aprovação de sua aplicabilidade em um serviço socioassistencial ligado à respectiva secretaria. Após essa articulação com os gestores responsáveis pela pasta e a autorização para a realização da pesquisa, iniciamos a etapa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UERJ. Os procedimentos foram aprovados através do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE, sob o número 66494022.6.0000.5282, conforme consta em anexo.

Diante da aprovação do Comitê de Ética (Anexo 1), iniciamos a pesquisa de campo conhecendo seu *lócus* e os profissionais atuantes no serviço. Essa primeira etapa se deu em caráter de observação, sendo de suma importância para a pesquisa, pois como menciona Gil (2008, p. 100), “a observação se destaca como elemento fundamental para a pesquisa, desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa”.

O período de observação ocorreu entre os meses de junho a agosto de 2023, normalmente 4 horas, uma vez na semana, e contribuiu para a nossa aproximação com os profissionais e entendimento da realidade pesquisada.

Ao iniciarmos esse momento fomos apresentadas à equipe, conhecendo aos poucos cada integrante, principalmente os profissionais de nível técnico, pois trabalhavam em dias diferentes. Articulamos com a coordenação o dia que concentrava o maior número de técnicos no equipamento. Porém, aconteceram mudanças no quadro funcional dos técnicos e passamos a ir em dias alternados a cada semana, para que pudéssemos ter contato com todos.

A proposta da pesquisa foi bem recebida pelos profissionais, assim como nós. Todos foram receptivos, porém, no decorrer do processo, no intuito de entender melhor como era realizado o acompanhamento no PAEFI, sentimos por parte da equipe técnica, uma fala muito superficial sobre o mesmo e, algumas vezes demonstrara-se insegura e receosa, mencionando ser melhor perguntar e verificar com a coordenação. Ao consultar quem gostaria de participar das entrevistas, uma vez explicado como seria e que a participação era facultativa, as profissionais, mencionaram que perguntariam primeiramente para a coordenação, que se mostrou sempre muito solícita, mas, demonstrava uma certa preocupação no momento das intervenções de pesquisa, o que, aparentemente se torna algo natural a partir da instabilidade

profissional, sobretudo em se tratando de cargos ocupados através de nomeação e não por concurso. A esse respeito, Imamoto (2000, p. 106) menciona sobre os processos de trabalho, no que tange uma superestimação da profissão do assistente social. A autora ainda corrobora ao expressar que “na condição de um trabalhador assalariado especializado, não dispõe de um poder mágico de "esculpir" o processo de trabalho no qual se inscreve, o que ultrapassa a capacidade de ingerência de qualquer trabalhador assalariado individualmente”.

A partir das intervenções de pesquisa a interação com a equipe técnica foi estreitando. A profissional que mais tivemos contato, e que deu um suporte maior para as demandas da pesquisa, foi a psicóloga que estava alocada temporariamente no equipamento. Foi a partir dela que obtivemos o levantamento do perfil dos usuários, e demais esclarecimentos que surgiam no momento da observação. Logo, diante da observação, os elementos da pesquisa foram tomando forma, com o auxílio dos registros no caderno de campo, utilizado como instrumento de pesquisa, bem como as entrevistas e as rodas de conversa.

Desde o início do período de observação até o momento das intervenções de pesquisa, não presenciamos nenhum atendimento relacionado a algum usuário inserido no PAEFI. Somente demanda espontânea, com usuários em situação de rua. Os momentos que passamos no equipamento as profissionais estavam realizando relatório, aguardando demanda espontânea, chegando de visita domiciliar.

Dando prosseguimento nas observações, buscamos ampliar junto a equipe, o entendimento sobre o acompanhamento familiar no serviço, introduzindo na questão do trabalho em grupo. Se esse tipo de intervenção já era realizado com os usuários do PAEFI. A equipe informou ter realizado algumas tentativas antes da pandemia, somente com os adolescentes referente ao serviço de medida socioeducativa, e seus responsáveis, porém, devido ao não comparecimento dos usuários e familiares os grupos não fluíram.

Após a mudança do equipamento para o atual imóvel, a equipe iniciou a retomada dos grupos com os usuários do PAEFI. A pedagoga e a psicóloga, foram as profissionais responsáveis por estruturar a proposta dos encontros realizando um planejamento com temas, separados por faixas etárias conforme apresentados no quadro 1.

Quadro 1- Tema e faixa etária para os encontros em grupo

Grupo	Faixa etária	Tema	Assuntos abordados pelo tema
1 e 2	0 a 12 anos	Certo ou errado?	Importância do respeito / Importância do estudo / Importância da proteção, prevenção contra abuso

			/ importância do cuidado. Pergunta chave: dinâmica (verdade ou mentira com frases)
3 e 4	13 a 18 anos	Superando desafios	Planejar o futuro / Quais caminhos seguir para alcançar seus objetivos? / Importância de relacionamentos saudáveis / Direitos e deveres (o seu direito termina onde começa o do outro / Diálogo (importância) / Ter autorresponsabilidade. Pergunta chave: Você tem sido o protagonista da sua história?
5	19 a 29	Escrevendo sua própria história	Pró-atividade (perseguir objetivos/criar) / Resiliência (capacidade de superação) / Autoestima (importância) / Novos caminhos. Pergunta chave: Como você gostaria de ser lembrado?
6	30 a 59	A importância do autocuidado	A importância do banho / Prevenção de doenças / Consultas médicas / Ingerir medicações de forma adequada. Pergunta chave: Você tem cuidado de si mesmo?
7	60 a 80	Rede de apoio	O que é rede de apoio? / A importância da rede de apoio/ Como criar uma rede de apoio / Identificação da sua rede de apoio. Pergunta chave: Você tem uma rede de apoio? Quem é?

Fonte: Elaboração da pesquisa, 2024.

No planejamento as profissionais chegaram a mencionar a periodicidade dos encontros, na intenção de ocorrerem de agosto a dezembro de 2023, e colocaram a proposta de que os grupos ocorressem pela manhã e à tarde, com um quantitativo de 10 a 20 usuários, incluindo os familiares e com a duração de 40 minutos. Contudo até a finalização da pesquisa de campo, nenhum encontro fora realizado. Cabe ressaltar, que esse planejamento nos foi fornecido, porém, sem estar em formato de documento oficial, em folha timbrada ou com assinatura de algum profissional.

A pedido da coordenação ocorreu no mês de agosto, um encontro com o tema “Agosto Lilás” com o objetivo de abordar questões referentes à violência contra a mulher, devido o mês ser marcado como o mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher. Esse encontro não estava dentro do planejamento realizado pelas técnicas, referente aos encontros de grupos com os usuários do PAEFI, porém, a coordenação solicitou às técnicas de referência, que realizassem os convites, a partir da demanda que cada uma atende. Não necessariamente seria a própria usuária inserida no PAEFI, porém, mulheres cujo algum componente da família estivesse inserido no serviço. No total dos convites das três técnicas de referência, foram chamadas dez mulheres. O convite foi feito de forma virtual, via WhatsApp, através do aparelho telefônico institucional, com data marcada para o dia 29 de agosto de 2023, às 10h, na própria sede do CREAS.

A pedagoga e a psicóloga interina ficaram responsáveis por elaborar a proposta do encontro e convidaram a psicóloga do Centro Especializado de Atendimento à Mulher – CEAM, do próprio município, para trazer a fala sobre o tema proposto. Cabe salientar que a proposta de intervenção realizada pelas profissionais, foi elaborada como roda de conversa.

Mediante esse encontro, com a oportunidade de contato com as usuárias do PAEFI, ou possíveis representantes do seu convívio social, elaboramos uma atividade para ser realizada, após a fala da psicóloga do CEAM, no intuito de complementar o encontro. Visto que a

proposta seria de uma roda de conversa, abordaríamos junto às usuárias algumas dinâmicas de cunho coletivo, com o objetivo de avaliar a percepção sobre o tema tratado. No entanto, no dia do encontro, não houve participação das usuárias convidadas e de nenhum representante do seu convívio social. O que não impediu sua realização, e a realização da nossa atividade. O encontro contou com a participação da equipe técnica e de apoio do CREAS, e demais representantes do sistema de garantia de direitos a mulher, vinculado à secretaria de assistência social do município, totalizando 13 participantes.

Ainda tivemos as entrevistas (Apêndice 3) e as rodas de conversa (Apêndice 4) como métodos desse estudo. As entrevistas foram realizadas com os profissionais técnicos de nível superior, com o intuito de conhecer suas concepções sobre o acompanhamento no PAEFI.

Segundo Gil (2008), a entrevista é uma forma de interação social, uma forma de diálogo, na qual o pesquisador busca coletar dados e a outra parte se apresenta como fornecedora da informação. A entrevista pode ser contextualizada e caracterizada de diversas formas, como informais, focalizada, formalizadas e por pautas.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro e outubro de 2023, e tiveram caráter facultativo. Dessa forma, o processo de entrevista foi realizado com as duas técnicas de referência do serviço, a assistente social e psicóloga, a coordenadora que também é assistente social, a pedagoga, e a psicóloga interina, totalizando 5 profissionais entrevistadas. Cabe salientar, que advogada não quis participar da entrevista. A profissional, algumas semanas depois foi desligada do CREAS, devido seu contrato de trabalho ter expirado. Uma nova profissional foi direcionada para o equipamento. Apresentada a pesquisa a ela, e se gostaria de participar da entrevista, mencionou que não. As profissionais foram referenciadas como A, B, C, D e E, por questão de sigilo. Todas assinaram o termo de consentimento livre esclarecido (Apêndice 1), após elucidação sobre o documento.

Dentro da proposta da pesquisa, optamos em realizar as entrevistas com um roteiro semi estruturado, com cinco perguntas, caracterizando dessa forma a entrevista por pauta como classificada por Gil (2008, p. 112):

A entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo.

Após a realização das entrevistas, demos sequência nas rodas de conversas. Essa intervenção permeia um dos nossos objetivos de pesquisa, no intuito de apresentar aos participantes, esse instrumento técnico-operativo a partir das metodologias participativas com o propósito de potencializar essa metodologia, na utilização no trabalho social em grupo, previsto no PAEFI.

Foram realizados dois encontros, ambos no mês de novembro de 2023, pela parte da manhã, com duração de aproximadamente duas horas, na sede do CREAS. Os temas emergiram a partir das entrevistas, e como proposta para o primeiro encontro, abordamos os conceitos e diretrizes da política de assistência social, com desdobramento para as características do PAEFI, enquanto principal serviço do CREAS. Para o segundo momento, adentramos nos aspectos referentes ao acompanhamento no PAEFI, com direcionamento para as metodologias e instrumentos técnicos-operativos.

Importante mencionar que as intervenções realizadas na pesquisa, em nível de entrevistas e as rodas de conversa, tiveram participantes diferentes. Ao que anteriormente

tínhamos como proposta entrevistar profissionais e usuários do serviço e realizar as rodas de conversa também com esses mesmos sujeitos. No decorrer da pesquisa foi tomando outro formato, devido os encontros com os grupos planejados pelo equipamento não acontecerem.

Houve uma tentativa seguindo o cronograma realizado pela equipe do CREAS, marcado para o dia 26 de setembro de 2023, às 14h, na sede do CREAS. A proposta do encontro seria com o grupo da faixa etária de 30 a 59 anos, com o tema “A importância do autocuidado”. Como na ocasião do encontro anterior, a intenção era interagir junto aos usuários e realizar as ações pleiteando nossos objetivos de pesquisa. Sendo assim, desenvolvemos uma atividade com o tema relacionado, a ser realizada após a intervenção da profissional convidada, uma enfermeira, lotada em uma unidade básica de saúde do próprio município, para abordar sobre o tema do encontro. As técnicas realizaram os convites aos usuários, dentro da faixa etária proposta, totalizando 11 convidados, sendo 5 do gênero feminino e 6 do gênero masculino. Os convites foram realizados via WhatsApp, como também de forma presencial através de convite impresso, entregue pelas profissionais no domicílio dos usuários.

Todavia, no dia do encontro devido ao não recebimento por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social, de recursos alimentícios para a realização de um lanche após o encontro, a coordenação preferiu cancelar sem aviso prévio aos usuários. Chegamos a comparecer ao equipamento, bem como alguns usuários que também receberam a notícia do cancelamento já estando no equipamento. Segundo informações da coordenação, o documento com a solicitação dos recursos alimentícios já havia sido entregue com antecedência para a secretaria de assistência. Porém, o órgão informou não saber se conseguiriam atender à solicitação, sugerindo que o mesmo fosse realizado com os recursos alimentícios que já são disponibilizados normalmente para o equipamento, como café e biscoito de água e sal.

Devido às tentativas malogradas de encontros com os usuários do PAEFI, e para dar prosseguimento ao cronograma da pesquisa e não sofrer com possíveis prejuízos relacionados ao tempo, optamos por realizar a pesquisa com os profissionais atuantes do CREAS, considerando que as percepções e experiências daqueles que estão diretamente envolvidos no processo de trabalho tinham lacunas no que se refere às normativas. Todavia, as intervenções tiveram profissionais diferentes. No quadro 2 se encontram as intervenções e os profissionais que participaram de cada uma, com o cargo e formação.

Quadro 2: Profissionais participantes da entrevista e da roda de conversa

Entrevista	
Cargo	Formação
Coordenadora	Serviço Social
Assistente Social	Serviço Social

Psicóloga	Psicologia
Pedagoga	Pedagogia
Psicóloga	Psicologia
Roda de conversa	
Cargo	Formação
Assistente Social	Serviço Social
Psicóloga	Psicologia
Orientador Social	Graduando em Matemática
Orientador Social	Ensino médio
Orientador Social	Ensino médio
Orientador Social	Ensino médio
Auxiliar Administrativo	Ensino médio

Fonte: Elaboração da pesquisa, 2024.

Como não tivemos contato com nenhum usuário do PAEFI, concentramos as entrevistas somente com os profissionais técnicos. Para as intervenções das rodas de conversa, articulamos junto à coordenação a participação dos orientadores sociais, juntamente com as demais profissionais que participaram das entrevistas, que no caso foram a assistente social e a psicóloga. A pedagoga estava de licença das suas atividades laborais, retornando somente do ano posterior. A psicóloga, que estava atuando interinamente no equipamento, não estava mais a serviço no CREAS. Dessa forma, somente a assistente social e a psicóloga participaram das rodas de conversa. Em relação à participação da coordenadora, quando articulamos os melhores dias para realizar os encontros, concentrando o dia com maior número de orientadores sociais e que as duas técnicas estivessem juntas, porém, as datas não conciliavam com o seu dia no equipamento, dessa forma, não conseguiu participar dos encontros.

3.2 Paracambi: mata verde do grande rio

O Município de Paracambi está localizado na região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, com 41.375 mil habitantes⁶, de acordo com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2022. Abaixo podemos observar figura do mapa da região.

⁶Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (2022). <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/paracambi.html>. Consultado em: 07 de agosto de 2023.

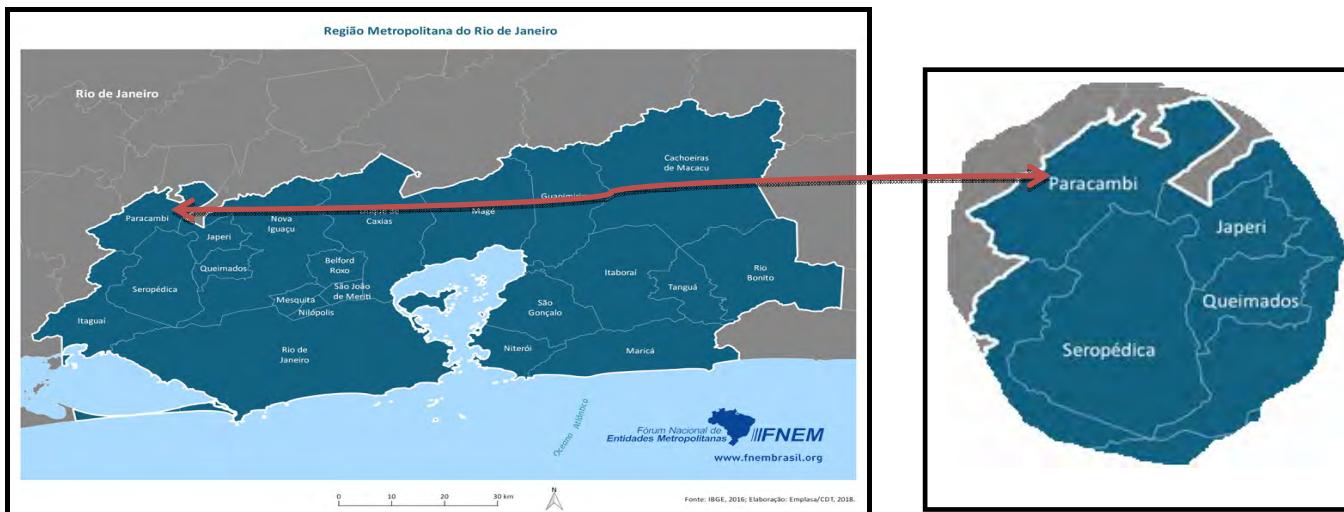


Figura 2 – Mapa da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro
Fonte: IBGE, 2016.

Paracambi, também conhecida turisticamente como integrante da região do vale do café, tem sua história atrelada a agricultura, pecuária e a fábrica têxtil.⁷ Até sua emancipação, que ocorreu através da Lei 4.426, em 8 de agosto de 1960, Paracambi, era denominado como sétimo Distrito de Vassouras, que a época detinha o nome de Tairetá, e terceiro Distrito de Itaguaí, já como nome de Paracambi. Após a emancipação manteve o nome do distrito vinculado a Itaguaí por ser o mais antigo entre os dois ao qual fazia referência⁸. A origem do nome vem do tupi, que significa “mata verde do grande rio”, pela junção de *pará*, que significa “rio grande”, *ka’ a que* significa “mata” e *oby*, que significa “verde” (Navarro, 2005). Porém, a cidade também é conhecida como macaco pequeno, significado este, dado devido a existência do Rio dos Macacos, que passava pela região entre o Distrito de Vassouras e Itaguaí, sendo chamado de povoado do Ribeirão dos Macacos, que há mais de 200 anos serviu de caminho para Minas e São Paulo, colonizado pelos jesuítas no final do século XVII.

Hoje, com 63 anos de emancipado o município de Paracambi conta com um total de 33 bairros, espalhados por uma extensão territorial de 190,949 km (IBGE, 2022). Suas terras fazem fronteiras com os municípios de Seropédica, Itaguaí, Japeri, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira e Piraí⁹.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o município possui um IDHM de 0,720 estando na trigésima terceira posição na relação dos municípios fluminenses¹⁰. Composto pelos indicadores de longevidade, renda e educação, o IDAH do município de Paracambi, divide-se em: 0,689 IDH- L, 0,812 IDH – R e 0,666 IDH – E.

Na esfera educacional, dentro do território de Paracambi, é ofertado aos estudantes o ensino da creche ao ensino superior. O município conta em sua infraestrutura para além das unidades educacionais de ensino básico, com o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ),

⁷<https://paracambi.rj.gov.br/historia2/#:~:text=Em%201960%2C%20o%20s%C3%A9timo%20distrito,o%20apoio%20de%20personalidades%20locais>. Consultado em 07 de agosto de 2023.

⁸<https://paracambi.rj.gov.br/historia2/#:~:text=Em%201960%2C%20o%20s%C3%A9timo%20distrito,o%20apoio%20de%20personalidades%20locais>. Consultado em: 07 de agosto de 2023.

⁹<https://pt.wikipedia.org/wiki/Paracambi#Refer%C3%A3ncias>. Consultado em: 09 de agosto de 2023.

¹⁰https://www.wikirio.com.br/IDH_das_cidades_do_Estado_do_Rio_de_Janeiro. Consultado em: 09 de agosto de 2023.

responsável pela oferta do ensino médio de Técnico em Mecânica e Técnico em Eletrotécnica e as Graduações em Engenharia Mecânica e Licenciatura em Matemática¹¹. Conta também com a Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC), que oferece no Campus de Paracambi os cursos de Graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema¹². E a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que pelo consórcio CEDERJ, através de Universidades como a UFF (Universidade Federal Fluminense), UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), oferecem cursos de graduação na modalidade EAD (Ensino a Distância) em diversas áreas do conhecimento.

Todos esses cursos são ofertados na Fábrica do Conhecimento, nome dado ao edifício que começou a ser construído em 1870, para abrigar a Companhia Têxtil Brasil Industrial, um importante empreendimento comercial da época. Em 1876, com o alvará assinado pela Princesa Isabel, foi inaugurada a maior fábrica de tecido do Império no Brasil. A figura 3 apresenta a imagem do edifício atualmente, que manteve as características da época, construído no estilo europeu do século XIX, com toda a fachada em tijolos aparentes¹³.



Figura 3 - Fachada da Fábrica do Conhecimento

Fonte: Diário do Rio. <https://diariodorio.com/a-historia-da-fabrica-do-conhecimento-de-paracambi/>

¹¹ «Informações Gerais | IFRJ | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro». www.ifrj.edu.br. Consultado em: 09 de agosto de 2023.

¹² «A FAETERJ-Paracambi | FAETERJ Paracambi». www.faeterj-paracambi.com.br. Consultado em: 11 de agosto de 2023.

¹³ Alves, Marroni. A história da Fábrica do Conhecimento de Paracambi. Diário do Rio. <https://diariodorio.com/a-historia-da-fabrica-do-conhecimento-de-paracambi/>. Consultado em: 26 de fevereiro de 2024.

Um importante marco para o município, a Fábrica do Conhecimento, além de agregar os cursos acadêmicos, também dispõe em seu anexo das secretarias municipais de Cultura e Meio Ambiente, o Conselho Tutelar, a Companhia Municipal de Balé, o Planetário, e o núcleo da Escola de Música Villa-Lobos.

Na conjuntura da administração pública o município nos seus 63 anos, obteve 21 representações no cargo de gestor municipal, sendo alguns deles eleitos por dois mandados consecutivos. Na esfera do legislativo o município conta com 9 representações na Câmara Municipal.¹⁴ Ainda referente a administração pública, Paracambi conta com um total de 14 secretarias, de 1 Procuradoria Geral, 1 Controladoria, Guarda Municipal, ouvidoria geral e Gabinete do Chefe do legislativo.

No campo dos conselhos municipais, representa a participação da sociedade civil nas tomadas de decisões do poder público municipal, de forma ativa, por meio do princípio da soberania popular (Caporal e Souza, 2019). A partir de busca pela internet, mesmo que de forma difícil em obter maiores informações sobre os conselhos do município de Paracambi, encontramos registros de Lei Municipal oficializando a criação de 8 conselhos, conforme quadro 3:

Quadro 3 - Conselhos Municipais do Município de Paracambi

Nome do Conselho	Lei Municipal de criação
Conselho Municipal de Saúde - CMS	Lei nº 305 de 19/05/1994
Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CMAE	Lei nº 360 de 26/12/1995
Conselho Municipal de Educação - CME	Lei nº 399 de 17/06/1997
Conselho Municipal de Assistência Social	Lei nº 411 de 30/09/1997
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do adolescente – CMDCA	Lei nº 583 de 26/06/2001
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB	Lei nº 847 de 29/03/2007
Conselho Municipal de Meio Ambiente	Lei nº 962 de 22/06/2010
Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência e Necessidade Especial	Lei nº 1.237 de 09/11/2017

Fonte: Elaboração da pesquisa, 2024.

Cabe ressaltar as especificidades e importância dos conselhos municipais, de caráter permanente, deliberativo, e de controle social¹⁵ assegurados pela Constituição Federal, conforme menciona Raichellis (1997, p. 11).

¹⁴ <https://bravabaixada.com.br/municipios/paracambi/>. Acessado em: 11 de agosto de 2023.

¹⁵ Controle social significa a participação e fiscalização da sociedade em referência as ações do Estado. Permanente e deliberativo configura-se aos conselhos como órgão que deve existir “independentemente de decisões da gestão da União, do estado ou do município. Deliberativo, deve reunir-se com o objetivo de discutir determinados assuntos ou temas e chegar a um acordo ou uma decisão”. Cartilha a luta pelo direito à saúde: o papel do controle social e do conselho de saúde. Disponível em: https://www.hrtn.fundep.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/08/cartilha_direitoadaude.pdf Consultado em: 27 de fevereiro de 2024.

“Os conselhos, nos moldes definidos pela Constituição Federal de 1988, são espaços públicos com força legal para atuar nas políticas públicas, na definição de suas prioridades, de seus conteúdos e recursos orçamentários, de segmentos sociais a serem atendidos e na avaliação dos resultados. A composição plural e heterogênea, com representação da sociedade civil e do governo em diferentes formatos, caracteriza os conselhos como instâncias de negociação de conflitos entre diferentes grupos e interesses, portanto, como campo de disputas políticas, de conceitos e processos, de significados e resultados políticos.

Na perspectiva da política de assistência social os conselhos municipais e sua ativa participação presumem assegurar o trabalho no âmbito do SUAS. Para Silveira (2011, p. 12), a gestão do trabalho no SUAS infere “a criação e a manutenção de estruturas de referência técnica e institucional para a orientação e o apoio permanentes” primando pela “regulamentação de aspectos relacionados ao trabalho na assistência social, a serem pactuados e submetidos ao controle democrático da sociedade civil organizada[...]”. Todavia, a realidade dos conselhos perpassa por fragilizações, referentes à execução dessa política de assistência na prática. Podemos observar isso na vivência dessa pesquisa, nas limitações e fragilizações do cotidiano do serviço pesquisado, no caso o PAEFI. Podemos destacar o pouco recurso para realização de atividades com os usuários e a dependência da gestão para o fornecimento; a compreensão dos profissionais sobre o serviço, configurando a necessidade de capacitações; as demandas espontâneas que sobrecarregam o equipamento e os profissionais, que passam atuar sem conseguir planejarem suas ações e realizarem de fato intervenções propositivas.

É necessário constante participação do controle social na busca cotidiana por uma política de assistência social que não corrobore com seu “histórico de desprofissionalização marcado pela residualidade e subalternização de ações pautadas sob a ótica do assistencialismo, paternalismo e autoritarismo” (Serpa e Raizer, 2012, p. 335). Muniz (2011), também nos ajuda no entendimento dos entraves e conjunturas que permeiam o trabalho no âmbito do SUAS, em especial a gestão do trabalho e formação profissional na esfera dos municípios. Segundo o autor é:

“fundamental que os sujeitos desse processo se percebam livres, consciente e criticamente, se assumindo “por inteiro”, como sujeitos éticos e políticos, cuja ação – ou omissão – pode, ou não, contribuir para a garantia dos direitos e o desenvolvimento de potencialidades relativas à autonomia e emancipação afiançadas por essa política aos seus usuários” (Muniz, 2011, p. 101).

Refletir sobre a história e trajetória do município, se torna importante para analisarmos os avanços e desafios enfrentados ao longo desse processo. Um município que tem suas raízes no período colonial, ligadas à expansão da colonização europeia e da força de trabalho. A cidade testemunhou importantes mudanças sociais e urbanas, passando por um processo de urbanização e crescimento populacional, refletindo dessa forma, os diferentes estágios da evolução social, econômica e cultural do município. Hoje pactua as políticas públicas em seu território, dentre elas, a política de assistência social e as proteções sociais afiançadas por essa política com seus equipamentos de referência.

3.3 O Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Paracambi

Localizado na Avenida dos Operários, nº584, no centro do município de Paracambi, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, unidade pública estatal, é responsável pela oferta de serviços no âmbito da assistência social, a indivíduos em situação

de risco pessoal e social por violação de direitos, como preconiza a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009).

O referido equipamento é mantido em uma sede alugada, assim como era a casa anterior, ao qual o equipamento estava instalado desde o ano de 2014. O motivo da mudança de domicílio, que ocorreu no mês de julho de 2023, foi devido às condições precárias da estrutura da casa e ao pedido do imóvel pelo proprietário, conforme informações da coordenadora do equipamento.

O atual imóvel possui 3 salas, 3 quartos, 2 banheiros, 1 cozinha, 1 área de serviço e área externa aos fundos. Por possuir a estrutura de uma casa convencional, a divisão dos cômodos para caracterizar o equipamento como dispositivo público municipal, ficou separado da seguinte forma: 1 sala de recepção, logo o primeiro cômodo de acesso ao equipamento, os 3 quartos foram separados em, 1 sala para equipe técnica, 1 sala de atendimento, 1 sala para coordenação, 1 banheiro para os usuários, 1 banheiro para os funcionários, 1 sala de reunião. As demais áreas como cozinha, área de serviço e área externa permaneceram na mesma configuração. Na imagem 4 podemos observar a fachada da nova instalação do equipamento, localizado na principal rua do centro da cidade.



Figura 4: Fachada do CREAS do município de Paracambi

Fonte: Imagem da pesquisadora

A casa atual, por possuir uma estrutura conservada, trouxe um ambiente mais acolhedor e propício para as devidas intervenções com os usuários. Pois o imóvel anterior era perceptível a precarização dos cômodos. Um espaço pequeno para as especificidades de atendimento que o CREAS necessita, não contemplando com a proposta de intervenção e demanda que o equipamento preconiza.

A mudança para o novo endereço contemplou melhores condições de espaço físico para os trabalhadores do CREAS, como também para os usuários, pois o tempo que estivemos realizando as intervenções de pesquisa, quase todas as vezes havia uma ou mais pessoas em situação de rua recebendo atendimento. Depois do acolhimento tomavam banho e se alimentavam o que no outro espaço, não chegamos a presenciar.

Todavia, as condições de suporte relacionado a recursos para melhoramento do serviço precisam ser repensadas. O equipamento possuiu somente dois computadores, e uma

impressora. Um dos computadores é para uso do profissional de auxiliar administrativo, fica na sala da recepção e outro na sala da equipe técnica, junto à impressora, com uso exclusivo dos mesmos. Esse quantitativo de computadores se torna insuficiente, ao pensarmos um equipamento com 13 profissionais, entre equipe técnica, coordenação, orientadores sociais e auxiliar administrativo, ambos profissionais que necessitam do uso de tal equipamento. Isso posto, na lógica de um trabalho executado de forma propositiva, na qual os profissionais pesquisem para uma melhor intervenção, realizem seus relatórios, encaminhamentos, evoluções e etc., dois computadores não atenderiam a realidade para toda demanda.

Por mais que a mudança de espaço seja algo favorável, não podemos deixar de pensar na melhoria como um todo, pois a precarização do trabalho que acomete os profissionais consequentemente aos usuários, perpassa por uma desproteção, e narrativas do tipo “trabalhar com o que tem”, “nem tudo dá pra ser perfeito”, e isso compromete significativamente o trabalho.

É importante ressaltar que “o ambiente físico do CREAS deve ser acolhedor e assegurar espaços para a realização de atendimentos familiar, individual e em grupo, em condições de sigilo e privacidade” (Brasil, 2011). Salientando a implantação de unidades que disponham de espaços adequados para o andamento e desenvolvimento das atividades, evitando que tal equipamento seja implantado em locais improvisados. Ainda nessa perspectiva, o Caderno de Orientações Técnicas do CREAS (2011), aborda em relação a sua estrutura física que:

A infraestrutura física do CREAS deve ser compatível com os serviços ofertados, recursos humanos disponíveis e capacidade instalada para atendimento às demandas que emergem no seu território de abrangência. Os espaços do CREAS devem, portanto, dispor de quantidade e dimensões suficientes, sendo a infraestrutura ampliada sempre que necessário. ESPAÇOS ESSENCIAIS Constituem espaços essenciais que todo CREAS deve dispor: • Espaço para recepção; • Salas específicas para uso da Coordenação, equipe técnica ou administração; • Salas de atendimento (individual, familiar e em grupo), em quantitativo condizente com o (s) serviço (s) ofertado (s) e a capacidade de atendimento da Unidade Recomendável: municípios de Grande Porte, Metrópole e DF: no mínimo 4 salas de atendimento; municípios de Pequeno Porte I e II e Médio Porte: no mínimo:3 salas de atendimento; • No mínimo 2 Banheiros coletivos, com adaptação para pessoas com mobilidade reduzida como, por exemplo, pessoas com deficiência e idosos; • Copas e/ou cozinha (Brasil, 2011, p. 82).

Atuando no município como Centro de Referência Especializado de Assistência Social, desde 2012, ano de sua criação, o CREAS de Paracambi, dentro da classificação dos municípios pelo porte populacional, segundo a PNAS (2004), está classificado como Pequeno Porte II, cabendo esta classificação aos municípios com índice populacional de 20.001 a 50.000 habitantes. As demais classificações são de Pequeno Porte I, até 20.000 habitantes; Médio Porte, entre 50.001 a 100.000 habitantes; Grande Porte, entre 100.001 a 900.000 habitantes; e Metrópoles que corresponde a mais de 900.000 habitantes. Esta classificação por porte tem por objetivo auxiliar o SUAS nas suas ações dentro dos níveis de proteção social (Proteção Social Básica e Proteção Social Especial – Média e Alta Complexibilidade), levando em conta a realidade de cada território (Brasil, 2004).

A pontuação da PNAS sob a classificação dos municípios por porte, também é responsável pelo número de atendimentos / acompanhamento que cada município tem capacidade para oferecer, bem como, a estrutura da equipe de referência para a prestação e execução dos serviços. Nesse sentido o CREAS de Paracambi, estruturado como Gestão

Básica¹⁶, Pequeno Porte II, tem capacidade para oferecer atendimento / acompanhamento até 50 casos por famílias e/ ou indivíduos. Conforme mostra o quadro 4

Quadro 4: Composição da equipe de referência de acordo com o caderno de orientações técnicas

Municípios		Capacidade de Atendimento/ Acompanhamento	Equipe de Referência
Porte	Nível de gestão		
Pequeno Porte I e II e Médio Porte	Gestão inicial, básica ou plena	50 casos (famílias/ indivíduos)	1 Coordenador 1 Assistente Social 1 Psicólogo 1 Advogado 2 Profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) 1 Auxiliar administrativo
Grande Porte, Metrópole e DF	Gestão inicial, básica ou plena	80 casos (famílias/ indivíduos)	1 Coordenador 2 Assistentes Sociais 2 Psicólogos 1 Advogado 4 Profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) 2 Auxiliares Administrativos

Fonte: Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (2011).

Em relação aos trabalhadores do CREAS de Paracambi, conforme quadro 5 o referido equipamento possui:

Quadro 5 – Relação dos trabalhadores do CREAS do município de Paracambi

Quanti- tativo	Cargo no CRE- AS	Formação	Tipo de vínculo empregatí- cio	Tempo de formação acadêmica	Tempo de atuação no CREAS
01	Coordenadora	Assistente social	Contrato	11 anos	10 anos
02	Assistente Social	Assistente social	Contrato	1 ano e 4 meses	1 ano e 3 meses
03	Advogada	Direito	Contrato	-	-
04	Psicóloga	Psicologia	Contrato	4 anos	1 ano e 10 meses
05	Pedagoga	Pedagogia	Efetivo	13 anos	9/10 anos
06	Orientador Social	Ensino médio	Contrato	-	3 anos
07	Orientador Social	Ensino médio	Efetivo	-	5 anos
08	Orientador Social	Ensino médio	Efetivo	-	8 anos
10	Orientador Social	Ensino médio/Graduando em Matemática	Efetivo	-	6 anos
11	Orientador Social	Ensino médio/Graduando em Educação Física	Contrato	-	3 anos
12	Auxiliar de Servi-	Ensino médio	Efetivo	-	

¹⁶ A gestão básica no âmbito da política de assistência social refere-se à responsabilidade direta do município na oferta e coordenação dos serviços, programas e projetos de assistência social em seu território. Significa que o município possui estrutura administrativa e capacidade técnica para planejar, executar e monitorar ações de assistência social (Brasil, 2005).

	ços Gerais				
13	Auxiliar Administrativo	Ensino médio	Contrato	-	1 ano e 6 meses
14	Psicóloga	Psicologia	Efetivo	9 anos	1 ano

Fonte: Elaboração da pesquisa, 2024.

Para além desses profissionais citados, no período das intervenções da pesquisa, havia mais uma profissional de psicologia, porém, não fazia parte do quadro funcional do CREAS, estava no equipamento dando um suporte técnico. A referida profissional é funcionária concursada, lotada na instituição de acolhimento do município, AICA – Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescente, devido à instituição de acolhimento estar sem crianças, a profissional foi direcionada para o CREAS. A mesma já havia exercido função como psicóloga no CREAS, antes de ser alocada na instituição de acolhimento.

Em relação ao tempo de formação, as informações foram adquiridas no momento da entrevista, devido a isso só consta no quadro 5, o tempo das profissionais que participaram de tal intervenção. Sobre a atuação no CREAS, identificamos tanto com as profissionais que realizaram as entrevistas, como os profissionais que participaram das rodas de conversa, no caso os orientadores sociais e a auxiliar administrativa.

Sobre o aspecto de vivência no CREAS, ou demais experiências no âmbito da política de assistência social, a pedagoga relata que já atuava desde 2002, 2003 como professora no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PET), e que foi a partir dessa experiência que recebeu o convite para atuar no CREAS, a psicóloga interina, já atuava no âmbito da política de assistência social desde 2015, no CRAS de outro município. No município de Paracambi está atuando desde junho de 2017, com passagem pelo CREAS de fevereiro a agosto de 2019, e retornou provisoriamente desde abril de 2023. A psicóloga, uma das técnicas de referência, mencionou que chegou a realizar 6 meses de estágio no CREAS, no período da graduação, em sequência a outra técnica de referência do serviço, a assistente social, também mencionou já ter tido passagem no período de estágio no CREAS e CRAS no próprio município de Paracambi.

Entender esses aspectos relacionados ao tempo de atuação e experiência se torna importante para compreendermos demais prismas em relação ao serviço, pois sabemos da proeminência que os profissionais possuem, “ao mesmo tempo em que presenciamos processos de intensificação e precarização do trabalho à semelhança do que atinge atualmente o conjunto da classe trabalhadora” (Brasil, 2011, p. 40).

A Resolução CIB N° 12 de 26/04/2011, menciona que os profissionais de referência “devem ser interdisciplinares, compostas obrigatoriamente por assistentes sociais e psicólogos, no caso do PAIF, e por assistentes sociais, psicólogos e advogados, no caso do PAEFI” (Rio de Janeiro, 2011, p. 25). A equipe de referência do CREAS de Paracambi é composta pelos profissionais técnicos de nível superior na função de assistente social, psicóloga e advogada. Ambos responsáveis pelos atendimentos, realização de visitas domiciliares e abordagem de rua. A pedagoga não realiza esse tipo de intervenção, salvo quando o equipamento está sem uma das técnicas de referência e chega alguma demanda espontânea.

Segundo o Caderno de Orientações Técnicas do CREAS (2011), as atribuições e perfil do profissional de nível superior, como mostra no quadro 6 são:

Quadro 6 - Atribuições e perfil do profissional de nível técnico de acordo com o caderno de orientações técnicas

Principais Atribuições
<ul style="list-style-type: none">• Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações;• Elaboração, junto com as famílias/indivíduos, do Plano de acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um;• Realização de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiar, individuais e em grupo;• Realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário;• Realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direito;• Trabalho em equipe interdisciplinar;• Orientação jurídico-social (advogado);• Alimentação de registros e sistemas de informação sobre das ações desenvolvidas;• Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho;• Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas;• Participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas; para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos.
Perfil
<ul style="list-style-type: none">• Escolaridade mínima de nível superior, com formação em Serviço Social, Psicologia, Direito;• Conhecimento da legislação referente à política de Assistência Social, direitos socioassistenciais e legislações relacionadas a segmentos específicos (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres etc.);• Conhecimento da rede socioassistencial, das políticas públicas e órgãos de defesa de direitos;• Conhecimentos teóricos, habilidades e domínio metodológico necessários ao desenvolvimento de trabalho social com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos (atendimento individual, familiar e em grupo);• Conhecimentos e desejável experiência de trabalho em equipe interdisciplinar, trabalho em rede e atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos;• Conhecimentos e habilidade para escuta qualificada das famílias/indivíduos.

Fonte: Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, (2011).

O referido documento também traz o perfil e principais atribuições do cargo de orientador social, conforme o quadro 7.

Quadro 7 - Atribuições e perfil do orientador social de acordo com o caderno de orientações técnicas

Perfil
<ul style="list-style-type: none"> • Escolaridade mínima de nível médio completo; • Conhecimento básico sobre a legislação referente à política de Assistência Social, de direitos socioassistenciais e direitos de segmentos específicos; • Conhecimento da realidade social do território e da rede de articulação do CREAS; • Habilidade para se comunicar com as famílias e os indivíduos; • Conhecimento e experiência no trabalho social com famílias e indivíduos em situação de risco.
Principais Atribuições
<ul style="list-style-type: none"> • Recepção e oferta de informações às famílias do CREAS; • Realização de abordagem de rua e/ou busca ativa no território; • Participação das reuniões de equipe para o planejamento de atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultados; • Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS.

Fonte: Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, (2011).

Diante as referências das atribuições e perfil dos profissionais que contemplam o organograma do CREAS, é importante ressaltar que para além desses profissionais, a NOB-SUAS/RH (2006), prevê outros profissionais na categoria de técnico de nível superior, “os CREAS podem contar, em sua equipe, com outros profissionais de nível superior, em observância à Resolução do CNAS Nº 17/2011, [...] devem ser definidos com base na especificidade dos serviços ofertados pela Unidade” (Brasil, 2011, p. 93).

A Resolução nº 17 de 20 de junho de 2011, em seu artigo terceiro menciona os seguintes profissionais: “são categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão compor a gestão do SUAS: Assistente Social, Pedagogo, Advogado, Administrator, Antropólogo, Contador, Economista, Economista Doméstico, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta ocupacional (Brasil, 2011, p.2).

O entendimento de ser um município de porte I, e estar dentro do que contempla os documentos técnicos, em relação ao número de casos/demandas referenciados para o equipamento e o quantitativo de profissionais, não representa, necessariamente, que o equipamento esteja realizando seus serviços e principalmente o acompanhamento familiar em sua totalidade.

Haja vista a perspectiva do profissional de pedagogia do CREAS de Paracambi, não ser considerado como técnico de referência, diferente do que aponta a normativa. A NOB-SUAS/RH aborda que:

As equipes de referência do SUAS são entendidas como um grupo de profissionais com diferentes conhecimentos, que têm objetivos comuns e definem coletivamente estratégias para alcançá-los. Quando falamos de organização dos serviços, estamos nos referindo à função desempenhada pelos coordenadores; quando falamos de oferta dos serviços nos referimos às categorias profissionais que atuam diretamente com os usuários (Brasil, 2006, p. 26 - 27).

Isso traduz uma sobrecarga maior para os demais profissionais e um afastamento da completude do serviço para o outro. Isso fica perceptível na fala da profissional C, quando menciona que:

[...] Por exemplo, agora você viu ali, eu atendi aquele rapaz. Eu não sabia quem ele era e nem sabia de quem que ele era. Então, eu sinto falta disso,

porque assim, independente de eu não ser referência, eu acho que todo mundo aqui tem que ter vínculo [...] Eu sinto essa falta. Então, assim, não sei o que a gente poderia elaborar para que eu saiba... Porque, às vezes, tem duas aqui só, aí sai, visita. Aí, casos específicos igual ele viesse, eu ia até recebê-lo, mas eu não ia saber a história dele, para eu poder tá acolhendo mais, né? [...] A gente só não peca, porque a gente já tem o jogo de cintura para lidar, né, com quem recebe. Mas eu sinto, assim, essa falta.

De fato, isso torna o trabalho precarizado e não contempla com a proposta da política de assistência, na centralidade sociofamiliar, nas intervenções com direcionamento e referência aos usuários. Nem tão pouco o que preconiza o equipamento CREAS e seus serviços, no intuito de romper com as ações violadoras, fortalecer as funções protetivas das famílias, dentre outras (Brasil, 2011).

O equipamento ainda realiza algumas ações externas, de caráter preventivo como palestras, em parceria com outras secretarias, como a Secretaria de Educação, Secretaria do Idoso, e outras que desejarem. Contemplam também como ações externas, vinculada à Secretaria de Assistência Social, a entrega de material informativo nas datas de campanhas simbolizadas nacionalmente como, o dia nacional de combate ao abuso e exploração sexual, dia de erradicação do trabalho infantil e etc.

Diante a explanação sobre o município de Paracambi, e propriamente o CREAS, percebemos na trajetória do município avanços econômicos e de infraestrutura, pautados para elevar o padrão de vida dos municípios. Porém, juntamente com essas conquistas surgem interferências e desafios que podem impactar a coesão social e a equidade.

O crescimento desordenado e não planejado pode levar a problemas como aumento das desigualdades socioeconômicas, aumentando a vulnerabilidade de determinados grupos. Segundo Lima (2020, p. 6), as “desigualdades socioespaciais, econômicas e territoriais permeiam a cidade e o urbano enquanto lugar de aglomeração de pessoas, de riqueza, de pobreza, de intensificação das formas de acumulação capitalista alavancadas pela concepção de cidade como mercadoria exacerbada [...].” Cavalcante (2020), corrobora destacando que:

“são criados pelo Estado critérios cada vez mais específicos para o seu ingresso no sistema de segurança social, que é composto pelo seguinte tripé de políticas sociais: Saúde, de caráter universal; Previdência Social, que tem o caráter contributivo, ou seja, de contribuição prévia; e a Assistência Social, que tem caráter seletivo apenas para quem dela necessitar, em outras palavras, pelo critério de vulnerabilidade social e situação de extrema pobreza” (Cavalcante, 2020, p. 80).

Posto isso, ter uma visão do território pesquisado contribui para conhecer a realidade local, saber onde estamos direcionando o estudo e, acima de tudo, onde se espera chegar com ele.

4 CAPÍTULO IV

VIVÊNCIAS DA PESQUISA

Trataremos nesse capítulo o perfil dos usuários do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI e sua conexão com o acompanhamento familiar e as rodas de conversa, como forma de apresentar as metodologias participativas, como proposta para o trabalho em grupo no acompanhamento familiar com os usuários do PAEFI.

4.1 O perfil dos usuários do PAEFI do Município de Paracambi e sua interface para o acompanhamento familiar.

Na proposta de conhecer a demanda vivenciada pelo CREAS de Paracambi, solicitamos o levantamento dos usuários acompanhados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI. Esse levantamento foi fornecido pela profissional de psicologia do equipamento. Cabe salientar que o equipamento não obtinha esses indicadores, foi a partir da nossa solicitação que ele foi realizado.

A proposta era identificar os usuários por gênero, idade, bairro que reside, tipo de demanda que originou sua entrada no serviço, como ingressou no serviço, se por demanda espontânea ou encaminhamento. No caso de encaminhamento, qual órgão encaminhou, e a data que iniciou o acompanhamento no serviço. Esses indicadores foram fornecidos no mês de agosto de 2023, no momento do seu levantamento haviam inseridos no PAEFI 46 usuários referenciados, sendo os mesmos durante todo o período de intervenção da pesquisa. Não havendo nenhum desligamento, ou nova entrada no serviço.

As informações levantadas mostraram que em relação ao gênero, os usuários estão próximos, sendo o gênero feminino compondo um total de 24 usuárias para 22 do gênero masculino. Em relação à diversidade de identidade de gênero, quando perguntado para a técnica sobre ter algum usuário que se auto declarava dentro do espectro LGBTQIAPN+¹⁷, a mesma informou que até o momento não tinham nenhuma referência de usuários que se auto declaravam de outro gênero.

Em relação à faixa etária dos usuários, o maior percentual com 26,7% foi para a faixa etária de 0 a 12 anos, seguido de 24,4% para faixa etária de 60 anos ou mais, conforme figura 5.

¹⁷ LGBTQIAPN+ faz referência à diversidade de gênero composta por lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer, intersexo, assexual, pansexual, não binário e o símbolo “mais” representa a inclusão das demais identidades de gênero que não se encaixam no padrão cis- heteronormativo, porém, não aparecem representadas na sigla. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Consultado em: 25 de outubro de 2023.

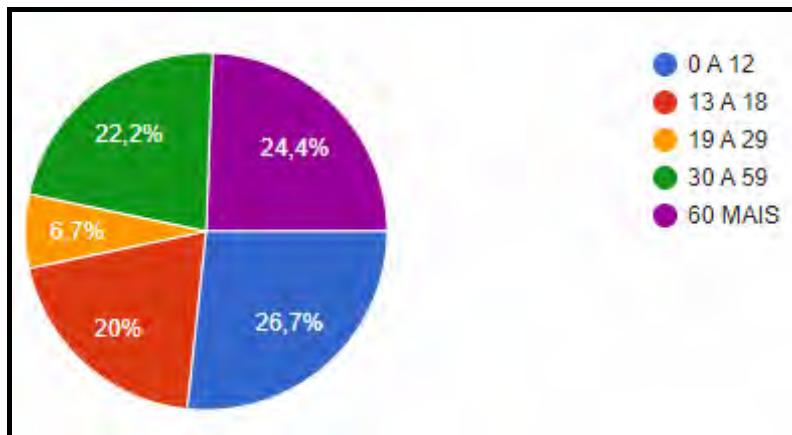


Figura 5 - Gráfico referente à faixa etária dos usuários

Fonte: Elaboração da pesquisa, 2024.

A faixa etária representada com maior percentual nos traz um direcionamento sobre como crianças e adolescentes ainda são expostos às representações de violências, como negligência, abusos físicos, sexuais e psicológicos, e até mesmo conflitos familiares que afetam diretamente o bem estar desse grupo. Não muito distante, os da faixa etária de 60 anos ou mais, o que também nos sugere uma vulnerabilidade mediante abandono, violações contra a pessoa idosa, como isolamento social e negligências por parte dos cuidadores. Nesse sentido, os dados fornecidos servem de alerta para reforçar a importância de uma intervenção integrada e atenta às especificidades de cada faixa etária.

Ressaltamos ser fundamental que as ações do PAEFI estejam atreladas aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e o Estatuto da Pessoa Idosa. Porém, não só com esses documentos de direitos, mas com outros a partir do momento que o CREAS, e consequentemente seu principal serviço, o PAEFI, absorvem situações que necessitam de um olhar amplo frente à questão da criança/adolescente, idoso, pessoa em situação de rua, pessoa com deficiência, pessoa em uso de álcool e outras drogas. Uma diversidade de acontecimentos no qual para cada um deles há um estatuto, uma norma técnica, um caderno de orientação. Sendo de suma importância a utilização dos mesmos nas ações do serviço.

No indicador de órgãos que encaminharam para o serviço, o Conselho Tutelar foi o dispositivo que mais realizou encaminhamentos, com um registro de 32,6%, depois o Ministério Público com 13%, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, com 8,7% e com o mesmo percentual de 6,5% a Promotoria de Justiça e o Hospital Municipal, como mostra a figura 6.

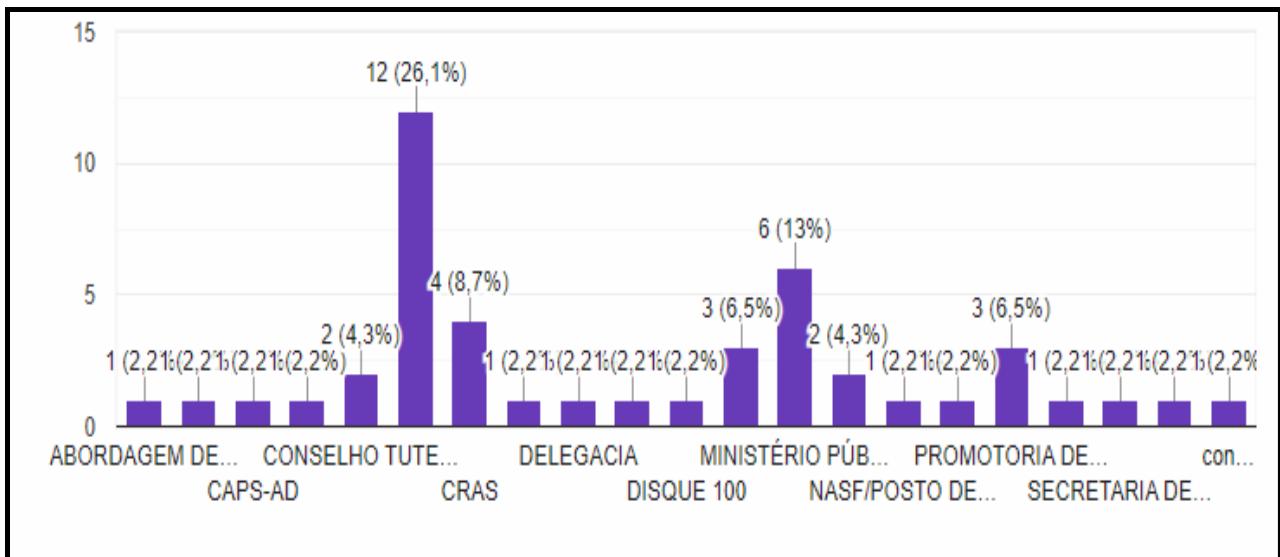


Figura 6 - Gráfico referente aos órgãos que mais encaminharam para o CREAS

Fonte: Elaboração da pesquisa, 2024.

Como principal demanda que originou a entrada dos usuários no serviço, as três com maior referência foram de abuso sexual, com 17,4% de igual modo para conflito familiar, seguido de saúde mental com 15,2%, como demonstra a figura 7.

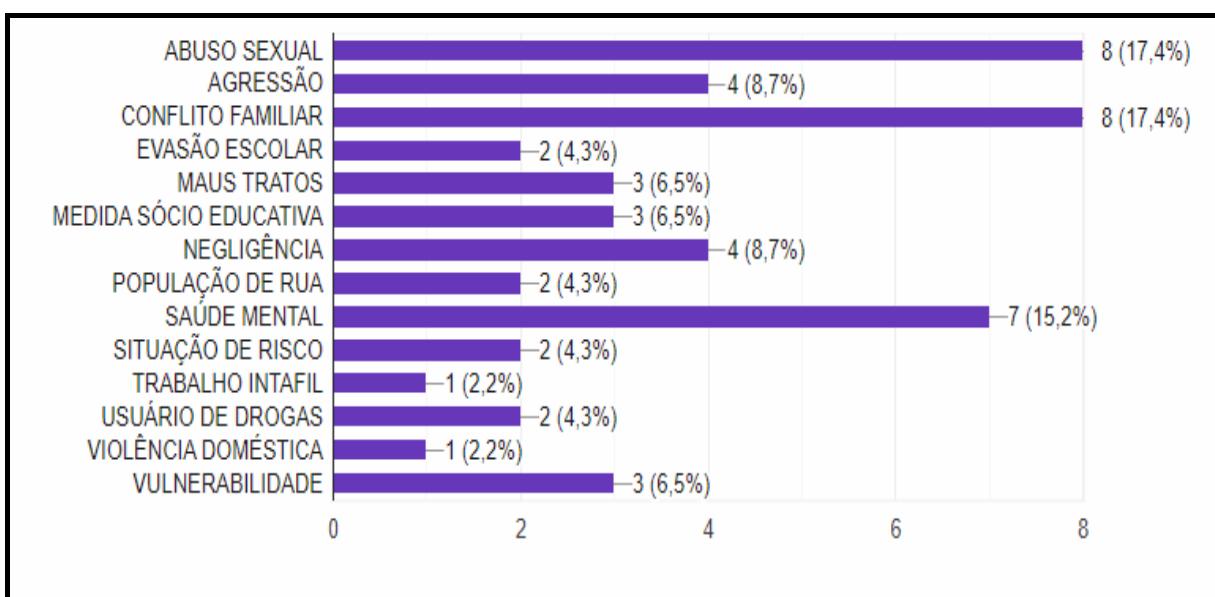


Figura 7 - Gráfico referente à demanda dos usuários

Fonte: Elaboração da pesquisa, 2024.

A referência dos indicadores de órgão que mais encaminhou e principais demandas dos usuários no serviço se entrelaçam, a partir do momento que temos um crescente encaminhamento do conselho tutelar para o CREAS, com um percentual também bem elevado de situações de abuso sexual, e conflito familiar, articulado ao indicador da faixa etária, no qual temos criança/adolescente como principal público. A partir disso podemos analisar um tripé entre: criança/adolescente - Conselho Tutelar - abuso sexual, indicadores que perpassam por uma realidade para além do território de Paracambi, pautando em uma

esfera nacional.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Reinach e Barros, 2023) o estupro contra crianças e adolescentes concentra o maior número de registros no Brasil. O documento ainda mostra que, “em 2022 foram quase 41 mil vítimas de 0 a 13 anos, das quais quase 7 mil tinham entre 0 e 4 anos, mais de 11 mil, entre 5 e 9 anos, mais de 22 mil entre 10 e 13 anos e mais de 11 mil entre 14 e 17 anos” (Reinach e Barros, 2023, p. 190 – 191).

O destaque para o Conselho Tutelar como principal órgão a liderar os encaminhamentos para o serviço remete a importância da proteção integral de crianças e adolescentes, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente e a presença alarmante das principais demandas como abuso sexual e conflito familiar, indicam situações de violência e conflitos nos ambientes familiares dos usuários. Isso ressalta a necessidade de intervenções especializadas no intuito de promover o fortalecimento dos vínculos familiares e as superações das violações de direitos.

O registro referente ao início do acompanhamento no serviço, dos 46 usuários que estavam em acompanhamento no momento de intervenção da pesquisa, 26 (56,5%), desses usuários é referente do ano de 2023. Sobre os usuários que ainda estão em acompanhamento, porém, iniciaram em anos anteriores temos 9 (19,6%) usuários do ano de 2022, 4 (8,7%) usuários do ano de 2021, 3 (6,5%) usuários do ano de 2020, 1 (2,2%) usuário do ano de 2019, 2 usuários (4,3%) em 2018 e 1 usuário (2,2%) no ano de 2017, representados na figura 8.

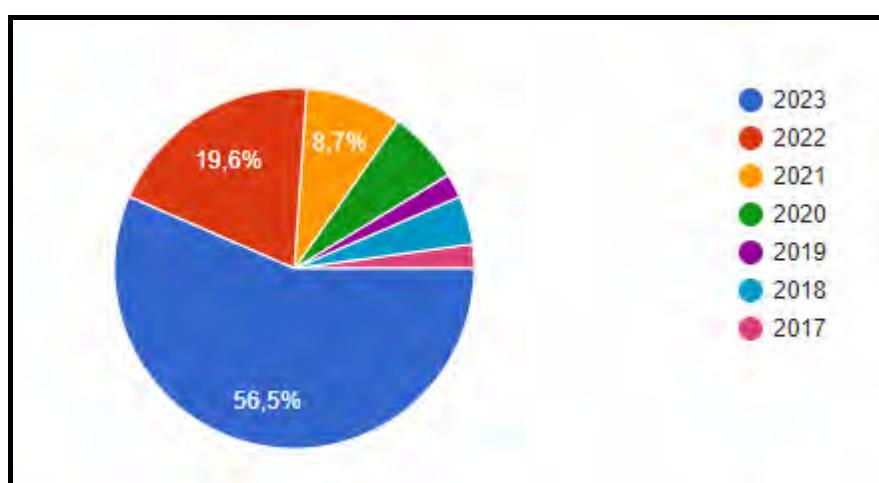


Figura 8 - Gráfico referente ao início do acompanhamento no serviço

Fonte: Elaboração da pesquisa, 2024.

A proposta desse indicador é refletir sobre a permanência e desligamento do usuário no serviço, sob uma visão de promoção e até mesmo de monitoramento para o caso de possíveis reincidências. O ano de 2023, considerado o que mais possui referência de usuários em acompanhamento, indica um percentual elevado de novos usuários no primeiro semestre do ano, ressaltando que a coleta dos dados foi realizada em agosto de 2023. Isso pode ser considerado talvez, devido uma articulação e conscientização do equipamento junto aos demais serviços e órgãos do sistema de proteção, como por exemplo, o caso do Conselho Tutelar, como o órgão que mais realizou encaminhamentos para o equipamento. As demandas do ano de 2022 representam um número baixo de usuários que ainda se encontram em acompanhamento no PAEFI, indicando dessa forma um elevado desligamento dos usuários do serviço. Nesse aspecto pode vir a ser considerado um ponto positivo, a depender se de fato esses usuários foram promovidos para as demais esferas de fortalecimento dos vínculos

familiares, como o caso do CRAS ou não aderiram ao serviço e foram desligados. Em relação ao demais anos, mesmo em um percentual menor o equipamento ainda possui usuários em acompanhamento com entrada nos anos anteriores, o que pode ser reflexo de uma dificuldade do equipamento na promoção desses usuários, uma demanda mais específica que requer maiores intervenções e cuidados.

A não adesão dos usuários ao acompanhamento e a permanência de outros que já poderiam ter sido desligados, pode ser entendida como um fenômeno multifacetado, que envolve diversos fatores individuais, sociais e até institucionais. Como por exemplo, o desconhecimento, muitas vezes os usuários podem não estar cientes dos serviços ofertados, barreiras logísticas, questões como dificuldade de transporte, distância, rotina de trabalho, demandas familiares e domésticas, podem desmotivar a adesão.

A reflexão sobre a questão deve considerar tanto as barreiras enfrentadas pelos usuários, quanto à da equipe do serviço em mitigar esses desafios, não deve ser vista apenas como uma falha individual dos usuários, mas como um reflexo de múltiplas situações que eles enfrentam. A equipe multidisciplinar desempenha um papel essencial na identificação e superação dessas barreiras. Através de estratégias de acolhimento, flexibilidade, comunicação eficaz e trabalho em rede, na tentativa de promover uma maior efetividade das intervenções propostas.

Como uma das funções da política de assistência social, a Vigilância Socioassistencial, destaca a importância desses indicadores para o monitoramento e análise contínua em relação a adesão e promoção dos usuários. Com o objetivo de criar estratégias e ações para intervenções adequadas no acompanhamento, ressalta também a oportunidade de ajuste, de aprimoramento da capacidade de resposta do serviço.

De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial (2013), o conceito é definido como:

a Vigilância Socioassistencial consiste no desenvolvimento de capacidades e meios técnicos para que os gestores e profissionais da Assistência Social possam conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual são responsáveis, induzindo o planejamento de ações preventivas e contribuindo para o aprimoramento das ações que visem a restauração de direitos violados e a interrupção de situações de violência. Para tal, a Vigilância deve produzir e organizar dados, indicadores, informações e análises que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos; e desta forma, fortalecendo a capacidade de Proteção Social e de Defesa de Direitos da política de assistência social (Brasil, 2013, p. 9).

Em suma a Vigilância Socioassistencial demarca a necessidade de conhecer o território no qual a política de assistência está inserida, conhecer as realidades e a partir dela promover não apenas o acesso inicial aos serviços, mas também a permanência dos usuários e seu crescimento como indivíduo.

No que tange à referência por bairro dos usuários no serviço, o bairro de Lajes registra o maior percentual com 30,4%, seguido pelo bairro Guarajuba com 15,2% e com o mesmo registro de 8,7% os bairros Sabugo e Centro, como indica a figura 9.

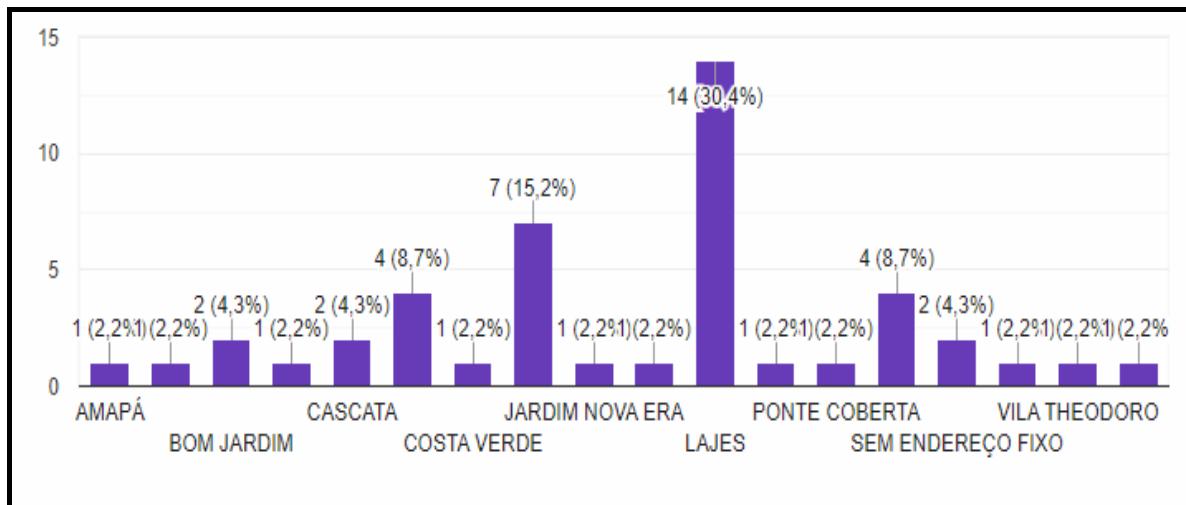


Figura 9 - Gráfico referente aos bairros dos usuários

Fonte: Elaboração da pesquisa, 2024.

O bairro Lajes é um dos maiores bairros do município de Paracambi, como mostra a localização no centro da figura 10.

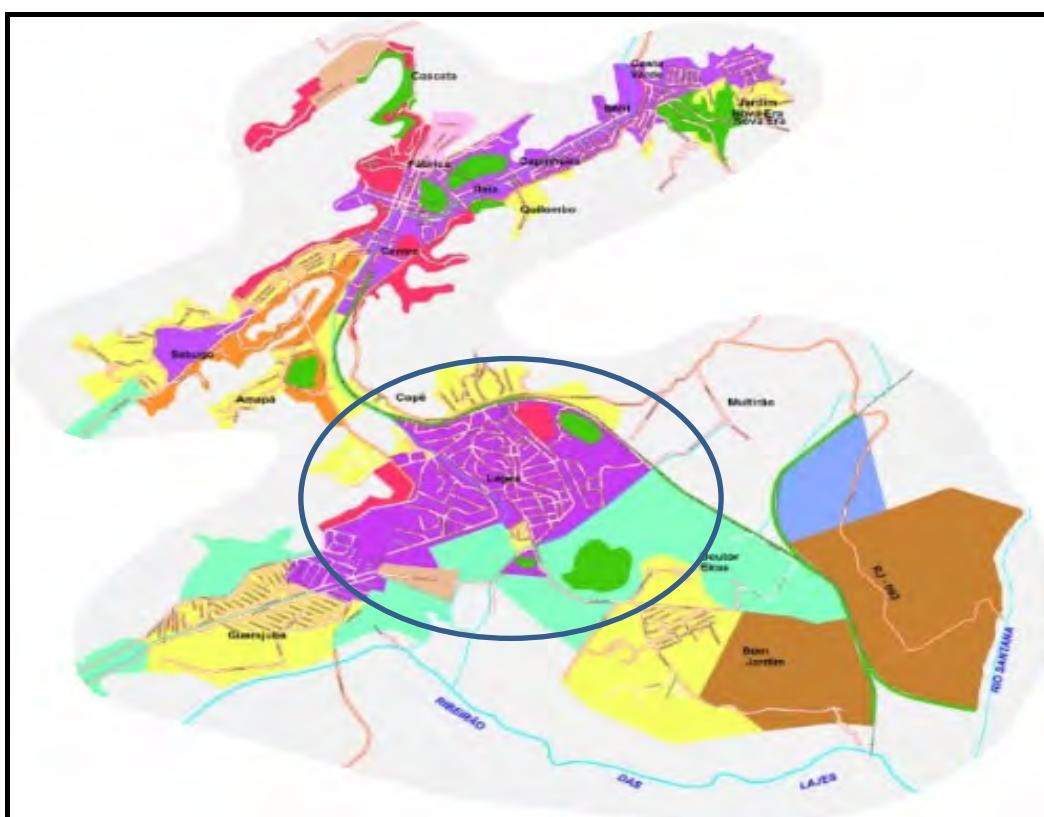


Figura 10 - Mapa dos bairros do município de Paracambi

Fonte: <https://biamapas.com.br/produto/paracambi-zona-urbana-rj/>

O território possui um Hospital Municipal, uma maternidade, um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, denominado CRAS – Lages, responsável pela abrangência do serviço de proteção social básica, nas localidades de Lages, Multirão,

Comunidade Vila São José e Comunidade Alziro Zarur. O bairro também possui 7 unidades escolares, sendo 2 creches, 1 unidade de educação inclusiva, e 3 de ensino fundamental no âmbito municipal, e 1 unidade estadual.

Essa breve referência sobre o bairro nos mostra um território que possui uma infraestrutura no quesito saúde, educação e assistência, porém, demonstra ser insuficiente, uma vez que, o referido bairro possuiu um maior percentual de indivíduos em situação de risco pessoal e violações de direitos acompanhados pelo CREAS do município. Respectivamente o que nos implica sobre esse indicador é o trabalho intersetorial, para além das ações externas de cunho preventivo, ou de mobilização em datas de campanhas que o equipamento realiza. Como também a compreensão e relevância do PAEFI para o CREAS pela ótica dos profissionais do serviço.

O Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (2011) aborda a intersetorialidade como:

A intersetorialidade pressupõe uma forma de gestão das políticas públicas que visa superar a fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais para produzir efeitos mais significativos na vida da população. Representa a articulação de poderes, setores e saberes para enfrentar e responder, de forma integrada e com objetivos comuns, as questões sociais, considerando suas complexidades e expressões nos diferentes territórios (Brasil, 2011, p. 65).

Para fortalecer o pensamento crítico sobre a intersetorialidade com os demais atores dos setores públicos, é importante pensar o diálogo como fio condutor desse processo, “o diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam” Freire (1983, p. 36). Pois, ao entender que os mesmos indivíduos que estão em acompanhamento em determinado serviço da política de assistência, corresponde aos mesmos indivíduos que acessam a escola, o hospital do bairro.

Nesse sentido, quando abordamos a temática do trabalho intersetorial no âmbito da política de assistência social, pautamos no entendimento de um trabalho em parceria com demais serviços da rede socioassistencial, como educação, saúde, habitação, dentre outros. A figura 11 ilustra um pouco do que seria essa rede pelo eixo da política de assistência social.

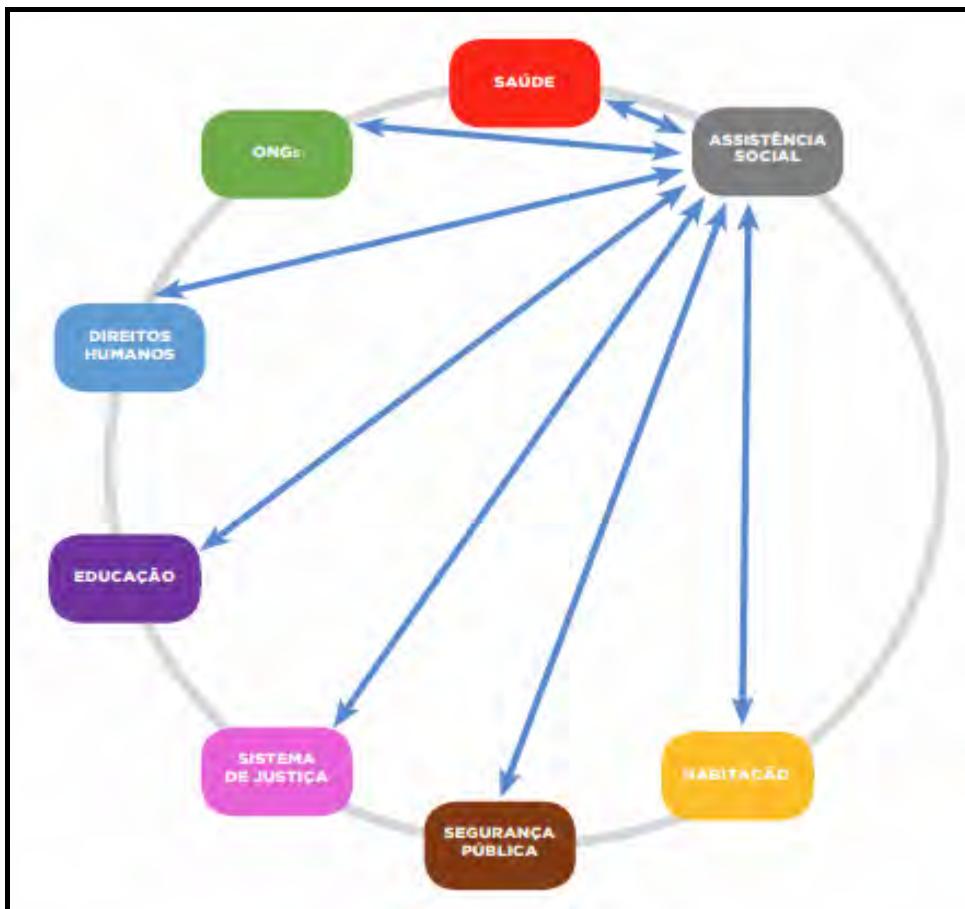


Figura 11 - Rede intersetorial a partir do eixo da Assistência Social

Fonte: Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial, 2018.

É preciso pensar o trabalho intersetorial como “conjunto de parceiros com os quais os serviços da rede socioassistencial precisam interagir para atuar, ampliando a perspectiva do cuidado e da proteção social e visando a atender à complexidade das demandas de cada caso” (Brasil, 2018, p. 124). Porém, o que vemos na prática é que, nem sempre o entendimento sobre o trabalho intersetorial é compreendido no cotidiano do serviço, independente do diálogo realizado. O documento técnico Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial (2018), corrobora com:

Na prática, sabe-se que muitos dos serviços de campos são tão diferentes que nem sempre atuam de forma integrada, tampouco se veem como parceiros, o que demanda investimento redobrado por parte das/os gestoras/ es e das/os profissionais para a articulação dessa rede. Sabemos ainda que, além da rede formal (acionada de forma institucionalizada a partir do reconhecimento de um modo de trabalho que preconiza a atuação intersetorial), os profissionais do SUAS também recorrem às redes de relações fundadas nos seus próprios contatos pessoais. Essas relações informais, muitas vezes, “funcionam” quando as redes têm grau reduzido de institucionalização de parcerias. Todavia, são frágeis devido à instabilidade de tais vínculos e da pessoalidade em que se fundam (o atendimento configura um “favor” à/ ao profissional) (Brasil, 2018, p. 125).

Isso implica diretamente no acompanhamento ao usuário. De acordo com a PNAS (2004), “o acompanhamento familiar deve se dar de maneira territorializada e, portanto, executado no âmbito do PAIF ou do PAEFI e ofertado, obrigatoriamente, nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS ou CREAS” (Rio de Janeiro, p. 25, 2011). Ainda segundo as resoluções, CIT N° 5 de 3/05/2010 e CIB N° 12 de 26/04/2011:

é obrigatório às equipes técnicas dos CRAS e dos CREAS, no processo de acompanhamento familiar, desenvolver, no mínimo, entrevistas, reuniões de grupos socioeducativos e de reflexão, reuniões temáticas com famílias, visitas domiciliares e busca ativa para identificar situações de vulnerabilidade e risco social [...] (Rio de Janeiro, 2011, p. 25).

Em relação ao acompanhamento, as profissionais abordam as seguintes narrativas,

“[...] visitas podem né, ser incluídas a gente faz, os encontros aqui, né? Então, as pessoas virem aqui para atendimento, né? Conversa com os técnicos [...]” (Profissional E).

“[...] E a gente também tá trazendo os atendimentos aqui no equipamento, aí visitas domiciliares e os encaminhamentos para rede, para onde precisa. Encaminhamento para documento, para CRAS, para auxílio-doença ou LOAS, PBC” (Profissional D).

A profissional A, menciona sobre os usuários buscarem o serviço de forma categórica, a depender das suas necessidades.

[...] as pessoas muitas vezes vêm aqui querendo que a assistente social resolva as questões de documento. Então, a advogada vai até a delegacia, vai até o fórum, e aí fica meio confuso eles entenderem que, na verdade, não é somente esse o papel, não é só, ah, vamos lá tirar um documento no DETRAN, vamos lá marcar uma audiência na defensoria, enfim, não, é para além disso, é todo um processo, e toda a equipe está participando disso, mas para isso, para que ele vivencie isso, precisa vir ao CREAS. Aqui em Paracambi, a gente tem muito a presença do técnico nas casas, e aí eu falo, é a presença do Estado nas casas, então nem sempre a gente quer uma visita na nossa casa que dirá o Estado na nossa casa, então a gente tem que trazer o usuário para a nossa casa, que é o CREAS, e para a casa dele, que é também o CREAS. Então, o que a gente vê é que, para o usuário, muitas vezes o PAEFI está no campo de serviços, pura e simplesmente de realizar documento, ir na delegacia, na defensoria. Ou então, quando é o acesso à psicóloga, é achando que é o atendimento, que eles não conseguem achar na saúde, então eles acham, ah, vou lá e ela vai me ouvir [...]” (Profissional A).

Já a profissional B, relata em relação as visitas, o acolhimento, a escuta, englobando o acompanhamento realizado no serviço.

[...] não é só nos grupos, tem todo o acompanhamento sistemático, feito as famílias, as visitas domiciliares, os atendimentos individuais, as escutas, especializado, tudo isso engloba o serviço do PAEFI. Além disso, existem os grupos que estão sendo criados agora. Mas, esse protocolo de atendimento da equipe técnica vai muito de acordo com a demanda que a gente recebe. Chegou um usuário novo no CREAS, a gente vai identificar se é uma demanda CREAS, vai fazer uma visita, vai acompanhar, traz essa família

para o equipamento, para entender o caso, e se for realmente uma demanda para o CREAS, a gente inicia todo o acompanhamento do PAEFI (Profissional B).

Compreender as especificidades dos usuários para que recebam um acompanhamento o mais próximo possível de suas realidades, torna a busca pela efetivação do serviço mais satisfatória. A saber, que, acompanhar segundo o artigo 20 do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social é:

“um conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibiltem à família acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações - sejam elas familiares ou comunitárias” (Brasil, 2009, p.20).

Da mesma forma, ter noção do perfil dos usuários inseridos com objetivo de promover direitos, preservar e fortalecer os vínculos familiares, comunitários e sociais, com vista ao fortalecimento da função protetiva das famílias, diante do cenário de situações vulnerabilizantes e de risco pessoal e social (Brasil, 2009), se faz necessário para que as devidas intervenções sejam efetivadas.

Sobre esse aspecto, as narrativas trazidas pelas técnicas nos mostram um entendimento sobre a importância do serviço para o CREAS, a profissional B, menciona que: “*O PAEFI é um serviço do CREAS, é de total relevância, é um serviço de acompanhamento às famílias [...]*. A profissional A, também aborda a relevância do PAEFI para o CREAS, “[...] ele é o trabalho básico do CREAS, a gente precisa dele para capacitar um usuário, para entender essa família, para aproximar, para vincular, ele é o básico do CREAS, então não existe trabalho do CREAS sem PAEFI”.

Ao observarmos o papel do PAEFI dentro do contexto normativo da PNAS para municípios de até 50.000 mil habitantes, percebemos que o número de usuários acompanhados por este serviço é um indicativo do seu alcance dentro da comunidade. No entanto, não é suficiente para avaliar a eficácia do trabalho realizado no serviço, assim como, as narrativas por parte das profissionais referente ao acompanhamento e relevância do PAEFI, pois, o que evidenciamos a partir da pesquisa, é o PAEFI direcionado para suprir as demandas emergenciais, caracterizando uma intervenção voltada para visitas domiciliares e encaminhamentos.

Diante disso, é importante ressaltar que o sucesso do PAEFI não deve ser medido apenas pela quantidade de usuários atendidos, mas sim pela qualidade das intervenções realizadas e pelo impacto positivo na vida das famílias assistidas. O que corresponde à superação das violências vividas, através de promoção da coesão familiar, de atividades e intervenções que envolvam os membros da família, com intuito de promover um ambiente de suporte e solidariedade, de fomento à autonomia, ao desenvolver estratégias para superar dificuldades e acessar recursos disponíveis.

4.2 As rodas de conversa como proposta de metodologia participativa para o acompanhamento no PAEFI do Município de Paracambi.

Foram propostas intervenções no intuito de expor para os profissionais metodologias participativas para serem trabalhadas de forma coletiva, com a perspectiva de atuação mútua entre profissionais e usuários.

A participação na intervenção proposta pelas técnicas, com o tema “Agosto Lilás”,

como mostram as figuras 12 e 13, foi realizada uma dinâmica com as tipificações de violência doméstica. No quadro de material embrorrachado, confeccionado por esta pesquisa, foram colados os tipos de violência doméstica e espalhados ao chão estavam alguns atos de violência. A proposta era que as participantes correlacionassem os tipos de violência com seu respectivo ato.



Figura 12 e 13 - Realização de dinâmica com as participantes

Fonte: Imagem da pesquisadora

Esse encontro que seria para as usuárias, porém acabou sendo realizado com as profissionais, em um total de 13 participantes. Ao que antes seria uma forma de lograr junto ao público do PAEFI o entendimento adquirido no encontro, bem como a participação e avaliação do mesmo, passou a ter um caráter de expor para as profissionais que ali estavam a utilização de materiais e métodos participativos para uma roda de conversa. Notamos que o que a equipe técnica do CREAS idealizou como roda de conversa, estava na verdade com características de palestra, porém, com as pessoas sentadas em formato de roda.

Através das dinâmicas realizadas buscamos ampliar com as profissionais o contexto da participação ativa, na perspectiva de interagir e trazer o usuário para o centro do debate. Conforme Afonso e Abade (2008, p. 19), abordam a roda de conversa como “uma forma de se trabalhar incentivando a participação e a reflexão. [...] construir condições para um diálogo entre os participantes através de uma postura de escuta e circulação da palavra bem como com o uso de técnicas de dinamização de grupo”.

Para esse encontro ainda realizamos uma história oral, contada através de imagens, e um quiz de perguntas e respostas. Expomos no centro da roda os materiais utilizados como mostra a figura 14.



Figura 14 - Exposição dos materiais utilizados

Fonte: Imagem da pesquisadora

Ao encerrar o encontro solicitamos uma avaliação coletiva. As participantes em posse de plaquinhas com duas ilustrações, de um lado um dedo em forma de “positivo”, “gostei”, e do outro indicando o contrário com a imagem do dedo apontado para baixo, realizaram a avaliação do encontro mostrando através da placa o que acharam do momento, se foi positivo ou negativo, como ilustra a figura 15.



Figura 15 - Avaliação coletiva do encontro

Fonte: Imagem da pesquisadora

As profissionais avaliaram o encontro de forma positiva e por mais que não tenhamos realizado o encontro com o público esperado, conseguimos alcançar os objetivos proposto, pois tivemos excelente retorno das profissionais que participaram do encontro. A psicóloga responsável em abordar o tema do encontro, mencionou que após nossa intervenção teve várias ideias, para utilizar com as usuárias que atende e as demais profissionais verbalizaram que se sentiram integradas ao tema abordado e as intervenções realizadas.

Cabe ressaltar que a primeira intervenção foi proposta pela equipe do CREAS, nós não realizamos o conteúdo a ser trabalho no encontro. Intervimos na dinamização, como proposta

de introduzir a metodologia participativa e, dessa forma, levar para o público participante essa metodologia como abordagem pedagógica favorável para o trabalho em grupo.

Os encontros posteriores, realizados a partir da nossa intervenção de pesquisa, teve a intenção de levar para os profissionais do CREAS, o trabalho social em grupo, como um dos instrumentos técnico-operativos para o acompanhamento familiar no âmbito do PAEFI. E tendo como metodologia para esse trabalho, as rodas de conversa, como metodologia participativa para essa abordagem.

Dessa forma, iniciamos o primeiro encontro, apresentando a proposta da roda, explicitando esse instrumento metodológico, que vai na direção de introduzir os participantes, que para essa intervenção tivemos um total de 7, ao tema proposto através do diálogo, em um movimento de escuta e fala.

Para iniciarmos o diálogo, com o auxílio de um cavalete, trouxemos cartazes com os principais pontos, com o objetivo de trazer um panorama geral da política de assistência social, até chegarmos ao PAEFI. Na figura 16 observamos como o espaço foi organizado por nós para a realização da primeira roda.



Figura 16 - Organização do espaço para o encontro

Figura 10 Organização da
Fonte: Imagem da pesquisadora

Conforme a exposição dos cartazes, íamos solicitando a intervenção dos e das profissionais com perguntas referentes ao que estava sendo exposto, como um mecanismo de introdução para trazer a fala dos participantes. Até o ponto de o diálogo fluir de forma natural, sem que fosse preciso solicitar, pelo contrário, em alguns momentos foi necessário conduzir os participantes para o foco do tema, pois acabavam direcionando a fala para um recorte com viés de estudo de caso, com as experiências dos casos trabalhos por eles, o que é de suma relevância, mas para que não ficasse um encontro exaustivo e sem perder o foco, delimitávamos o percurso das falas.

Esse momento nos possibilitou perceber questões referentes à falta de informação por parte dos e das profissionais em relação ao PAEFI, especialmente por parte dos orientadores sociais. Estes, por sinal, foram os componentes que mais interagiram, como também os que mais trouxeram para a roda as fragilidades em relação à prática profissional. Afonso e Abade (2008) abordam esse momento da roda de conversa, como meio de promover uma cultura de reflexão.

Percebemos por exemplo, quando abordado em relação à matrículade sociofamiliar¹⁸, certo desconhecimento do termo e de sua relevância no âmbito do SUAS. Sobre o PAEFI também foi perceptível falta de compreensão. Um dos educadores sociais mencionou não saber o que era o PAEFI. Um outro informou, que passou a ter conhecimento do PAEFI no decorrente do ano, através do trabalho em conjunto que realizou com algumas técnicas. Ambos os profissionais já estão no equipamento por mais de quatro anos.

É preocupante notar que mesmo após quatro anos de atuação, alguns profissionais ainda desconhecem elementos essenciais do PAEFI. Isso indica uma lacuna significativa na formação inicial e nas estratégias de educação permanente, sendo crucial para assegurar que todos os membros da equipe estejam atualizados e capacitados para desempenhar suas funções de maneira eficaz e coerente com as diretrizes do SUAS. Além disso, a falta de compreensão sobre alguns conceitos importantes como, matrículade sociofamiliar, reflete um desafio ainda maior. Este conceito é central para a abordagem do SUAS, pois enfatiza a importância de entender e trabalhar com as famílias como unidades integradas e interdependentes, ao invés de focar apenas em indivíduos isolados. Sem essa compreensão, os profissionais podem ter dificuldade em implementar intervenções que realmente atendam às necessidades das famílias de maneira holística e efetiva.

O fato de que essas questões foram trazidas à tona durante as rodas de conversa é um aspecto positivo, no qual a coordenação, as direções e a própria gestão da secretaria de assistência social do município podem aproveitar para promover ações de educação permanente. Através da promoção de uma cultura de reflexão, é fundamental para identificar e corrigir essas lacunas. As rodas de conversa proporcionam um espaço para que os profissionais compartilhem suas experiências, dúvidas e dificuldades, promovendo um aprendizado colaborativo e uma reflexão crítica sobre a prática profissional. A gestão dos equipamentos de assistência social tem a responsabilidade de assegurar que esses espaços de reflexão não sejam apenas momentos de desabafo, mas sim oportunidades para crescimento e melhoria contínua.

Nesse sentido, a crítica aqui se fundamenta na necessidade de fortalecer a formação e a capacitação dos profissionais do SUAS. O desconhecimento de conceitos fundamentais como a matrículade sociofamiliar e o PAEFI compromete a qualidade do atendimento oferecido às famílias e, portanto, deve ser abordado de maneira sistemática e contínua. Promover uma cultura de reflexão é um passo importante, mas deve ser acompanhado por ações concretas que garantam a formação contínua e o aprimoramento profissional.

Após o momento de exposição do tema e os diálogos ofertados, introduzimos junto ao grupo uma dinâmica. Esse momento propôs conhecer do grupo suas visões em relação ao PAEFI. Foi através dessa atividade que obtivemos os relatos do não conhecimento do que era o serviço, e tivemos a oportunidade de retornar alguns pontos e dialogar novamente.

A dinâmica teve a seguinte proposta: foi solicitado ao grupo que eles escrevessem em uma palavra, uma dificuldade na execução do PAEFI, e o que era o PAEFI na visão deles. As palavras mencionadas na dinâmica proporcionaram nos aproximarmos ainda mais das angústias e anseios profissionais com o serviço, como nos mostram as imagens 17 e 18:

¹⁸ Segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), a matrículade sociofamiliar consiste na centralidade na família, nas ações da política de assistência social. É a base do trabalho social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

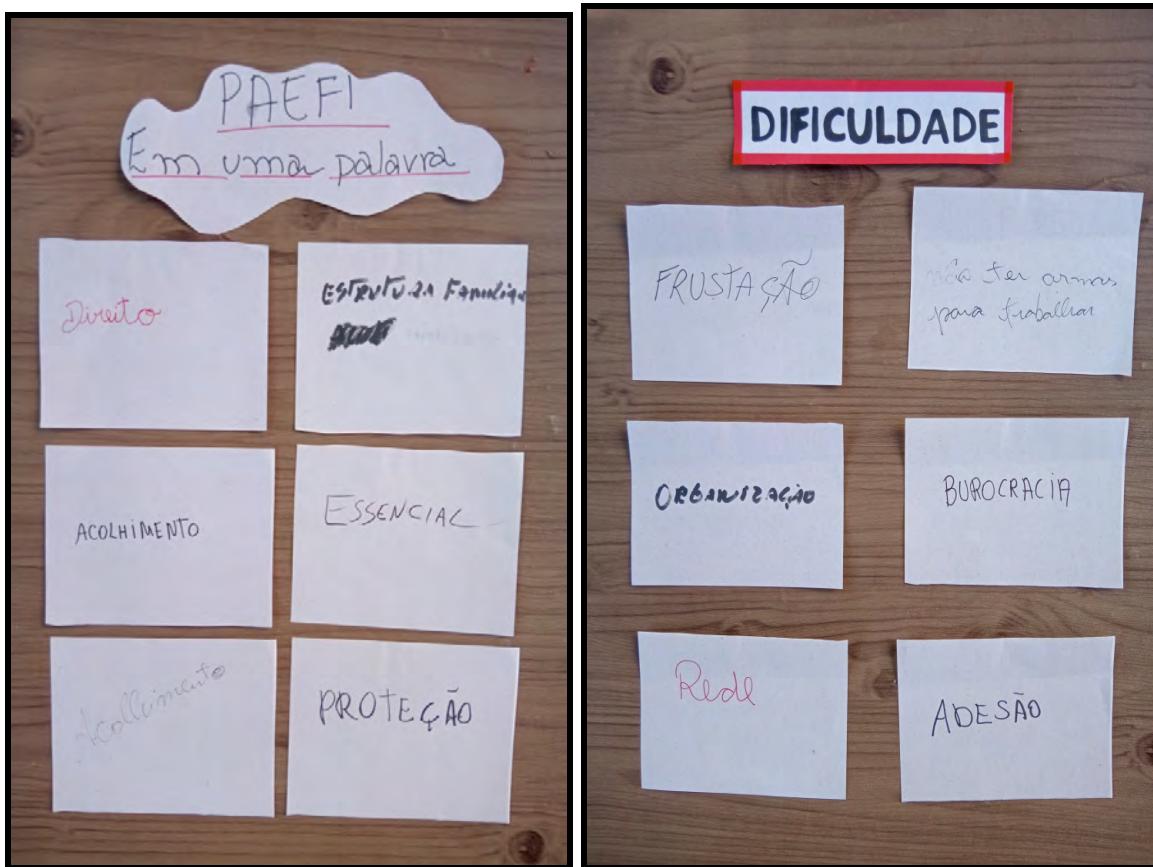


Figura 17 e 18 - Relação de palavras referente a dinâmica

Fonte: Imagem da pesquisadora

As palavras acolhimento, proteção, direito, essencial, fornecidas na categoria “PAEFI em uma palavra”, nos mostrou que após o diálogo percorrido na roda, os profissionais conseguiram compreender a significância do serviço. Em relação às dificuldades da operacionalização do PAEFI, palavras como, frustração, organização, não ter “armas” para trabalhar, adesão e rede, foram mencionadas pelos participantes, expondo, dessa forma, suas frustrações diante da realidade que vivenciam.

O teor abordado no contexto da dinâmica vai em direção ao que também foi exposto pelas profissionais em relação às dificuldades na operacionalização do serviço. A profissional A, traz o seguinte relato:

“a gente não é preparado para assistência social, e ele é um grande filão, como a gente costuma dizer, de novos, de recém-formados. Então, o advogado, quando entra no CREAS, o pedagogo, quando entra no CREAS, dificilmente ele tem essa formação. Ele ouve falar lá em uma disciplina ou outra, que tem um pedagogo social, tem um pedagogo em CREAS, o advogado pode estar também no CREAS. Mas, ainda assim, numa graduação como é a minha, que é a psicologia, ainda assim, a gente tem pouco, quem dirá nas demais que acabam compondo o CREAS. Então vem para cá e não sabe o que ele pode fazer, até onde ele pode ir. O que é do assistente social, o que é do psicólogo. Mas a gente sempre fala isso com os técnicos, a gente aqui é técnica social. Então, o pedagogo, é claro que ele tem as suas particularidades, tem as suas demandas, as suas especificidades, mas ele é um técnico social [...] A gente precisa trabalhar em uma equipe multidisciplinar, mas a gente não pode invadir o que é específico da sua profissão. E aí quando você não tem algo que te direcione,

que te norteie adequadamente, errar, cometer erros e acabar prejudicando até mesmo o usuário, é muito possível. Até mesmo porque a gente é chamado a produzir muitos documentos [...] Hoje o CREAS trabalha com isso, com as orientações técnicas, trabalha com as orientações para medida socioeducativa, eu acho que esse está bem mais do escrito. Mas, em relação ao PAEFI, eu acredito que precisamos ainda de mais definições, de mais cadernos de orientações e atualizações”.

A profissional D, menciona a falta de aporte teórico que instrua o profissional nas questões práticas do serviço.

[...] eu sinto falta de um caderno mais voltado para prática do dia a dia para as questões, não tanto do conceito da assistência social mais para o dia a dia, por exemplo essas questões de grupo, como promover mais adesão aos usuários, essas questões mais da prática [...] porque aí acaba que isso vai do profissional que tá aqui, da criatividade. Aí fica uma coisa singular, né? Não tem tanta orientação, a gente sabe os direitos que foram violados, mas as atividades que a gente pode fazer mais efetivas para acessar essas violações. O usuário também fica meio [...] a gente fala com eles da superação, do fortalecimento de vínculo, mas é uma coisa [...] a gente precisava de uma coisa mais concreta, assim tipo, de que forma fazer isso? De que forma fortalecer esse vínculo? Alguma coisa mais específica [...] Eu sinto falta disso, a gente tem muito acesso as orientações, as nossas atribuições também, mas essa prática assim a gente não é muito preparado para essa prática”.

Diante disso, notamos uma precarização frente às principais demandas do serviço, bem como a realização de momentos como o que foi ofertado.

A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS (2013), traz para o debate os marcos legais da política de assistência, como a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a Política Nacional da Assistência Social – PNAS (2004), a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS (2005), e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB RH/SUAS (2006) como forma de demonstrar os esforços dessas normativas, frente a “[...] desprecarição do trabalho e com a profissionalização da Assistência Social no País” (Brasil, 2013). Ainda segundo a Política Nacional de Educação Permanente no SUAS, tal política tem como proposta:

corroborar com a profissionalização do SUAS, que requer dos seus gestores, trabalhadores e conselheiros novos conhecimentos, habilidades e atitudes frente às necessidades da provisão dos serviços e benefícios socioassistenciais mais qualificada e comprometida com um projeto emancipatório de sociedade. Para tanto, contempla duas dimensões: 1) a dimensão do trabalho, que reconhece os processos de trabalho que vão dar a concretude ao ideário da própria política; e 2) a dimensão pedagógica que busca processos continuados de capacitação e formação, que impactam na carreira dos trabalhadores (Brasil, 2013, p. 7).

Nesse sentido, a realização da roda de conversa, proporcionou refletir sobre o PAEFI, e auxilia-los para uma prática mais coletiva. Articulado ao que Freire (2007), menciona em relação aos círculos de cultura, como também podemos chamar as rodas de conversa, são espaços que proporcionam a reflexão, diante o processo de vivências cotidianas; auxiliam na problematização, através do mecanismo fala/escuta em que só terá validade a partir do fazer

coletivo, no qual “[...] o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação [...]” (Freire, 2007, p. 76).

Após dialogarmos sobre a relevância do PAEFI, realizamos a segunda roda com os profissionais do CREAS, e tivemos presença de 5 profissionais. Com o intuito de trazer a questão do acompanhamento familiar previsto no PAEFI, propriamente falando sobre o trabalho em grupo e a importância da abordagem metodológica, introduzindo as metodologias participativas. Através da imagem 19 realizamos uma dinamização da proposta do encontro.

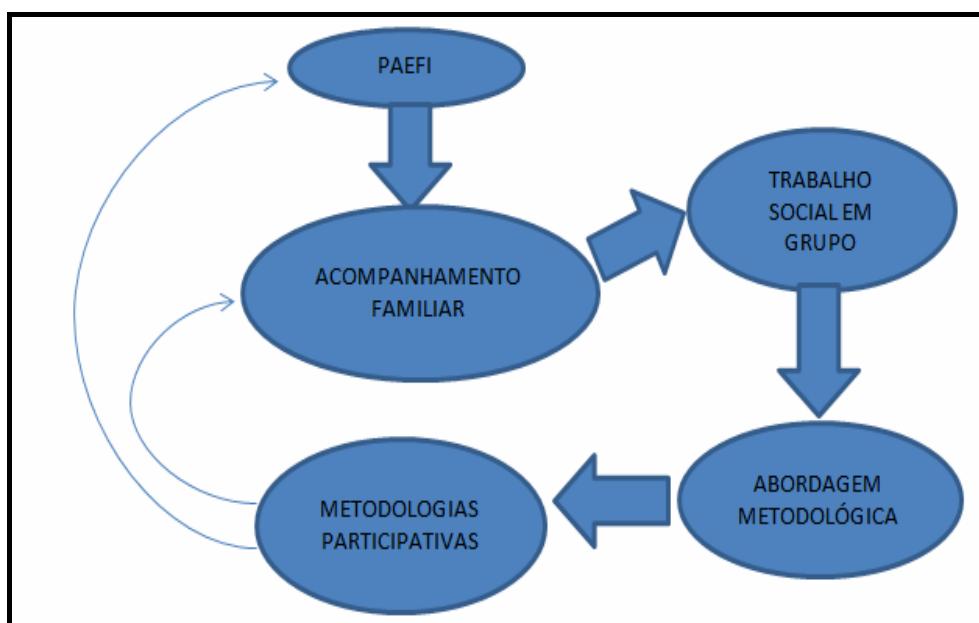


Figura 19 – Dinamização da proposta do encontro

Fonte: Elaboração da pesquisa, 2024.

Para iniciarmos a roda de conversa, realizamos um momento que chamamos de “revisitando”. Esse momento teve a finalidade de relembrar a roda anterior e captar os pontos mais importantes fixados por cada participante. Para isso, solicitamos ao grupo, de forma voluntária, que cada um falasse algo que teria sido mais emblemático do encontro passado. Algumas falas como: o que era o PAEFI, a dinâmica ao final do encontro e matricialidade sociofamiliar, foram algumas delas.

Após a dinâmica trouxemos um cartaz para darmos início ao tema proposto do encontro, ao trazer o PAEFI para o centro do debate e ramificar algumas ações referentes ao acompanhamento familiar proposto no serviço, com foco no trabalho em grupo e a na metodologia para sua realização, como mostra a imagem 20.

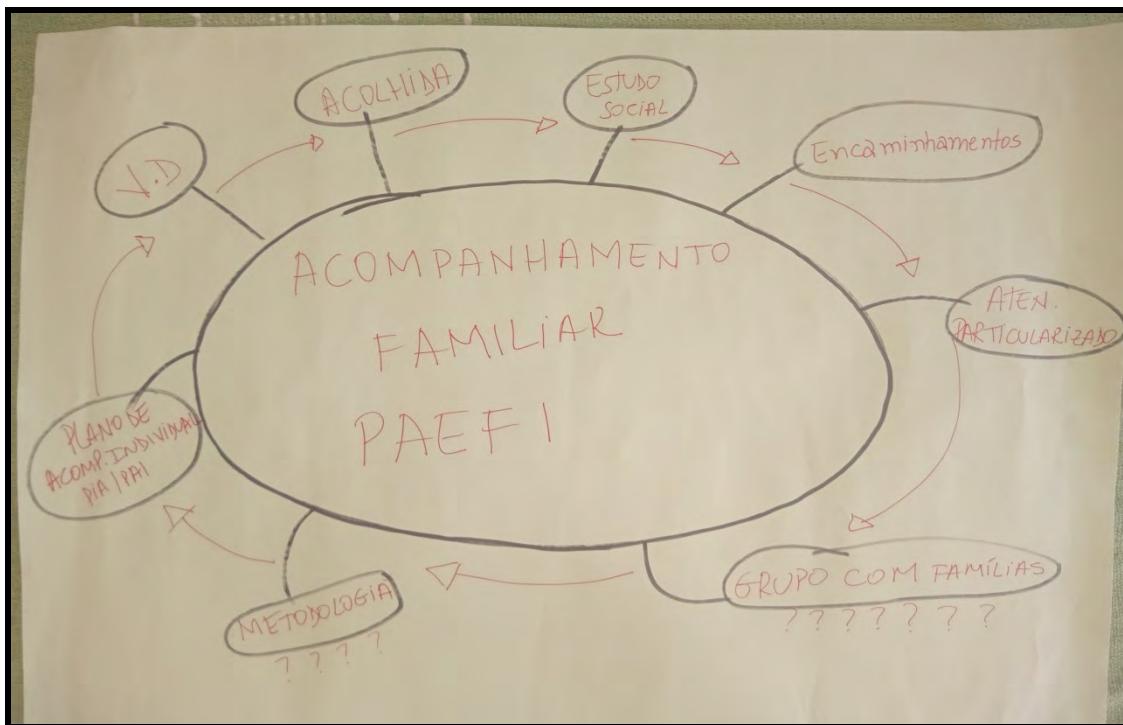


Figura 20 - Material de apoio para a roda de conversa

Fonte: Imagem da pesquisadora

Quando pautamos em relação ao acompanhamento familiar e as ações com grupos, como um dos mecanismos desse acompanhamento, queremos expor o embasamento teórico no qual o trabalho está inserido, realçando a sua obrigatoriedade para os municípios, necessitando de intervenções específicas, planejamento, metodologias, e acima de tudo capacitação para aqueles que irão intervir.

O recorte central dessa abordagem na roda foi trazer para o grupo a importância de referencial metodológico a ser aplicado no acompanhamento familiar, especificamente com as ações com os grupos. De modo que, trouxemos alguns pontos como: procedimentos metodológicos, abordagem metodológica e referencial teórico metodológico.

Nesse sentido, pautamos o direcionamento para uma metodologia com abordagem dialógico-reflexiva, horizontalizada e participativa, na direção de reconhecer os usuários como sujeitos de direitos, ativos de suas próprias histórias, com referência ao pensamento crítico e dialético de Paulo Freire (Rio de Janeiro, 2011).

Ainda como proposta de intervenção realizamos com os profissionais um SOCIECARDS: um jogo de cartas sobre políticas públicas e participação social. O SOCIECARDS faz parte do livro Cidadania, Democracia e Participação: Práticas Pedagógicas para o Ensino Fundamental II e Médio (2022), desenvolvido por diversos educadores do país. Tem como objetivo compartilhar práticas pedagógicas sobre cidadania, democracia, participação e políticas públicas com estudantes.

O SOCIECARDS propõe um jogo de cartas, onde “são apresentados aos participantes, desafios sociais e, diante deles, criam e argumentam a favor de soluções construídas a partir de diferentes combinações de agentes e ações, representados por cartas sorteadas no baralho” (Martins, 2022, p.8).

Por ter o objetivo de “estimular um pensamento crítico, reflexivo e propositivo diante de problemáticas de caráter social e ambiental, a partir da apresentação de conceitos básicos da educação para a cidadania” (Martins, 2022, p. 131), optamos por trazer essa dinâmica do SOCIECARDS com o intuito de expor para os profissionais uma estratégica de atividade

coletiva, na qual eles possam a vir utilizar no trabalho em grupo. Nesse sentido, a proposta com o SOCIECARDS, foi de expor uma metodologia participativa, que os próprios profissionais puderam conhecer e se familiarizar com a dinâmica, sendo uma forma de aprimorar e conhecer estratégias de aproximação e interação coletiva. Através das imagens 21 e 22, podemos observar o grupo no momento da dinâmica.



Figura 21 e 22 - Realização da dinâmica com o jogo de cartas
Fonte: Imagem da pesquisadora

Ante ao exposto, as intervenções realizadas, para além de cumprir com a metodologia proposta na pesquisa, teve, sobretudo o caráter de mostrar para os profissionais concepções referentes ao acompanhamento e sua obrigatoriedade no âmbito do SUAS e de modo igual, a utilização de instrumentos metodológicos participativos para sua efetivação.

Toda a intervenção proposta nas rodas de conversa, as dinamizações realizadas, como a dinâmica das palavras do primeiro encontro, o revisitando, o sociocards, os cartazes, foram pensados e idealizados na perspectiva de mostrar para os profissionais a utilização desses instrumentos no trabalho social com grupo no PAEFI. Ainda que, diante dessas normativas, encontramos um cenário desfavorável no âmbito da política de assistência social, e principalmente no âmbito da PNEP/SUAS, salientando a relevância da PNEP/SUAS, para percorrer as lacunas na qual as normativas não se aprofundam, como a do trabalho com grupos no âmbito do PAEFI e a abordagem através de metodologias participativas.

Ressaltamos ser de suma importância a confirmação dessa política, para fins de capacitação, orientação e direcionamento do trabalho por mais que o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (2011), menciona a educação permanente no equipamento e ainda sugira percursos para que isso ocorra, como mostra o trecho a seguir:

A educação permanente na Assistência Social não se caracteriza como uma ação esporádica ou pontual, mas constitui-se, fundamentalmente, em um processo contínuo de formação e qualificação profissional da equipe do

CREAS. Pode ser organizada pela própria coordenação da unidade em parceria com a equipe, com o planejamento e desenvolvimento, na rotina de trabalho, de atividades como: momentos em grupo para a leitura, debate, reflexão e discussão de temáticas relevantes para o aperfeiçoamento do trabalho. [...] sugere-se alguns temas que podem subsidiar a Capacitação Inicial e o processo de Educação Permanente dos trabalhadores do CREAS. Metodologias do trabalho social com famílias em situação de risco social e violação de direitos; Trabalho em grupo; Território e redes sociais; Trabalho em rede; Cultura e violência; Violência urbana e violência intrafamiliar; Busca ativa e metodologias para abordagem social; Diversidade sexual e étnico-racial; Cidadania e participação social; Técnicas e instrumentos de registro de informações; Trabalho interdisciplinar e gerenciamento de conflitos em equipe; Planejamento Social (Brasil, 2011, p. 104 – 105).

Na prática isso não é realizado, o que evidenciamos foi a necessidade da PNEP/SUAS ser concretizada para os profissionais do CREAS de Paracambi. A educação permanente é crucial para garantir a eficácia e a eficiência do SUAS, proporcionar aos profissionais as ferramentas e conhecimentos necessários para enfrentar os desafios do trabalho na assistência social. No entanto, a precarização do trabalho representa uma barreira significativa para o desenvolvimento e a capacitação contínua desses profissionais. Pensar na PNEP/SUAS, é conhecer a realidade na prática cotidiana do trabalhador do SUAS e dar o protagonismo necessário. Propor uma educação permanente participativa, acolher suas necessidades e escuta afetiva diante das demandas que enfrentam.

Ao final da roda de conversa propomos uma avaliação dos dois encontros com o grupo. A avaliação (Apêndice 4) foi idealizada com 4 perguntas, sendo três de múltipla escolha, com as opções sim ou não, e a última para que eles escrevessem o que acharam do encontro. De forma facultativa os profissionais participaram, não era necessário a identificação, porém, dois profissionais se identificaram. Esse instrumento nos proporcionou identificar a nível de dados para a pesquisa a relevância das rodas de conversa, pois todos os profissionais assinalaram a opção sim, em relação se gostaram de dialogar com esse tipo de instrumento metodológico. Sobre se achavam esses tipos de ferramenta válida para ser utilizada no acompanhamento no PAEFI, todos os profissionais também marcaram a opção sim. Sobre quem já havia tido contato com essa metodologia, dois profissionais marcaram sim, através dos cursos de graduação, e os demais não, conforme o quadro 8.

Quadro 8 – Avaliação das Rodas de Conversa

Perguntas	Respostas	
	Sim	Não
Pergunta 1 - Você já tinha conhecimento sobre metodologias participativas? Caso sim, aonde?	2	3
Pergunta 2 - Você gostou de ter tido a possibilidade de dialogar e conhecer um pouco dessa ferramenta?	5	-
Pergunta 3 - Você acha que essa metodologia é válida para ser utilizada no acompanhamento familiar no PAEFI?	5	-
Pergunta 4 - Relate o que você achou desses dois encontros.	-	-

Fonte: Elaboração da pesquisa, 2024.

A última questão visava ter o relato dos profissionais de forma escrita sobre a opinião deles a respeito dos dois encontros, tivemos os seguintes relatos:

“Eu achei bem informativo e interessante” (Orientador Social 1).

“Foi muito produtivo e trouxe um conhecimento maior sobre a política de assistência social, SUAS e como nós podemos continuar a luta para melhorias” (Auxiliar Administrativa).

“Os encontros foram de grande importância para a reflexão do trabalho no SUAS, enfatizando a Centralidade do PAEFI no CREAS” (Assistente Social).

“Foram dois encontros esclarecedores e informativos, por conta da dinâmica em grupo que fizemos e pelo resumo das informações pautando o mais importante e o essencial” (Orientador Social 2).

“Foram dois encontros de muitas reflexões e aprendizado” (Orientador Social 3).

Observamos a potencialidade que essa metodologia possuiu na construção de vínculos, de reconhecer as fragilidades e potencialidades dentro do grupo, pois ao aplicarmos com os profissionais, os mesmos sentiram-se abertos para relatarem o que os incomodava, para falar da sobrecarga de trabalho, do momento que estavam ali participando, porém, preocupados com as demandas que ainda tinham para realizar, do que já haviam planejado, mas não foram atendidos, e até mesmo em reconhecer a obrigatoriedade do acompanhamento e suas propostas, porém, na prática ser realizado conforme a demanda exige.

Diante disso, podemos mencionar a educação não formal e seus instrumentos metodológicos participativos, de modo satisfatório a ser utilizado no âmbito do acompanhamento familiar no PAEFI, de especial modo no trabalho com grupos. Reconhecer essa modalidade de educação como prática pedagógica no SUAS, fortalece a função educativa que perpassa pela política de assistência social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito das políticas públicas de assistência social, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), emerge como um serviço primordial no fortalecimento da função protetiva das famílias. Nesse sentido propusemos com essa pesquisa olhar para a educação não formal como prática pedagógica, em um serviço complexo e necessário frente à sua demanda com pessoas em situação de risco e direitos violados. As reflexões da pesquisa tecida no decorrer da estrutura textual, principalmente em relação às entrevistas e as rodas de conversa, onde obtivemos dados significativos, refletem essas considerações finais.

Compreender a eficácia e o impacto desse serviço requer uma análise abrangente e holística, que não apenas examine as políticas e práticas implementadas, mas também considere as percepções e experiências daqueles que estão diretamente envolvidos: os usuários do PAEFI e a equipe que o opera.

Isso apresenta para nós o quanto a política de assistência precisa ser olhada, pensada e acima de tudo administrada por quem entende e a pratica. A pesquisa, Perfil dos Municípios Brasileiros – Assistência Social, informa que os municípios que mencionam ter órgão gestor de assistência social, 1.325 declararam que a primeira-dama era a gestora da pasta. Totalizando 24,3% dos municípios do território brasileiro (Brasil, 2010). Essa é uma realidade que pouco se opera nas demais esferas, como secretarias de saúde e de educação, a exemplo. Não é recorrente um professor assumir o cargo de gestor da pasta da saúde, assim como um médico, enfermeira, assumir uma secretaria de educação.

Infelizmente, vide seu histórico assistencialista, paternalista, com base no voluntariado, na caridade e na benesse, onde “o primeiro-damismo” (Brasil, 2011), ainda opera fortemente sobre a assistência social, prejudicando a consolidação como política de direito. Sem falar nas enormes consequências para aqueles que lidam diretamente com as demandas.

Aumento da precarização do trabalho, com efeitos na defasagem no salário, sobrecarga de trabalho, realização de intervenções que não são de atribuições técnicas, e muitas vezes nem da própria política de assistência. Não sabendo delimitar o que cabe a tal política e o que é de responsabilidade de outras, traduzindo nesse sentido a intersetorialidade¹⁹, necessária nas políticas públicas. Insegurança na manutenção do vínculo empregatício remete aos profissionais um sentimento de desvalorização, o que corrobora para a produção de competições entre os trabalhadores. E fora outros fatores como, adoecimento, frustações, falta de perspectiva profissional e etc.

Diante do que nos foi possível observar, tecer o conceito de Trabalhadores do SUAS, é algo que precisa ser propagado para aqueles que estão nas trincheiras dessa política. E falamos não só dos trabalhadores da ponta, daqueles que emergem junto aos usuários, mas principalmente para os que estão nas gestões. Remetendo aqui gestão, não unicamente secretárias e secretários de assistência social, mas de igual modo as coordenações de equipamento, direções de proteções sociais e todos os demais profissionais que se encontram na engrenagem do funcionamento dessa política.

Mas afinal, o que é ser trabalhador do SUAS? Nessa lógica, pensamos em um trabalhador propositivo com as demandas dessa política, um trabalhador que entrelace saberes técnicos com a realidade dos usuários, que une teoria, prática e compromisso ético.

No teor do que se propôs com essa pesquisa, abordar a educação não formal em um serviço obrigatório a ser executado no âmbito do SUAS, é reconhecer que ela está intrinsecamente nos fazeres desse serviço, pois o trabalho que se almeja no PAEFI, é um

¹⁹ Termo utilizado para referenciar ações conjuntas entre as demais políticas públicas, como saúde, educação, habitação e etc.

trabalho educativo, formativo, interdisciplinar. É um ato educativo pautado na troca, no entender que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.” (Freire, p. 79, 1987).

Um serviço que rege o acompanhamento familiar como instrumento prioritário, que requer metodologia, ação e planejamento, requer também maior aporte teórico para sua execução. Documentos que venham dar maior relevância e prioridade ao PAEFI, de forma mais clara e articulada com o que de fato o PAEFI, como principal serviço do CREAS, precisa ter. Pois a inexistência de aporte teórico específico, assim como temos para o PAIF, vinculado a proteção social básica, ou até mesmo nos demais serviços da própria proteção especial, como o Serviço de Proteção social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), que possui documento técnico específico para sua execução.

Diante o que é pautado pelas normativas em referência a execução do PAEFI, não podemos falar que o CREAS de Paracambi, não o executa, pois realizam visitas domiciliares, atendimentos e até rodas de conversa. Esta última, porém, mais com viés de palestra disposta em roda do que propriamente roda de conversa. Notamos que não é uma fazer da *práxis*. As intervenções estão no âmbito do fazer obrigatório, sendo levadas conforme as demandas surgem e as necessidades emergem, num processo de priorizar as urgências do equipamento.

Percebemos que os profissionais encontram dificuldades em exercerem o acompanhamento na sua totalidade, muitas vezes devido às limitações estruturais e à falta de recursos. Essa constatação ressalta a necessidade premente de investimentos em capacitação e estruturação dos serviços voltados para a execução do PAEFI, visando garantir um atendimento mais eficaz e integral às populações em situação de vulnerabilidade.

Por outro lado, identificamos que as rodas de conversa emergiram como uma estratégia eficaz para promover a troca de experiências e a reflexão sobre a importância do trabalho em grupo no contexto do PAEFI. Esses espaços de diálogo e compartilhamento de saberes mostraram-se essenciais para fortalecer o vínculo entre os profissionais, ampliar suas habilidades e conhecimentos, e fomentar práticas mais colaborativas e integradas.

A concepção de educação não formal como prática pedagógica no PAEFI está na direção de conceber ao CREAS um espaço educativo, o PAEFI como um serviço essencial no auxílio das superações de fatores violadores, e os profissionais figuras centrais para esse trabalho ser efetivado.

Para isso, não podemos deixar de reforçar a Política Nacional de Educação Permanente PNEP/SUAS, como um avanço para a política de assistência, mas ainda pouco explorada e potencializada. A urgência da PNEP/SUAS ser abarcada na política de assistência social municipal, como processo educativo coletivo, com vista a dar voz e potencializar aqueles que estão “com pé no chão” do SUAS. De igual modo fortalecer as principais funções da Política Nacional de Assistência Social, que aqui colocaremos como “PRO – VI – DE”²⁰, Proteção Social, Vigilância Socioassistencial e Defesa de Direitos, esse tripé que estrutura essa política pública na intenção de materializá-la, conforme preconiza a PNAS.

Os resultados deste estudo destacam a urgência de ações voltadas para a capacitação e sensibilização dos profissionais que atuam no âmbito do PAEFI, bem como para o fortalecimento das estruturas e recursos disponíveis para sua execução. Ademais, a importância de estratégias que promovam o trabalho em grupo e a troca de experiências como meio de potencializar o impacto e a eficácia das intervenções realizadas no contexto do serviço. Que as reflexões apresentadas possam contribuir para o aprimoramento das políticas

²⁰Essa abreviação referente os objetivos da PNAS, é utilizada por profissionais que realizam assessoramento técnico, e dinamizada nas redes sociais. Tamara Almeida (@astransforma). 2023. “4 Mapas Mentais essenciais sobre LOAS”. Instagram, 9 de outubro de 2023 <http://www.instagram.com/p/CyMUAz4P23Z/?gsh=MXFIMHJobmo3cm02MA==>

e práticas direcionadas à proteção e promoção dos direitos das famílias e comunidades em situação de risco e direitos violados, reafirmando o compromisso com uma atuação profissional mais qualificada e humanizada.

Para finalizar, não podemos deixar de mencionar o desejo dessa pesquisa, como produto a ser devolvido à equipe, não se esgotando suas provocações frente às análises dessa pesquisa. Nesse sentido, sugerimos algumas propostas, sendo elas:

- Realização da devolutiva de pesquisa para a equipe do CREAS, com a participação da gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Articular junto à gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, uma proposta de educação permanente para os trabalhadores do SUAS, com intuito de abordar a dimensão educativa do SUAS, adentrando nas questões referente a importância da abordagem metodológica para o acompanhamento familiar e a utilização de metodologias participativas;
- Ampliar o conhecimento da equipe sobre as metodologias participativas visando sua inclusão no planejamento de atividades com usuários.
- Confecção de material de apoio com base na pesquisa realizada.
- Sugerir a realização de um fórum de discussão com os profissionais de pedagogia no âmbito da assistência social, como forma de mobilização da categoria e ampliação do fazer profissional frente às demandas do SUAS.

Essas propostas partem da contribuição desta pesquisa na perspectiva de fortalecer o conhecimento para a efetivação do acompanhamento familiar realizado pelo serviço, abrangendo as diretrizes e objetivos do PAEFI, na intenção de superar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais e estes aprimorarem suas práticas para melhor desenvolvimento junto aos usuários.

6 REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia M; ABADE, Flávia Lemos. **Para reinventar as Rodas.** Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008.

ALMEIDA, Mara Rita Oriolo de. **Roda de conversa na educação não formal: conflitos e diálogos em busca do encontro para a convivência e o respeito às diferenças.** Campinas; SP, 2011.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF- Volume 1.** O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS/SNAS, 2012a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS.** Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB - RH/SUAS. Brasília, DF, 2006.

_____. **Orientações Técnicas sobre o PAIF- Volume 2.** Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília: MDS/SNAS, 2012b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária.** Brasilia, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: **Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.** Brasília: MDS, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial.** Brasília: MDS, 2013.

Ministério do Trabalho. **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade.** Conv. MTE/SPPE/CODEFAT – nº. 075/2005 e 1 Termo Aditivo. Brasília: MT/DIEESE, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (Guia de Orientação nº 1).** Diário Oficial da União, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.** Brasília/DF, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de

Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília/DF, 2004.

Lei 8.742. Lei Orgânica da Assistência Social. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 7 de dez. de 1993.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF: Senado, 1988.

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília/DF, 2009.

Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1^a ed. – Brasília: MDS, 2013.

Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial. – Brasília: Fundação Oswaldo Cruz; Ministério do Desenvolvimento Social, 2018.

Resolução nº 17 de 20 de junho de 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-17-de-20-de-junho-de-2011/>. Acesso em: 05 jan. 2024.

Comissão Intergestores Tripartite. Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Resolução nº 07, de 10 de setembro de 2009). Brasília, MDS: 2009.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros Assistência Social. Rio de Janeiro, 2010.

Censo SUAS 2022 – Resultados Nacionais, Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação do SUAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Maio 2023.

CAMPOS, Aline; ROSA, Camila Simões. **Rodas de conversas em prisões.** Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 29, n. 2, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2020v29n2.52394. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/52394>. Acesso em: 28 jul. 2022.

CAPORAL, Angelica A. G; SOUZA, Ismael F. Revista Pensamento Jurídico – São Paulo – Vol. 13, Nº 1, p. 120. jan./jun. 2019. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Pensamento-Jur_v.13_n.1.14.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

CAVALCANTE, Priscylla de Freitas. **O direito à moradia e o envelhecimento humano na cidade do capital.** In: CORTÊS, Organizador (org.). **Questão Urbana e Serviço Social: debates e disputas.** Recife, Ed. UFPE, 2020. cap. 04, p. 71 – 88.

COUTO, Berenice Rojas; RAICHELIS, Raquel; YAZBEK, Maria Carmelita. **A política Nacional de Assistência Social: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos.** In COUTO, B. R; & SILVA e SILVA, M. O. RAICHELIS, R. & YAZBEK, M. C. **O Sistema único de Assistência Social: uma realidade em Movimento.** São Paulo: Cortez, 2010.

CRONEMBERGER, Isabel Hérika Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. **Política de Assistência Social: as direções da matricialidade sociofamiliar e do trabalho social com famílias.** Serviço Social em Revista, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 97–118, 2014.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FLEURI, Reinaldo. Matias. **A Questão do Conhecimento na Educação Popular.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____ **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____ **Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3. Ed, São Paulo: Moraes, 1980.

_____ **Extensão ou comunicação?** 7^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir- **Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum.** Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social - 6. ed.** - São Paulo : Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não formal nas instituições sociais.** Revista Pedagógica, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 59-75, set./dez. 2016.

_____ **Educação não-formal na pedagogia social.** Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2006, São Paulo.

_____ **Educação não formal e o educador social atuação no desenvolvimento de**

projetos sociais: Coleção Questões da Nossa Época; v.1, São Paulo: Cortez, 2010.

Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas na escola. Ensaio: aval. Pol. Pub. Educ. Rio de Janeiro, jan./mar.2006.

Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor; 5^a Ed.: São Paulo: Cortez, 2011c; Coleção Questões da Nossa Época; v. 26.

Movimentos Sociais e Educação. 8. ed., São Paulo: Cortez, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HEGENBERG, Leônidas. **Método aporético: Sócrates.** In: Hegenberg L, Silva MFA. Métodos. São Paulo: EPU; 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional! 3.ed. – São Paulo, Cortez, 2000.

IANNI, Octavio. **A Questão Social.** Ci. & Tróp., Recife. v. 17, n. 2, p. 189-202, jul./dez., 1989

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos: para que?** São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Rosa Maria Cortês. **Questão urbana e serviço social: debates e disputas** – Recife : Ed. UFPE, 2020.

MARTINS, Julia Hoechner Silveira. **Cidadania, Democracia e Participação: Práticas Pedagógicas para o Ensino Fundamental II e Médio.** – 1. ed. – Porto Alegre : Simplíssimo, 2022.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MINAYO, Maria Cecíli de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Editora Hucitec, ed. 11, 2013.

MONTEIRO, Jessica Oliveira. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Espírito Santo, 2018.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. **Revista Temas em Educação.** João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014.

MUNIZ, Egli. **Orientações para processos de recrutamento e seleção de pessoal no Sistema Único de Assistência Social.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011.

NAVARRO. Eduardo de Almeida. **Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos.** São Paulo: Global, 2005.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, Graflíne, 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista.** América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.

RAICHELIS, Raquel. **Assistência Social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social.** São Paulo: Cortez, 1997.

REINACH, Sofia; BARROS, Betina Warmling. **O aumento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil em 2022.** In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 188-203, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2024.

RIO DE JANEIRO. **Acompanhamento Familiar na Política de Assistência Social. Uma Proposta de Metodologia para o Estado do Rio de Janeiro,** publicação da Secretaria de Estado de Assistência Social, Rio de Janeiro, 2011.

SEMZEEM, Priscila. ; ALVES, Jolinda de Moraes. **Vulnerabilidade Social, abordagem territorial e proteção na política de Assistência Social.** Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 16, n.1, p. 143-166, jul./dez. 2013.

SERPA, Ana M. P.; RAIZER, Eugênia C. **Política de Assistência Social no Município de Vitória (ES): olhares sobre a experiência (2005-2012) /** Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2012.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Gestão do trabalho: concepção e significado para o Suas.** In: BRASIL. Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011. p. 9-38.

SOUZA, Celina. **“Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa”.** Caderno CRH 39: 11-24. 2003.

SOUZA, Eduardo Conegundes. **Roda de Samba: espaço da memória, educação não-formal e sociabilidade.** 2007. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TOMAZ, Marianna Andrade. **A questão social no capitalismo: uma análise do seu conceito na contemporaneidade.** IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil. 2013. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo5>. Acesso em: 07 out. 2023.

TRILLA, Jaume. **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 1993.

7 ANEXO

Anexo 1 – Parecer consubstanciado do CEP



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO - UERJ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação não formal como prática pedagógica no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

Pesquisador: REBECA NOBRE GONZALEZ FERNANDEZ

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 66494022.6.0000.5282

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.011.167

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa desenvolvido no Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ que tem como orientadora a Prof.^a Dra. Monica Aparecida Del Rio Benevenuto, incluído no cadastro da Plataforma Brasil como membro da equipe do projeto.

Temos na educação uma análise crítica do desenvolvimento dos indivíduos, pensando na possibilidade do cessar de uma educação opressora e frágil. Para além dos aspectos da educação formal, a educação não formal tem a proposta de levar educação aos diversos territórios e indivíduos. Pensando no papel da educação não formal esta pesquisa visa compreender como sua utilização como prática pedagógica pode ser um instrumento que contribua para a emancipação dos usuários atendidos no CREAS, no acompanhamento realizado pelo PAEFI. A metodologia a ser aplicada será de abordagem qualitativa, com caráter de pesquisa participante, com indivíduos que vivenciam situação de violação de direitos no CREAS do Município de Paracambi/RJ. Ainda como proposta metodológica serão realizadas entrevistas com os profissionais e usuários do serviço, bem como a utilização de rodas de conversas para a maior precisão da coleta de dados frente as questões de violações de direitos. Espera-se ao final da pesquisa avaliar a contribuição da educação não formal como prática pedagógica, auxiliando para o resgate da cidadania e transformação social de pessoas em processos vulnerabilizantes.

Hipótese:

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BLE 3º and. SI 3018

Bairro: Maracanã

CEP: 20.559-900

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2334-2180

Fax: (21)2334-2180

E-mail: coep@sr2.uerj.br



Surgem no trabalho questões de pesquisa no sentido de compreender como a educação não formal se faz presente no serviço, o tipo de metodologia aplicada pelos profissionais e como esses profissionais buscam estarem próximos da realidade dos usuários na tentativa que o acompanhamento tenha o resultado esperado.

Metodologia Proposta:

Pesquisa de abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos de caráter exploratória. Em relação aos procedimentos, caráter de pesquisa participante, com aplicação de entrevistas e roda de conversa.

Metodologia de Análise de Dados:

Obtenção das entrevistas e posteriormente aplicação das rodas de conversa.

Participantes: indivíduos que vivenciam situação de violação de direitos no CREAS do Município de Paracambi/RJ.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

Compreender como a educação não formal ao ser utilizada como prática pedagógica pode contribuir para a emancipação dos usuários atendidos no CREAS, no acompanhamento realizado pelo PAEFI.

Objetivo Secundário:

- Traçar o perfil dos usuários do CREAS/PAEFI e suas demandas.
- Identificar e analisar as ferramentas utilizadas pelo CREAS/PAEFI em suas ações com os usuários.
- Conhecer as concepções dos profissionais atuantes no CREAS em relação à educação não formal como prática pedagógica e ao uso de metodologias participativas.
- Desenvolver estratégias de diálogo e aproximação com público alvo através da promoção de rodas de conversa.
- Identificar como os participantes avaliam a realização das metodologias participativas no serviço do PAEFI.

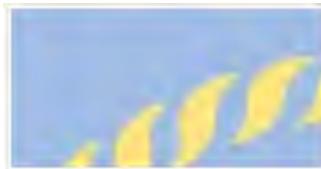
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo a pesquisadora:

Riscos:

Em relação aos riscos existentes, são a exposição dos dados dos participantes, no entanto tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo ou serão mantidos permanentemente em um banco de dados de pesquisa, com acesso restrito, para utilização em pesquisas. A entrevista podem vir, por si próprio, produzir algum desconforto (angústias, ansiedades etc.) sendo os procedimentos adotados para dissipá-las ou minimizá-las, como o

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, Bloco E 3º and. S1 3018
Bairro: Maracanã CEP: 20.559-900
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 Fax: (21)2334-2180 E-mail: coep@sr2.uerj.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO - UERJ



esclarecimento que o participante pode desistir a qualquer momento da pesquisa, e que ele tem a liberdade de não responder à pergunta que se sentir desconfortável.

Benefícios:

E os benefícios são a sistematização das informações para produção de conhecimento científico que pode auxiliar na formulação de políticas públicas, contribuição para realização de pesquisas científicas, para construção de novos conhecimentos e para identificação de novas alternativas e possibilidades para projetos e ações desenvolvidos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto detalhado anexado à Plataforma Brasil está estruturado de maneira satisfatória.

A pesquisadora informa que não haverá uso de fontes secundárias de dados referentes a dados demográficos e nem retenção de amostras para armazenamento em banco.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Orçamento: a pesquisadora informa que o estudo terá Financiamento Próprio, relaciona os custos no projeto detalhado e apresenta o valor total de R\$ 12.400,00.
- Folha de rosto: apresenta o documento devidamente preenchido, datado em 23/11/2022, assinado e carimbado pelo Coordenador do Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ, Gabriel de Araújo Santos.
- Cronograma – a pesquisadora anexou à Plataforma Brasil o cronograma atualizado em arquivo separado e no cadastro do Projeto.
- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE): as correções foram realizadas e o documento está adequado.
- Termo de Autorização Institucional – apresenta um Termo de Anuência da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Paracambi, em arquivo anexo ao Projeto Detalhado, datado em 13/02/2023, assinado e carimbado por Sheila de Carvalho Peixoto Rosa, Diretora da Proteção Social Especial.
- Instrumentos de Coleta de Dados – a pesquisadora apresenta os Roteiros das entrevistas dirigidas aos profissionais e aos usuários em apêndice ao Projeto Detalhado anexado à Plataforma Brasil.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ante o exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP UERJ deliberou pela aprovação deste projeto, visto que não há implicações éticas.

Endereço: Maracanã **CEP:** 20.559-900
Bairro: Maracanã **Município:** RIO DE JANEIRO
UF: RJ **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:**
Telefone: (21)2334-2180

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Faz-se necessário apresentar Relatório Anual - previsto para abril de 2024. O Comitê de Ética em Pesquisa - CEP UERJ deverá ser informado de fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador apresentar justificativa, caso o projeto venha a ser interrompido e/ou os resultados não sejam publicados.

Tendo em vista a legislação vigente, o CEP UERJ recomenda ao(a) Pesquisador(a): Comunicar toda e qualquer alteração do projeto e/ou no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para análise das mudanças; informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa; o comitê de ética solicita a V.S.* que encaminhe a esta comissão relatórios parciais de andamento a cada 06 (seis) meses da pesquisa e, ao término, encaminhe a esta comissão um sumário dos resultados do projeto; os dados individuais de todas as etapas da pesquisa devem ser mantidos em local seguro por 5 anos.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas da Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJECTO_2054994.pdf	10/04/2023 14:00:35		Aceito
Outros	TCLE_ATUALIZADO.docx	10/04/2023 13:59:59	REBECA NOBRE GONZALEZ	Aceito
Outros	DOCUMENTO_COLETA_DE_DADOS.docx	28/02/2023 15:33:55	REBECA NOBRE GONZALEZ	Aceito
Outros	CARTA_RESPONTA_PENDENCIAS.docx	28/02/2023 15:32:55	REBECA NOBRE GONZALEZ	Aceito
Outros	TERMO_DE_ANUENCIA_MODIFICADO_U.docx	28/02/2023 15:31:41	REBECA NOBRE GONZALEZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MODIFICADO.docx	28/02/2023 15:24:13	REBECA NOBRE GONZALEZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_MODIFICADO_U.doc	28/02/2023 15:20:22	REBECA NOBRE GONZALEZ	Aceito

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, Bloco 3º and. SI 3018

Bairro: Maracanã

CEP: 20.559-900

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2334-2180

Fax: (21)2334-2180

E-mail: coep@sr2.uerj.br



Cronograma	CRONOGRAMA_MODIFICADO.docx	28/02/2023 15:22:59	REBECA NOBRE GONZALEZ FERNANDEZ	Aceito
Outros	TERMO_DE_ANUENCIA.docx	09/02/2023 14:03:24	REBECA NOBRE GONZALEZ FERNANDEZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	JCLE.docx	09/02/2023 13:30:51	REBECA NOBRE GONZALEZ FERNANDEZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO.doc	09/02/2023 13:30:22	REBECA NOBRE GONZALEZ FERNANDEZ	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	09/02/2023 13:30:02	REBECA NOBRE GONZALEZ FERNANDEZ	Aceito
Brochura Pesquisa	RESUMO_DO_PROJETO.docx	09/02/2023 13:29:34	REBECA NOBRE GONZALEZ FERNANDEZ	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	09/02/2023 11:20:40	REBECA NOBRE GONZALEZ FERNANDEZ	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoAssinada.pdf	24/11/2022 10:44:49	REBECA NOBRE GONZALEZ FERNANDEZ	Aceito

□

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 19 de Abril de 2023

Assinado por:
Rosa Maria Esteves Moreira da Costa
(Coordenador(a))

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, Bloco 3º and. S1 3018

Bairro: Maracanã

CEP: 20.559-900

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2334-2180

Fax: (21)2334-2180

E-mail: coep@sr2.uerj.br

8 APÊNDICES

Apêndice 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“Educação não formal como prática pedagógica no serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos”**, conduzida por Rebeca Nobre Gonzalez Fernandez. Este estudo tem por objetivo compreender como a educação não formal ao ser utilizada como prática pedagógica pode contribuir para a emancipação dos usuários acompanhados no serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos.

Você foi selecionado(a) por ser vinculado (a), ao serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Em relação aos **riscos** existentes, são a exposição dos dados dos participantes, no entanto tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo ou serão mantidos permanentemente em um banco de dados de pesquisa, com acesso restrito, para utilização em pesquisas. A entrevista pode vir, por si próprio, produzir algum desconforto (angústias, ansiedades etc.) sendo os procedimentos adotados para dissipá-las ou minimizá-las, como o esclarecimento que o participante pode desistir a qualquer momento da pesquisa, e que ele tem a liberdade de não responder à pergunta que se sentir desconfortável. E os **benefícios** são a sistematização das informações para produção de conhecimento científico que pode auxiliar na formulação de políticas públicas, contribuição para realização de pesquisas científicas, para construção de novos conhecimentos e para identificação de novas alternativas e possibilidades para projetos e ações desenvolvidos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Sua participação na pesquisa não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes. Afirmei que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) sobre os objetivos e uso de imagens estritamente acadêmicos do estudo.

Sua participação nesta pesquisa consistirá por meio de entrevista com roteiro semiestruturado e participação nas rodas de conversas. Realizadas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, com duração de duas horas, conduzidas pela pesquisadora. A entrevista será gravada para posterior transcrição, a partir da assinatura desta autorização.

O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e sua orientadora.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos da pesquisadora responsável: Rebeca Nobre Gonzalez Fernandez, telefone (21) 99502-3730, e-mail: becangf@gmail.com Endereço: Rua Manoel Teixeira da Costa. Nº06. Bairro: Jardim São Jorge. Cidade: Seropédica. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela professora Dra. Monica Aparecida Del Rio Benevenuto, a quem poderei consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone (21) 99339-3775 ou e-mail monicadelrio@ufrj.br.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, E-mail: coep@sr2.uerj.br — Telefone: (021) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona de segunda à sexta, das 10h às 16h.

A pesquisadora principal da pesquisa me ofereceu uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e informou sobre as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Nome do(a) participante: _____

Assinatura: _____

Nome do(a) pesquisador: _____

Assinatura: _____

Apêndice 2 – Termo de Anuência



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura de Paracambi
Secretaria Municipal de Assistência Social



Termo de Anuência para realização da Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

A Sra. Sheila de Carvalho Peixoto Rosa

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada “Educação não formal como prática pedagógica no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos”, desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pela aluna Rebeca Nobre Gonzalez Fernandez, sob a orientação da professora Dra. Monica Aparecida Del Rio Benevenuto.

Desta forma pedimos autorização para que o nome da instituição conste no projeto final, bem como futuras publicações em eventos e periódicos científicos. Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com as normas éticas destinadas a pesquisa envolvendo seres humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo ou serão mantidos permanentemente em um banco de dados de pesquisa, com acesso restrito, para utilização em pesquisas futuras.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria/Coordenação/Chefia, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 2023.

Rebeca Nobre Gonzalez Fernandez

Nome Completo

Pesquisador (a) Responsável pelo Projeto

Concordamos com a solicitação () Não concordamos com a solicitação

Sheila Peixoto Rosa Sheila de Carvalho Peixoto Rosa
Nome completo do Diretor/Coordenador/Chefe

Sheila de Carvalho Peixoto Rosa
Diretora da Proteção Social Especial
Mat. 15.112

Apêndice 3 – Questões da entrevista semi-estruturada

- 1 - Quanto tempo de formação?
- 2 - Quanto tempo atuando no CREAS de Paracambi? Alguma experiência anterior na política de assistência social?
- 3- Na sua visão o PAEFI é relevante para o CREAS?
- 4- Como o equipamento realiza as atividades com os usuários do PAEFI?
- 5- Existe algum documento técnico de referência para a sua prática no acompanhamento do PAEFI? Caso sim, qual? Caso não, sente falta?

Apêndice 4 – Propostas para a realização das rodas de conversa

Proposta de atividade – Roda de conversa alusiva ao Agosto Lilás

Local: CREAS / Paracambi Data: 29/08/2023 Horário: 9h

Mediadora responsável: Psicóloga CEAM

Mediadora auxiliar: Rebeca Nobre

Objetivo do encontro: Diante do mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher “Agosto Lilás”, o encontro visa oportunizar o diálogo sobre a relevância de se construir uma sociedade livre da violência contra a mulher. A proposta da roda de conversa, busca não apenas disseminar informações, mas também proporcionar um espaço seguro e acolhedor para compartilhar experiências, reflexões e estratégias de enfrentamento.

Público alvo: Mulheres acompanhadas pelo PAEFI e demais usuárias do CREAS.

Atividades a serem desenvolvidas:

1º Atividade: Será proposto um sorteio de perguntas e respostas junto as participantes. Com opções de verdadeiro / falso e múltipla escolha (a, b e c), total de seis perguntas com temas referentes ao introduzido na roda.

2º Atividade: Será realizado um quiz de perguntas sobre os tipos de violência classificadas em (violência física, violência sexual, violência moral, violência patrimonial, violência psicológica). Os exemplos de atos de violência e os tipos de violência estarão expostos em um quadro e as participantes terão que agrupar cada tipo de violência com o caso apresentado.

3º Atividade: Posteriormente a essas atividades, será entregue uma lista com três temas a serem escolhidos pelas participantes em uma escala 1º a 3º escolha. Fazendo com que as participantes possam escolher individualmente temas futuros para próximas rodas de conversa, com o objetivo de trazer temas que estejam dentro de seus interesses.

4º Atividade: E para finalizar o encontro será disponibilizado para as participantes uma plaquinha com a imagem de curtir / não curtir, para que as mesmas possam fazer a avaliação do encontro.

OBS.: As atividades 1 e 2 visam oportunizar a troca de saberes, com o objetivo de captar junto as participantes o entendimento adquirido na roda de conversa. As atividades 3 e 4 partem para o entendimento de participação e avaliação do encontro.

Proposta de atividade – Roda de conversa

Local: CREAS / Paracambi Data: 07/11/2023 Horário: 9h

Mediadora responsável: Rebeca Nobre.

Objetivo do encontro: Abordar as diretrizes e objetivos da política de assistência social, com

foco no PAEFI e suas características. A proposta da roda de conversa, busca não apenas disseminar informações, mas também proporcionar um espaço seguro e acolhedor para compartilhar experiências, reflexões e estratégias de enfrentamento.

Público alvo: Profissionais do CREAS.

Atividades a serem desenvolvidas:

1º Atividade: Iniciar explicando o intuito do encontro, após a apresentação do grupo, e solicitar que cada um fale uma característica sua, com a proposta de aproximação do grupo.

2º Atividade: Iniciar o debate junto ao grupo sobre a política de assistência social e suas ramificações até chegar ao PAEFI. Proporcionar momento de falas dos participantes, como forma de interação ao tema e contribuição para o encontro.

3º Atividade: Após elucidado o tema do encontro, propor uma dinâmica com o grupo, para que eles expressem o que é o PAEFI e uma dificuldade do PAEFI, em uma palavra.

Proposta de atividade – Roda de conversa

Local: CREAS / Paracambi Data: 28/11/2023 Horário: 9h

Mediadora responsável: Rebeca Nobre

Objetivo do encontro: Dar continuidade ao encontro anterior, adentrando no acompanhamento familiar, com foco no trabalho em grupo e as propostas metodológicas para sua realização.

Público alvo: Profissionais do CREAS.

Atividades a serem desenvolvidas:

1º Atividade: Iniciar o encontro com o “Revisitando”, solicitar que cada participante revisite um momento mais significativo do encontro anterior.

2º Atividade: Introduzir o debate sobre o acompanhamento familiar e suas ramificações.

3º Atividade: Realizar a dinâmica do jogo de cartas “Sociocards”, e por último a avaliação dos dois encontros com 4 perguntas, a saber:

1 - Você já tinha conhecimento sobre metodologias participativas? Caso sim, aonde?

() SIM () NÃO

2 - Você gostou de ter tido a possibilidade de dialogar e conhecer um pouco dessa ferramenta?

() SIM () NÃO

3 – Você acha essa que essa metodologia é válida para ser utilizada no acompanhamento familiar no PAEFI?

() SIM () NÃO

4 – Relate aqui o que você achou desses dois encontros.